

Movimento da Educação de Base

Discurso e Prática

Maria da Conceição
Brenha Rapôso

COLEÇÃO

SÉRIE EDUCAÇÃO

CIÊNCIAS SOCIAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
IV - PROREITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
IX - Lago dos Anjos, 56 - São Luís - MA - CEP 65.000-000
Telefone: (088) 222-2247 FAX: 222-2247

O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE: DETERMINANTES,
CONCEPÇÕES E OBJETIVOS

CAPÍTULO I - EMERGÊNCIA DAS CAMADAS POPULARES NO
BRASIL

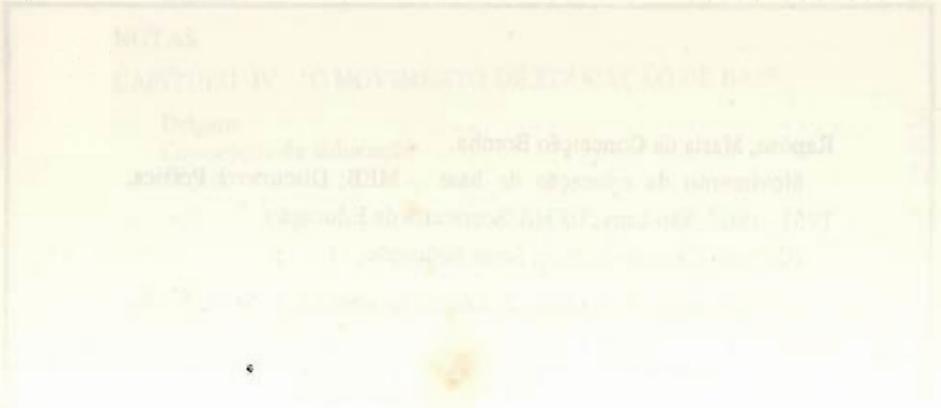
1.1 - O Brasil e o movimento de educação de base
1.2 - O movimento de educação de base no Brasil
1.3 - O movimento de educação de base em São Luís

**MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB
DISCURSO E PRÁTICA - 1961 - 1967**

Maria da Conceição Brenha Rapôso

NOTAS
CAPÍTULO II - O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE
2.1 - O movimento de educação de base em São Luís
2.2 - O movimento de educação de base em São Luís
2.3 - O movimento de educação de base em São Luís

NOTAS
CAPÍTULO III - AS EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO POPULAR
3.1 - O movimento de educação de base em São Luís
3.2 - O movimento de educação de base em São Luís
3.3 - O movimento de educação de base em São Luís



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO-PPPG

Largo dos Amores, 66 – São Luís - MA CEP 65.000

Telefone: (098) 222-8247

Editado em Convênio: Secretaria de Educação do Estado do
Maranhão

Capa:

Ezequiel Silva Filho

ISBN

Ficha catalográfica elaborada pelo Setor de Referência da Biblioteca Central da UFMA.

Rapôso, Maria da Conceição Brenha.

Movimento de educação de base – MEB; Discurso e Prática, 1961–1967. São Luís, UFMA/Secretaria de Educação.

(Coleção Ciências Sociais. Série Educação, 1). p.

1. Educação de adultos. 2. Educação popular. I. Série. II. Título

CDU 374.7

CDD 374.012

SUMÁRIO

PREFÁCIO	VII
INTRODUÇÃO	XII

PARTE I

O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE: DETERMINANTES, CONCEPÇÕES E OBJETIVOS

CAPÍTULO I – EMERGÊNCIA DAS CAMADAS POPULARES NO BRASIL

A crise de Hegemonia das Classes Dominantes	3
A necessidade de Legitimação do Poder Político	7
As pressões Populares	10
As contribuições da Sociedade Civil e dos Intelectuais	14

NOTAS

CAPÍTULOS II – EDUCAÇÃO E CULTURA POPULAR

Educação Popular	18
Cultura Popular	19

NOTAS

CAPÍTULO III – AS EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO POPULAR NA DÉCADA DE 1960.

Origens	23
Rumos	24

NOTAS

CAPÍTULO IV – O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE

Origens	28
Concepção de Educação	32
Objetivos	45

NOTAS

PARTE II

A PRÁTICA DO MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE NO ESTADO DO MARANHÃO

CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A CONJUNTURA MARANHENSE

Aspectos Demográficos	59
As Migrações	59
Situação Fundiária	61

Perspectivas de Colonização do Meio Rural	63
Aspectos Econômicos	64
O Poder Político	67
Saúde e Saneamento	70
Educação Escolar	71
Mobilização e Organização dos Camponeses	72
A Atuação da Igreja no Campo Social	75

NOTAS

CAPÍTULO VI – DA IMPLANTAÇÃO DO MEB À SUA FORMA DE ATUAÇÃO

Implantação e Composição da Equipe	80
Área de Atuação	82
Visão de Mundo do Camponês Maranhense	85
Das Caravanas à Animação Popular	87

NOTAS

CAPÍTULO VII – O PROCESSO DE ANIMAÇÃO POPULAR

Estudo de Área	97
Identificação e Treinamento de Lideranças	98
Supervisão e Assessoramento	122
Programação Radiofônica	124
Processo de Avaliação	130

NOTAS

CAPÍTULO VIII – FORMAS DE ENGAJAMENTO SUSCITADAS
CAPÍTULO VIII – FORMAS DE ENGAJAMENTO SUSCITADAS
PELA ANIMAÇÃO POPULAR

Escolas	136
Cooperativismo	136
Associações de Moradores de Bairros	137
Sindicalismo	138

NOTAS

CAPÍTULO IX – ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DO MEB NO
MARANHÃO

NOTAS

CONCLUSÕES	157
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	164

PREFÁCIO

Como se já fosse um compromisso, Conceição me "avisou" pelo telefone: "o trabalho vai ser publicado, estou querendo o prefácio". Primeiramente, o susto. Como atender ao pedido, se eu já me sinto longe das lides teóricas do campo educacional? Pareceu-me um trabalho complexo, uma atribuição incômoda, dessas que só dão gosto assumir quando há muita amizade no meio. Tinha, felizmente, e muita.

Conversando com um amigo, comecei a ver mais claro: por que pensar em mergulho intelectual numa área que já não é minha, se relembrar a experiência do MEB, do MEB que eu vivi nos primeiros anos 60, era sobretudo reanimar um mundo de vivências tão agradáveis, entusiasmantes, enriquecedoras? E a dificuldade desapareceu, dando lugar a uma experiência prazerosa, como a que me parece valer a pena buscar em qualquer trabalho.

Pensar no MEB é pensar na experiência até hoje mais desafiante e fértil de toda minha vida. É pensar na juventude, no que ela tem de mais construtivo. Nós, que tivemos a ventura de viver o MEB daqueles anos, pudemos impulsionar com todo entusiasmo e coragem nosso ardor de jovens, nosso idealismo, nossa capacidade de empreender, de construir, de criar. A capacidade dos jovens de por a ousadia a serviço da criatividade. De por a criatividade a serviço de um projeto de construção social, em que a maioria da população possa crescer na busca do desenvolvimento humano.

Quando acentuo o "jovem" do pessoal que fez o MEB, quero exprimir duas reflexões. Éramos jovens, sim. Em boa parte dos casos, cronologicamente jovens ou não, éramos todos tomados por uma vivência de juventude, apostando na vida, com a certeza de caminhar na História, com a esperança no coração e na ação. Essa força jovem me parece ter sido indispensável para que tenham existido experiências como a do MEB. Por outro lado, fico pensando como é mais desafiante ser jovem hoje. Aos jovens em idade, o quanto é mais difícil por fora o próprio idealismo. Aos mais vividos nos anos, como nos é pedido um cultivo cuidadoso da capacidade de acreditar! Fico agradecendo à vida essa possibilidade de ter "curtido" tão intensamente essa dimensão de juventude no MEB.

Não quero dizer que as condições para isso tenham sido dadas apenas pelo MEB, internamente. Muito ao contrário. O Brasil vivia um grande momento de florescência. E a situação mundial, menos ameaçadora que em cu-

tros períodos, como o atual, respirava com mais fôlego, vitórias e realizações muito concretas, localizadas continentes afora, alimentando o elã de quantos se queriam construindo um novo mundo. Um momento de muita expressão, muita crítica, os jovens com voz e voto, os estudantes se metendo em todas. Em meio a uma crítica por vezes tão arrogante, alguém definiu bem, "acreditávamos intensamente em nosso país".

O MEB nasceu e se criou nesse momento, vivendo em cheio suas ambigüidades. Não havia só flores. Brigávamos muito, interna e externamente, querendo aprender essa coisa de viver na pluralidade. As proposições que inventávamos, nós as defendíamos com toda "garra", ao mesmo tempo que compelidos a ouvir outros, forçados à abertura pela multiplicidade de iniciativas que o momento não só permitia como alimentava. Quem sabe, aprendemos um pouquinho a ser um entre os outros, intuindo que essa coisa de "donos da verdade" não tinha vez.

O MEB definiu-se, entre os muitos caminhos de um trabalho em meio popular, pelo trabalho educativo, especialmente no meio rural. Sendo um movimento que, por suas origens, era feito para o meio popular, queria-se popular, feito por populares, desenvolvido pela própria base; nesse sentido, muito discutiu, lutou, idealizou, criou conceitos, métodos, técnicas, objetivos. Metas que se adentraram até o irrealizável, inclusive pelas próprias contingências do movimento: sua pouca experiência, seus limites institucionais, seu âmbito definido. Entretanto, essa contradição, a meu ver, longe de ser predominantemente um limite foi propulsora de avanço, de muita descoberta e aprendizagem, sobretudo com o pessoal da base comprometido no trabalho. Na busca do viável e do inviável (este último só muito depois reconhecido como tal), fomos levados a uma atitude de aprender com a prática, com o questionamento que o exercício de cada nova experiência colocava, com a revisão constante do que fazíamos, na discussão que se estabelecia nos diferentes níveis e grupos. Os resultados se multiplicavam, em parte dentro do programado e tanto mais fora dos limites programáveis, já que o crescimento das pessoas e dos grupos vem de dentro para fora, quantas vezes sem proporção com a estimulação externa! Os monitores de escola e os líderes de diferentes grupos de ação viveram, sem dúvida, os melhores momentos dessa história, certamente ainda mais exuberante se não lhe tivessem cortado a continuidade.

Os conflitos se sucediam, ardentes, ferrenhos, por vezes angustiantes. Mas, em minha memória de hoje, conflitos que menos sufocavam e mais estimulavam, provocando empenho maior. Penso, por exemplo, na coleção de pelepas com a equipe nacional de coordenação do movimento — aos olhos do pessoal dos Estados, a mais representativa de seu caráter institucional, detentora de maior parcela de poder, de quem dependia, portanto, grande

parte das decisões. Mas, junto com a instituição, o poder, a administração dos recursos financeiros (onde tem sede tanto mais poder!), havia muito de informal, artesanal, de vontade de estar mergulhado na prática aceitando o desafio da criatividade; afinal, estávamos desenvolvendo um processo inteiramente novo, em termos de propostas e de técnicas empregadas. O lado de aventura e arte – que se pode descobrir em tantos trabalhos – me parece ter sido muito florido na experiência do MEB e isto impregnava seus participantes de uma solidariedade muito forte, crescendo a amizade, diminuindo (não negando) as distâncias funcionais e geográficas entre as equipes locais, estaduais e nacional. Os conflitos com a hierarquia da Igreja Católica (o movimento foi criado e era mantido institucionalmente por bispos da Igreja Católica) eram vividos com muita ansiedade, emoções contidas e muitas não contidas; não só com os bispos, mas com padres e religiosos que tanto estranhavam aquela “liberdade toda” do chamado mundo leigo. Mas havia a cobertura, o apoio, o entusiasmo de tantos deles que nos confiaram o trabalho e nos possibilitavam áreas para a ação, concretizando sua visão de um cristianismo aberto e comprometido com a causa popular. No Maranhão, especialmente, poucas condições teríamos tido de afirmar o trabalho sem o apoio irrestrito de D. José Delgado, a reflexão amiga de D. Antonio Fragozo ou, ainda, as brigas animadas com o Padre Eider Furtado da Silva, que nos fizeram dar as mãos e caminhar no mesmo rumo. As diferenças e divergências ideológicas e políticas que surgiam e que mais tarde foram se acentuando, às vezes até ao insustentável, eram envolvidas, em tantos casos, nesse misto de amizade, confiança, posições teóricas, sentimentos religiosos.

Falei há pouco que nos arrojávamos num processo novo, numa proposta sobre a qual nós mesmos não tínhamos clareza nem definições fechadas, essa pobreza nos levando àquela disponibilidade para aprender a cada passo. Novo também nas técnicas usadas, já que era iniciante no Brasil o uso de escolas radiofônicas, principal instrumento de trabalho das equipes do MEB pelo país afora. O Maranhão foi, nesse aspecto, uma exceção, já que quando iniciamos o movimento, a Rádio Educadora estava “quase” liberada, as escolas “quase” instaladas . . . Mas nunca chegamos até aí . . . Mais uma vez, nossa pobreza nos ajudou, impulsionando-nos à inventividade, a desenvolver um ouvido atento junto às comunidades rurais que visitávamos, procurando caminhos. Vera Jaccoud, da equipe nacional, nos deu uma força especial, defendendo nossa continuidade como movimento no Maranhão, mesmo sem termos o instrumento básico de ação do MEB. Nessa altura, a crítica ao “diretívismo” da fala radiofônica já nos inquietava virulentamente, abrindo espaço para que novas formas de comunicação e trabalho com a base pudessem ser tentadas. Isso tudo somado resultou em nossa experiência de Animação Popular, desenvolvida também pela equipe de

Goiás e depois ampliada. O que contava, na verdade, era a perspectiva de educação como processo dinâmico com participação ativa de todos os interessados; um faro, ainda distante, do que veio a ser depois uma proposta de confronto de saberes, respeitado e valorizado o saber popular, mais do que a conhecida atitude educativa de imposição de um saber. Na experiência de treinamento de pessoal, presente desde a origem do movimento, desenvolvida e adaptada a diferentes níveis e regiões, a mesma proposta em ação: o que chamávamos de "treinamento" — tanto o de coordenadores e de supervisores como o do pessoal de base, em suas diversas responsabilidades — era uma preciosa ocasião de troca de experiências, de visões e vivências da realidade de cada grupo e cada lugar, em suas diferentes instâncias; era um tempo de questionamento, proposições, reflexão, realimentação, quando tomávamos posições, chegávamos a conclusões, forjávamos amizades. Este dado de "informação de pessoal" do MEB parece-me uma de suas contribuições mais destacáveis, semente bem plantada, planta viçosa, frutificando até hoje — com repercussões sentidas em diversos meios institucionais. Sem dúvida, a história da educação do país e do Maranhão precisa, para ser real, do registro da contribuição do MEB, o que, felizmente, vem sendo feito, como nesta iniciativa da Universidade do Maranhão.

Em minha formação pessoal dentro do movimento quero destacar a riqueza maior: a convivência com o mundo camponês. Com os lavradores do interior maranhense aprendi imensamente e costumo dizer que, a eles, devo minha conversão a um sentido mais apurado do humano, da solidariedade, do acolhimento que se cultivam naturalmente entre os mais simples. Muitos de nós, provenientes de uma educação urbana, nos deixamos cativar pela sensibilidade e fortaleza daqueles que trabalham diretamente a terra.

Nesta reminiscência do MEB—Maranhão, impossível não lembrar especialmente de Maria Regina Lobo Leite Pereira. Regininha, como era conhecida, amiga muito querida e muito fiel, amizade cultivada ao longo desse pedaço de história. Juntas iniciamos o movimento no Maranhão. Ela, vinda do Rio de Janeiro, com todo seu idealismo e compromisso com a causa popular a que empenhou a vida. Depois de já um ano dedicado à educação rural no interior do Estado, juntas viajamos pelo Nordeste, aprendendo o MEB iniciante. Juntas recebemos da equipe nacional e de D. Delgado (então arcebispo do Maranhão) a confiança para formar uma equipe e desenvolver um trabalho, desbravando caminhos ainda não conhecidos. Sem a ousadia e a disponibilidade de Regina muito disso tudo não teria acontecido. Juntas, ainda, descobrimos o entusiasmo de Conceição, força jovem da equipe de Viana onde começou para, mais tarde, vir a participar da coordenação estadual.

Seria omissão não referir o quanto os acontecimentos políticos de

1964 e sua sucessão golperam fatalmente essa história de juventude do MEB. Para todos nós que o vivíamos naquele momento empenhando o melhor de nossa energia — cerca de 20 pessoas no MEB—Maranhão, mais de duas centenas no Brasil — foi um golpe desastroso, não apenas em nossa dimensão profissional e política mas igualmente afetiva.

Hoje, olhando para trás, podemos nos dar ares mais distantes, ditos mais “objetivos”, para analisar aquela experiência, tão rica sob tantos pontos de vista. Registrá-la e analisar teoricamente suas características técnicas e políticas é trabalho árduo e Conceição o faz muito bem, arrancando elogios da banca examinadora durante sua defesa de tese de mestrado, do que fui testemunha entusiasmada. Mergulhar na vivência de tudo aquilo é, no entanto, complexo e as tentativas de escrever a respeito nos têm parecido uma redução empobrecedora. Mas aí está a Conceição viva, em sua vida familiar, social, profissional a nos testemunhar fortemente a vitalidade jovem que se cultivou no MEB e nela continua, vibrante e atuante. Descubro-me, neste testemunho pessoal, fazendo uma “declaração de amor” ao movimento e aos companheiros que o integravam, deixando o esforço de crítica e avaliação ao trabalho de tese a seguir, que espero proveitoso a quantos se dediquem a apreciá-lo.

Hoje o Brasil mudou, o MEB mudou, o mundo mudou. E os jovens, como vivem hoje? As forças populares? Os diferentes grupos da Igreja? O mundo camponês? Quais as perspectivas políticas hoje? Como nos situamos? Vale reafirmar para nós mesmos que continuamos implicados, comprometidos, cada um, pessoalmente. Que são políticas todas as nossas atitudes, inclusive nossas tentativas de descompromisso. Não vale cair no saudosismo de nossos “bons tempos” ou na consciência traquilha de que já fizemos nossa parte. A cada momento, o desafio é novo mas permanece, para os jovens de novas gerações como para os da minha. O desafio é acreditar e sentirmo-nos comprometidos, sabendo que é na vida cotidiana, no convívio imediato que se concretizam as exigências de respeito a nós mesmos e ao outro.

Neste pedaço de história do MEB fica a lição de vida de que o joio e o trigo crescem juntos: o MEB não foi só acerto ou só desacerto político, um mar de entusiasmo ou um feixe de problemas. Foi uma experiência educativa com sucessos e insucessos, uma vivência de engajamento, de profundo compromisso social, com tudo o que implica, de subjetividade e objetividade, um laço dessa ordem.

MARIA JOSÉ SOUSA DOS SANTOS

Rio, setembro 1984

INTRODUÇÃO

Considerando que os homens tomam consciência dos conflitos gerados nas relações de produção capitalista a nível da superestrutura política e ideológica, a educação popular torna-se uma questão de fundamental importância para os intelectuais comprometidos com as causas das camadas populares.

As experiências passadas de educação popular que tentaram veicular uma contra-ideologia precisam portanto ser analisadas criticamente, pois, embora algumas delas tenham sido realizadas em conjunturas diferentes, podem pelos seus acertos e equívocos fornecer subsídios importantes para aquelas que já estão sendo realizadas ou que vierem a realizar-se.

Na realidade, se os intelectuais não se dispuserem a recuperar a história dessas experiências, o tempo se encarregará de apagá-las e a consciência disso foi que nos induziu a dar a nossa contribuição para que tal não ocorra.

O nosso trabalho se restringe entretanto ao Movimento de Educação de Base, MEB, instituído oficialmente em 1961, sendo que até 1966, apesar das crises que enfrentou, conseguiu manter um certo nível de compromisso com a causa da libertação das camadas populares da sociedade brasileira.

Atuando quase que exclusivamente nas zonas rurais dos Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o MEB deu sua contribuição, através de um processo de educação de base, para a mobilização e organização das camadas populares, com vistas à participação destas na vida social e política do país. Ressalvando-se evidentemente os limites que lhe eram impostos pelo fato de constituir uma iniciativa da Igreja Católica e de ter advindo da conjugação de esforços entre ela e o Estado.

Em âmbito nacional, o MEB atuava principalmente através de escolas radiofônicas, caracterizando-se como exceção a sua experiência no Estado do Maranhão, que se constitui o nosso objeto de estudo específico.

Antes, porém, de alcançarmos o nosso objeto específico de estudo, acima citado, percorremos a trajetória que nos pareceu melhor, procurando identificar em que circunstâncias surgiu o Movimento de Educação de Base como movimento nacional, quais as suas relações com a estrutura social da qual fazia parte e como se manifestam as suas contradições com a reprodução dessa própria estrutura. Tentamos assim buscar, além do que o imediato deixa transparecer, as principais conexões e contradições internas do todo maior no qual ele se constituía um determinado e um determinante. Buscamos enfim, dentro de nossa consciência possível, encontrar a síntese do que ele significou.

Nessa perspectiva, iniciamos, então, o nosso trabalho a partir do pro-

cesso de emergência das massas populares na participação da vida política brasileira. Fizemos uma análise de alguns dos principais fatores que contribuíram para esse evento, tais como: a crise que abalou a hegemonia das classes dominantes; a carência de legitimidade do poder político que se instalou no país e que o levou a tentar conseguir-la junto às camadas populares, objetivando neutralizar as pressões advindas dos setores onde não encontrava receptividade e que lhe provocavam instabilidade; as pressões populares caracterizadas como manifestações de massas, possibilitando, dessa forma, ao poder, condições para uma grande margem de manipulação das mesmas; e o processo de mudanças de comportamento das camadas populares no qual suas lutas e as contribuições da sociedade civil e intelectuais tiveram uma importância decisiva.

Considerando que entre os intelectuais o consenso sobre a questão da educação popular ainda não alcançou um nível desejável, decidimos explicitar, em seguida, as conclusões a que chegamos através de nossas reflexões sobre essa questão, como também explicitamos o que a nossa "consciência possível" nos permitiu apreender da cultura popular.

Na tentativa de situar melhor o MEB em relação ao contexto em que desenvolveu suas atividades, identificamos alguns dos movimentos de educação popular que no mesmo período também obtiveram expressividade. Por conseguinte, retomamos a questão da contribuição do intelectual na história da libertação das camadas populares.

A partir de então, nos detivemos especificamente na análise do Movimento de Educação de Base no período de 1961 a 1967, iniciando pelo seu discurso oficial, de onde destacamos os aspectos que nos pareceram fundamentais; tais como: os fatores que contribuíram para sua origem e como esses fatores se interrelacionaram na conjuntura social e política na qual ele surgiu; sob qual postura a sua concepção de educação se apresentou como também sob quais reflexões sobre cultura popular o MEB se orientou. Fizemos finalmente uma análise dos objetivos a que se propunha, a partir da forma como foram explicitados nos seus documentos.

Com uma visão do MEB obtida através do seu discurso sobre as questões fundamentais nas quais se encontrava envolvido, passamos então à sua forma de atuação.

Como já afirmamos, a análise da prática do MEB se restringirá à sua atuação no Estado do Maranhão, o que nos fez sentir a necessidade de, antecipadamente, buscarmos subsídios que possibilitem uma visão geral de alguns aspectos conjunturais da realidade maranhense.

A escassez de documentos que possam nos fornecer informações sobre a atuação do MEB no Maranhão, por terem sido esses documentos incinerados ou extraviados, foi compensada pelo relato desta experiência conse-

guida em entrevistas realizadas com ex-integrantes da equipe do MEB do Maranhão e com alguns elementos das comunidades onde a experiência foi desenvolvida.

A prática do MEB no Maranhão não pode, porém, ser tomada como forma de expressão da sua prática no Brasil, pois além da realidade maranhense apresentar características específicas sob alguns aspectos, a sua atuação nesta realidade se deu também de forma excepcional, isto porque não utilizava as escolas radiofônicas como instrumento para atingir as populações pretendidas. A atuação através do contato direto com as comunidades rurais, tornou a experiência do MEB/Maranhão, expressiva pelo seu caráter de excepcionalidade e, sobretudo, pela sua criatividade, ou seja, pela forma como buscou alcançar os seus objetivos através do processo de "Animação Popular", onde os treinamentos que realizava constituíam a sua peça fundamental, direcionada para a mobilização dos camponeses em função da organização de sindicatos rurais. Este fato, ao invés de ter-lhe causado prejuízos, enriqueceu-lhe a experiência. Daí porque, exatamente pelo seu caráter de excepcionalidade, a experiência do MEB no Maranhão torna-se indispensável para uma visão completa deste Movimento.

CAPÍTULO I

A EMERGÊNCIA DAS CAMADAS POPULARES NO BRASIL

A emergência das camadas populares no Brasil, como todo fato social, é um fato histórico com todas as suas complexidades e causalidades. Como uma época histórica que contribuiu para sua constituição, foram sobretudo, em seu processo, a crise de hegemonia das classes dominantes, a emergência da hegemonia do poder popular, as condições materiais políticas e a emergência da consciência social e das organizações para a realização das demandas populares. Focamos estas determinações que, apesar de sua complexidade de análise, analisamos separadamente.

A Crise de Hegemonia das Classes Dominantes

PARTE I O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE: DETERMINANTES, CONCEPÇÕES E OBJETIVOS

dos os movimentos mais recentes, sobretudo os que se desenvolveram durante a Terceira Internacional e os anos 1930, como resposta para a crise social, política e econômica que viveu o Brasil, a emergência da hegemonia das classes dominantes no Brasil.

A crise em que se desenvolveu a consciência e a organização da sociedade brasileira em 1930, com suas causas principais e suas consequências de 1929, que levou à emergência e consolidação do poder popular para a participação da produção primária, base da economia brasileira, e a emergência da consciência social, sobretudo a consciência política, que se desenvolveu durante a década de 1930, em decorrência da crise social e econômica que se viveu no Brasil, e a emergência da consciência social e política, que se desenvolveu durante a década de 1930, em decorrência da crise social e econômica que se viveu no Brasil.

CAPÍTULO I

A EMERGÊNCIA DAS CAMADAS POPULARES NO BRASIL

A emergência das camadas populares no Brasil, como todo fato social, é um fato histórico com todas as suas conexões e contradições. Como principais fatores que contribuíram para essa emergência, vamos encontrar, entre outros, a crise de hegemonia das classes dominantes, a necessidade de legitimação dos detentores do poder político, as próprias pressões populares e as contribuições da sociedade civil e dos intelectuais para a politização das camadas populares. Fatores estes interrelacionados que, apenas para efeito de melhor compreensão, analisaremos separadamente.

A Crise de Hegemonia das Classes Dominantes

Os acontecimentos do início da década de 1960 só podem ser entendidos se inseridos num processo histórico que se inicia em tempos anteriores. Tomaremos o ano de 1930 como marco para a nossa análise, pois é a partir desse ano que entra em colapso a hegemonia da classe até então dominante no Brasil.

A crise em que se encontravam a estrutura e a superestrutura da sociedade brasileira em 1930, tem como causas principais a crise econômica de 1929, que levou à decadência o capitalismo agrário voltado para a exportação de produtos primários, base da economia brasileira, e o desenvolvimento do capitalismo industrial urbano que já se iniciara. Nestas condições, os grupos oligárquicos perderam a primazia do poder político que até então vinham mantendo com exclusividade alijando da participação política todos os demais setores da sociedade brasileira.

Por outro lado, o incipiente setor industrial, com a sua burguesia ainda em formação, não possuía condições suficientes para assumir o poder. Na realidade, a classe economicamente dominante não se encontrava em condições de continuar exercendo o poder hegemônico na sociedade brasileira. Iniciou-se, assim, um período de crise na hegemonia que eclodiu com a Revolução de 1930, quando, liderados por Getúlio Vargas, grupos em sua maioria oriundos dos setores médios de nossa sociedade, conjuntamente com alguns chefes oligárquicos sem expressividade no Estado anterior, assumiram o poder.

Mas uma crise de hegemonia em uma sociedade não é superada apenas com a troca dos grupos ou classes no poder, a não ser que a hegemonia tenha sido conquistada antes da conquista do poder¹, o que não foi o caso e nem poderia sê-lo. Os grupos que ascenderam ao poder não pertenciam a nenhuma das classes fundamentais características das sociedades capitalistas, e isso os impossibilitava de possuírem horizontes próprios, em razão de suas ambigüidades, e de terem bases próprias para se legitimarem no poder político. A crise de hegemonia propiciava, portanto, o surgimento, entre outras conseqüências, de insurreições contra o novo regime, tais como a de 1932 e a de 1935.

A instabilidade em que se encontravam os detentores do poder político, fez com que recorressem, em 1937, à instauração de um regime ditatorial em substituição ao processo de "democratização" que se tinha iniciado com a revolução de 1930 e que, nessas circunstâncias, se mostrou inexecutável.

A história do Brasil tem demonstrado, nas últimas décadas que, quando há impossibilidade para o exercício do poder com um regime político de supremacia da "direção", que implica consenso, ou seja, consentimento espontâneo dos dirigidos, os grupos dominantes deslocam essa supremacia para a dominação via um regime autoritário, o que ocorreu no período de 1937 a 1945.

Exaurindo-se as condições para a manutenção da supremacia da dominação em relação à direção, reiniciou-se o processo de "redemocratização" do país em 1945, com a queda do Estado Novo e a deposição de Getúlio Vargas.

O período de transição para o capitalismo urbano industrial, como período de transição, foi também um período em que a hegemonia dos grupos dominantes sobre a sociedade esteve permanentemente em crise. Repercutiam, na superestrutura política e ideológica, as crises da estrutura econômica, e isso não impediu que o acentuado processo de industrialização pelo qual vinha passando o país, preparasse o caminho para a consolidação e expansão do capitalismo industrial, ao mesmo tempo em que conduziu, em um processo lento, à desarticulação do poder econômico e político dos setores agrários.

Nestas circunstâncias, embora de forma indireta representados no Estado, os grupos economicamente dominantes em ascensão pressionavam cada vez mais para que a atuação desse Estado fosse voltada para seus interesses. E na realidade era esse o tipo de atuação do Estado que permitia o exercício do poder político por grupos não imediatamente vinculados ao poder econômico².

Mas as relações de compromissos que possibilitavam o desenvolvimen-

to do processo de “democratização” pelo qual vinha passando o país, especificamente no período de 1945 a 1964, só foram possíveis até o momento em que as tentativas de implantação de um modelo econômico autônomo e os grupos tradicionais não se constituíram em entraves à plena expansão do capitalismo industrial monopolista, e até quando esse processo de “democratização”, mesmo em se tratando de uma democracia burguesa executada por uma política de classe média, não implicou em ameaça à manutenção do modo de produção capitalista em vigência, com todas as suas dependências do capitalismo internacional.

Como promover a democracia e assegurar um poder político que deva corresponder aos interesses do capitalismo implantado no Brasil, são processos contraditórios pelo tipo de capitalismo que aqui foi implantado; a democratização só avança até o limite onde os interesses desse capitalismo não se encontrem ameaçados ou até onde essa ameaça não se apresente de modo concreto.

A história vem demonstrando ultimamente que exercer o poder político no Brasil indefinidamente através de um regime que privilegie a dominação não é uma estratégia eficaz. Por essa razão, os condicionamentos históricos têm provocado a alternância do poder político ora dando ênfase a dominação, ora dando ênfase a direção. Mas a direção de uma sociedade implica em consenso e a obtenção do consenso de toda a sociedade para o exercício de um poder político quase que exclusivamente voltado para os interesses de um determinado grupo, especificamente para os donos dos meios de produção, também não é possível, principalmente numa estrutura social onde sequer, por seu vasto exército industrial de reserva, existe preocupação com a reposição da força de trabalho consumida.

Conseqüentemente, as mudanças de regime político estão sempre relacionadas com crises de hegemonia, tanto intraclasse, ou internas, quando na classe economicamente dominante inexistem condições de uma de suas frações assumir, em nome de toda a classe, o poder político, como também por incapacidade dos seus representantes, embora indiretos, exercerem o poder hegemônico sobre a sociedade como um todo. Daí porque a instabilidade foi característica de todos os governos de 1951 até 1964. Da deposição e suicídio do Presidente Getúlio Vargas até a posse de João Goulart, os golpes de Estado estiveram sempre iminentes, terminando por ocorrer ainda no mandato deste último, quando se tinham exaurido todas as condições que tornaram possíveis a manutenção de relações de compromissos.

À medida que a expansão do capitalismo monopolista vinha ocorrendo, as alianças entre os grupos não ditadamente voltados e aqueles unicamente voltados para os seus interesses tornaram-se cada vez mais inviáveis, inclusive com a fração da classe dominante interessada no desenvolvimento

de um capitalismo autônomo, pois, dadas as condições internacionalizantes do sistema capitalista, essa tendência era inexequível.

Rompendo-se as alianças, o grupo economicamente dominante reconstrói o poder em nome exclusivamente dos seus interesses, ou seja, o de favorecer o livre curso do modelo econômico associado ao capital estrangeiro. Dessa forma, às concessões que até então vinham sendo feitas em relação à sociedade civil e às massas populares, no que se refere à participação política, foram totalmente eliminadas. Ocorria que esta participação, dada a desarticulação da hegemonia da classe dominante e o acelerado processo inflacionário do início da década de 1960, vinha possibilitando a articulação de uma contra-hegemonia. Esta contra-hegemonia, embora ainda iniciando o seu processo de difusão, já se constituía em uma ameaça à manutenção da estrutura classista da sociedade brasileira e se não detida em tempo, poderia se tornar irreversível.

Desmascara-se a pretensa soberania com que se apresenta o Estado nas sociedades capitalistas, que até nos períodos de crise de hegemonia da classe dominante demonstrou, em última instância, existir em nome dos interesses desta, embora ela não estivesse, neste Estado, diretamente representada.

Em síntese, não conseguidas via regime "democrático", condições hegemônicas para promoverem, sem conturbações, a expansão do sistema capitalista dependente; não sendo enfim conseguida a direção da sociedade, recorreu-se novamente à alternativa disponível: a dominação pela força. E esta dominação se manterá até quando estrategicamente outra rearticulação lhe seja conveniente, ou então, até quando o permanente estado de crise de hegemonia da classe dominante seja irreversivelmente superado por uma contra-hegemonia.

A Necessidade de Legitimação do Poder Político

Os grupos que ascenderam ao poder político do Brasil em 1930, embora tendo contribuído para a desarticulação do poder hegemônico das oligarquias agrárias, não possuíam bases que os legitimassem no poder, pois, em sua maioria, eram oriundos das camadas médias da população, recém-surgidas com o desenvolvimento industrial urbano e compostas de militares, empregados em serviços e profissionais liberais.

Por não estarem os detentores do poder político diretamente vinculados aos grupos economicamente dominantes, e por se encontrarem em permanente clima de instabilidade, surgiu então a necessidade de incorporação ao processo político das camadas populares, que até então tinha sido totalmente marginalizadas. Mas esta participação estaria condicionada a realizar-se na qualidade de massas, pois, para provocar instabilidade aos detentores do poder bastavam as pressões advindas de outros setores da sociedade, principalmente dos grupos economicamente dominantes. O que realmente necessitavam os detentores do poder eram de forças que pudessem proporcionar-lhes uma relativa autonomia capaz de impedir que o exercício desse poder por eles, estivesse permanentemente ameaçado. Vejamos como Francisco Weffort esclarece a questão:

“... nenhum dos participantes do poder direta ou indiretamente pode oferecer bases de legitimidade ao Estado: as classes médias porque não possuem autonomia frente aos interesses tradicionais em geral, os interesses cafeeiros porque foram deslocados do poder político sob o peso da crise econômica, os setores menos vinculados à exportação porque não se encontravam vinculados aos centros básicos da economia.

Nestas condições aparece na história brasileira um novo personagem: as massas populares urbanas. É a única fonte de legitimidade possível ao novo Estado brasileiro”³.

A busca de adesão das massas populares ao projeto político como fonte de legitimidade, que se inicia a partir de 1930, não se retrai nem no período ditatorial em que foi implantado o Estado Novo de 1937 a 1945, sendo que esta busca intensifica-se no período de “redemocratização” pelo qual passou o país de 1945 a 1964.

O modelo político democrático que se implantou no país nesse período

do, pretendia então favorecer a incorporação das camadas populares, condicionando-as aos interesses do grupo dirigente, o que, em última instância, correspondia aos interesses dos grupos economicamente dominantes, já que, embora não estando diretamente representados no Estado, é quase sempre em nome desses interesses que em uma sociedade capitalista o Estado atua.

O condicionamento a que as camadas populares estavam submetidas para participarem da vida política do país, era que essa participação, como já dissemos, se efetuassem na qualidade de massas. Isto possibilitava uma grande margem de manipulação destas, dadas as suas características que de homogêneas só possuem a condição de, no sistema capitalista, ocuparem os escalões sociais econômicos mais baixos,⁴ sendo incapazes de se organizarem, de se auto-representarem: incapazes, portanto, de fazer valer seus interesses, enfim, não possuindo consciência de classe.

Implanta-se, nessas condições, uma “democracia” baseada na “política de massas” que, ainda assim, não gozou de boa receptividade por parte dos grupos dominantes como bloco.

A grande vantagem do Estado populista, para as alas mais esclarecidas, tanto do poder político como do poder econômico, era a condição que este possuía de apresentar-se à sociedade sob uma aparência soberana, soberania que na realidade é inexecutável em uma sociedade de classes. Mas, com esta aparência, o Estado apresenta-se à sociedade como defensor dos interesses de “todo o povo”, tentando assim evitar que seja revelado o seu caráter de Estado de classe.

Não é discutível, entretanto, que realmente alguns dos problemas das massas populares tenham sido até certo ponto considerados, ou melhor, tenham tido ressonância junto à sociedade política ou Estado que vigorou no país a partir de 1930, principalmente no período de “regime democrático”, com Getúlio Vargas, Jânio Quadros e João Goulart. Assim, vamos encontrar importantes eventos como o Salário Mínimo, a Consolidação das Leis do Trabalho e o Estatuto do Trabalhador Rural.

É preciso atentar, porém, para o fato de que fazer determinadas concessões, estrategicamente, significava contribuir para que a legitimação do poder ora instituído se consubstanciasse mais, condição da qual dependia o seu exercício, que, em última instância, permitiria o livre curso da expansão do capitalismo.

O desenvolvimento do capitalismo industrial urbano na realidade foi que propiciou o surgimento e desenvolvimento da política de massas. Entretanto, embora o populismo seja caracterizado como um fenômeno urbano, a sua prática política não se limitou às zonas urbanas. Com a expansão do capitalismo rural, a “política de massas” avançou também no campo. Como diz Octávio Ianni:

“... a política de massas elaborada nos ambientes urbano-industriais difunde-se e ganha alento nos meios rurais. Fundaram-se os sindicatos, com o mesmo espírito dos sindicatos operários industriais. Isto é, o caráter assistencial e recreativo sobrepuja o caráter político das organizações do proletariado agrícola” ⁵.

Como sabemos, a condição para a preservação do capitalismo é a expansão deste, e, como já nos referimos, era neste sentido que todos os governos tinham sua política orientada. Era a tão importante “ordem” que em primeiro lugar necessitava ser mantida, ou seja, as relações sociais capitalistas.

Pode-se falar, entretanto, de divergência nestes governos sobre os modelos econômicos mais convenientes, sem questionamento, contudo, do sistema capitalista de produção como tal. Getúlio, Jânio e Jango, por exemplo, eram tendentes a um modelo econômico autônomo, ou seja, nacionalista, e, por isso mesmo, inconveniente aos interesses do capitalismo internacional. O Presidente Jânio era inclusive intransigente na defesa do empresariado nacional, o que significava uma postura contrária à política econômica do Governo de Juscelino Kubitschek voltada para a internacionalização da economia, onde o capital estrangeiro era considerado como fundamental para a promoção do crescimento econômico.

Sob as bandeiras do nacionalismo ou do desenvolvimentismo, as massas populares foram manipuladas no sentido de aderirem a elas, e em nenhuma das políticas econômicas, como já frisamos, a questão fundamental foi colocada, ou seja, o modo de produção capitalista. A manutenção da ordem se mantinha fora de qualquer questionamento. Inclusive, até grande parte dos progressistas não ultrapassava a linha do reformismo como solução para os problemas sociais que eram entendidos como possíveis desvios da ordem vigente. Era o “progresso dentro da ordem” que interessava.

Aceitar sem questionar o modo de produção capitalista vigente era pois uma das condições impostas à participação das camadas populares no jogo político, o que só se viabilizaria, se nesta participação elas se manifestassem na qualidade de massa, tanto que em nenhum dos governos “democráticos” houve uma real preocupação com o que se refere à “política” das massas, ou seja, uma preocupação em conscientizá-las de que faziam parte de uma força que poderia obter um poder hegemônico⁶.

Não era de uma ativa e consciente participação das camadas populares na vida política do país que os detentores do poder necessitavam, pois não estavam seguros de que, nestas condições, obteriam a legitimidade necessária à sua permanência no poder. Tanto que o movimento sindicalista se desenvolveu sob a égide do Estado e com uma prática voltada para o la-

zer e o assistencialismo, em vez de voltado para uma prática política. Até onde foi possível serviu mais como um mecanismo de controle dos trabalhadores do que como um instrumento de politização.

Para um Estado que identificava a sociedade como um todo harmônico, não poderia haver lugar para lutas por distintos interesses e o Governo de um Estado "soberano" não poderia permitir que determinados grupos fossem privilegiados em detrimento de toda a sociedade. Não haveria, portanto, dentro desta perspectiva, necessidade de autênticas organizações de classes.

Esta era a ideologia subjacente em todos os Governos após 1930, o que era perfeitamente coerente com o modelo democrático das sociedades de classes. Todas as lutas que as contradições inerentes a um sistema capitalista tornavam inevitáveis eram conduzidas para dentro das regras do jogo "democrático".

Tentava-se evitar com manipulações que as reivindicações das camadas populares pusessem em xeque a soberania do Estado e questionassem, conseqüentemente, as bases sobre as quais este Estado estava assentado. Daí por que estas reivindicações tiveram ressonância junto ao poder político e foram suportadas pelos grupos economicamente dominantes até quando perceberam que a condução do processo de desenvolvimento econômico capitalista, via regime político "democrático" ainda que burguês, começava a constituir-se em uma ameaça a este processo.

As pressões pelas quais vinha passando o poder político denunciavam que as condições para manipulações das massas populares estavam alcançando seus limites e pondo em risco a manutenção da ordem vigente, contrariando, assim, o papel que foram chamadas a desempenhar: o de legitimar o poder político, dando-lhe condição para, como representante do "povo", ser exercido em favor dos grupos economicamente dominantes.

As Pressões Populares

Condicionar a emergência das massas populares unicamente à necessidade de legitimação de um novo grupo que se instala no poder político em conseqüência das crises de hegemonia dos grupos economicamente dominantes no Brasil, significa apreender a realidade de forma unilateral, significa uma visão parcial desse fato que, em última instância, ideologicamente favoreceria à classe dominante.

Portanto, se a "política de massas" oportunizou a emergência das camadas populares, foram também as pressões destas que fizeram surgir a necessidade da "política de massas" se estabelecer como mecanismo de manipulação. Os condicionamentos são recíprocos; a relação entre ambas é dialética.

Como a história de uma sociedade capitalista não se faz sem contradições à medida que se preparava o caminho para a consolidação e expansão do capitalismo industrial do Brasil, as camadas populares também avançavam o nível de suas reivindicações. Se as concessões feitas às camadas populares pelos detentores do poder faziam parte de uma estratégia que foi eficaz para um determinado período, a história não comprovou que o seria indefinidamente.

Manter uma estrutura social, na qual a grande maioria do povo participe apenas com sua força de trabalho, não participando do consumo dos bens produzidos e da gestão da sociedade, a base da hegemonia, pode ser bem mais tranqüilo, mas seguramente muito menos fácil de conseguir.

Pretender promover a mobilização das camadas populares, ou seja, promover uma situação de disponibilidade para a participação política e, ao mesmo tempo, pretender que esta participação se efetue indefinidamente sob controle são propostas contraditórias. Realmente significaria desconhecer que as lutas das camadas populares, apesar de descaracterizadas, são lutas de classe, e que estas, embora originadas e inerentes ao sistema capitalista de produção, não encontram nele a sua superação. O que significa que o limite das lutas de classes implica a inexistência de classes, logo a superação do próprio sistema capitalista de produção.

Constata-se que até 1930 as camadas populares não se constituíam em forças capazes de exercer pressão sobre os regimes políticos vigentes, o que possibilitou a estes manterem-nas quase que totalmente marginalizadas no que se refere à participação política. Mas, com o acelerado processo de desenvolvimento industrial-urbano, pelo qual passou o país de 1930 a 1945, as massas populares começaram a adquirir o poder de pressão sobre o poder político e aí então a presença das massas já não podia continuar sendo despercebida.

Por outro lado, como analisamos no item anterior, dada a instabilidade em que se encontravam os detentores do poder político, em decorrência da crise interna dos grupos economicamente dominantes, apresentaram-se as massas populares em ascensão, como forças que vinham se constituindo, como a única fonte disponível para a legitimação de que necessitava o poder político instituído.

Sendo as massas populares forças capazes de pressionarem e legitimarem um poder político, necessário tornou-se montar uma estratégia de manipulação das mesmas. Por outro lado, considerando-se as pressões que cada vez mais se vinham produzindo, o interesse de legitimação tornou necessário aos detentores do poder efetuarem concessões, sem as quais seria inviável a obtenção da legitimidade de que necessitavam. Isso veio contribuir para o alcance de algumas vitórias das massas populares no que se refere às suas

reivindicações, principalmente as relacionadas com a legislação trabalhista, como o Salário Mínimo em 1940 e a Consolidação das Leis do Trabalho em 1943. O fato de ser a legislação trabalhista um mecanismo regulador das relações entre classes⁷, não lhe retira o caráter de vitória que sua conquista significou, e ainda não podemos deixar de atentar para o fato de que a orientação predominante em todos os setores da sociedade brasileira era reformista.

Foi principalmente a partir de 1945 que as camadas populares passaram a ter uma participação política mais efetiva, tanto em decorrência da queda do regime ditatorial do Estado Novo e vigência de uma constituição "democrática", como também pela experiência de luta pela qual vinha passando o proletariado e pelo movimento migratório no sentido das grandes cidades. É preciso esclarecer que este movimento migratório verificou-se não apenas pelo processo de industrialização pelo qual vinham passando as grandes cidades, mas também, e principalmente pelo avanço do capitalismo no campo que implicava a redução da necessidade da mão-de-obra e tinha como consequência a expulsão do homem do campo. Não podemos deixar de considerar que a total desassistência ao homem do campo por parte dos serviços públicos tenha tido também sua parcela de influência no grande aumento dessas migrações. Ressalte-se ainda que, se por um lado as migrações possibilitavam quantitativamente maior capacidade de pressão das massas populares urbanas, por aumentar a sua concentração, qualitativamente as migrações oportunizavam uma maior margem para a manipulação das mesmas. Os contingentes migratórios traziam consigo, no que se refere à formação cultural, todas as condições favoráveis ao desenvolvimento da prática da "política de massas". A visão de mundo do meio rural lhes induzia a uma postura de submissão e impotência frente à realidade e contribuía, também, para a maior heterogeneidade no que se refere à composição das massas populares urbanas. Dificultava, assim, o processo de tomada de consciência dos interesses que lhes eram comuns, e por conseguinte, a formação de uma consciência de classe.

Fundamentalmente, foram a ausência de consciência de seus interesses comuns e a incapacidade, naquele período, das camadas populares auto-representarem-se, que possibilitaram a manipulação de suas pressões e interesses por parte dos governos populistas, no sentido de conduzir estas camadas a almejamem uma participação na vida política do país sem questionar a sua estrutura social. Na realidade, não poderia ser diferente, já que a formação política das camadas populares nunca foi a preocupação dos detentores do poder, e até mesmo os esforços dispensados à sua organização sempre foram realizados no sentido de possibilitar um mais efetivo controle das mesmas. O sindicalismo no Brasil é um dos casos que teve a sua or-

ganização e atuação sempre controladas até onde os limites se impuseram. Por outro lado é oportuno ressaltar que, através da política sindical, pode ser conseguida, apenas, a atenuação dos problemas das camadas populares, mas não a eliminação da submissão do trabalho ao capital.

Mas, se não houve intenção deliberada por parte da sociedade política em politizar as massas populares, as lutas por estas conduzidas, com as conquistas alcançadas e barreiras encontradas, e a contribuição de intelectuais encarregaram-se de fazê-lo o máximo possível. Emergia assim o que há de mais válido no sistema capitalista do Brasil: o germe de sua contradição.

O nível crescente das reivindicações das camadas populares e a impossibilidade de os detentores do poder atenderem-nas, começavam a demonstrar às referidas camadas que o atendimento de suas exigências tinha, na estrutura social brasileira, limites bem aquém de suas necessidades, tanto no que diz respeito ao poder de consumo, quanto no que se refere às suas aspirações de participação na vida política do país.

Ocorre que a partir do momento em que a capacidade de manipulação das massas populares atingia seus limites e os entraves impunham-se quase que de forma clara à sua participação em quase todos os setores da sociedade, as pressões populares que até então tendiam a engajar-se no processo reformista em andamento começam a orientar-se no sentido do questionamento da própria estrutura da sociedade e do real papel do Estado. Este vinha conseguindo colocar-se fora de questionamento pela aparência de neutralidade com que se apresentou sobre todo o conjunto da sociedade "democrática" brasileira. Enfim, era a democracia burguesa sendo tragada pelas contradições do modo de produção de subsistência da sociedade que o gerou.

Se até aproximadamente o final dos anos 50 foi possível manter o controle das massas populares, a partir do início dos anos 60 isso já não se verificou de forma tão passiva. As camadas populares deixavam de agir espontaneamente, começavam a organizar-se rapidamente, o processo inflacionário intensificava-se em nossa economia, os sindicatos tentavam sair das mãos da burguesia e a prática do peleguismo, tão característica nos sindicatos, começava a enfrentar barreiras.

Com a expansão do capitalismo no campo, avançou também no meio rural a "política de massas" e, com idênticas finalidades de controle e manipulação, iniciou-se o processo de organização sindical dos trabalhadores rurais. Mas a exemplo do que ocorria com os trabalhadores das zonas urbanas, no meio rural o controle e a manipulação também encontraram seus limites. As tensões sociais intensificavam-se, principalmente no Nordeste, onde proliferavam as organizações dos trabalhadores e também os grupos de esquerda.

Podem ser destacadas como as reivindicações mais audaciosas do meio rural a liberdade de organização sindical e a Reforma Agrária⁸.

As pressões populares então já não se detinham nas zonas urbanas e os temores da burguesia industrial urbana eram agora compartilhados e, de forma mais intensa, pela burguesia agrária. A solução encontrada pelos grupos economicamente dominantes para o problema, não foi outro senão a mudança do regime político vigente no país em 1964.

As Contribuições da Sociedade Civil e dos Intelectuais

Obviamente se as camadas populares conseguiram mobilizar-se e organizar-se não foi apenas por suas iniciativas. Vários fatores contribuíram para tanto, inclusive, o próprio grupo politicamente dominante que necessitava dessa mobilização. A questão está em que, se, em última instância, o que este grupo visava eram condições que lhe permitissem permanecer no poder e, conseqüentemente, garantissem a manutenção do modo de produção capitalista, seja nacionalista ou dependente-associado, o rumo para o qual as pressões populares estavam tendendo dirigir-se era no sentido de mudanças estruturais.

Por outro lado, se a manutenção do sistema capitalista via transformação ou modernizações que lhe propiciassem o aperfeiçoamento, era a única pretensão da sociedade política, não está seguro ter sido esta também a pretensão de toda a "sociedade civil"⁹ e mesmo de grande parte de intelectuais diretamente ligados aos aparelhos hegemônicos do Estado.

O que estamos querendo dizer é que o fato de não ter havido, por parte do Estado, uma real preocupação com a formação política das massas populares, não deve levar-nos a inferir que, por parte das instituições da sociedade civil, esta preocupação não se tenha verificado.

Evidentemente, era a própria prática de lutas que fundamentalmente vinha oportunizando o desenvolvimento do processo de politização, pelo qual as massas populares vinham passando; "ninguém tem dúvida de que a força desse processo esteja no despertar das massas", contudo não pode deixar de ser considerada a efetiva contribuição que muitos intelectuais, embora em alguns casos engajados no projeto político reformista do populismo, deram à efetivação desse processo.

Como sabemos, a tomada de consciência de sua situação e de sua missão pelas camadas populares não emana naturalmente da luta de classes; por si próprias, estas conseguem alcançar apenas a convicção de que é preciso unirem-se, organizarem-se, conduzirem suas lutas, fazerem exigências ao governo no que se refere aos salários, às leis, etc., medidas que, na realidade, não conseguem nada mais além do que atenuar os antagonismos sociais, pois a

consciência necessária para o encaminhamento de soluções reais para os seus problemas não pode surgir senão à base de um conhecimento científico. Perguntaríamos então: quem são os portadores da ciência? Obviamente são os intelectuais instruídos no seio da burguesia, e são eles que os transmitirão às camadas populares à medida que com estas estabelecerem vínculos. Enfim, a consciência da solução dos problemas das camadas populares não surge espontaneamente¹⁰.

As contribuições de Antonio Gramsci¹¹ para o entendimento do papel dos intelectuais em uma sociedade capitalista, deixam claro que os intelectuais tanto podem desempenhar sua função no sentido de apenas reproduzir e reforçar os valores morais e intelectuais que favorecem a manutenção de determinada estrutura social, como também podem estabelecer um vínculo com as camadas populares e contribuir para a efetivação de uma reforma moral e intelectual que leve à desarticulação da ideologia¹² dominante, à medida que se expande um novo poder hegemônico. O que pode ser negado é a autonomia dos intelectuais frente às ideologias. A própria neutralidade com que muitas vezes o intelectual tenta apresentar-se, nada mais é do que o reflexo de uma ideologia subjacente, no caso a dominante, e muitas vezes desse fato ele não tem consciência pela própria natureza da ideologia que o envolveu eficientemente, não lhe permitindo com essa ideologia romper.

No caso brasileiro, mais especificamente no início da década de 1960, o que se pode verificar é que os intelectuais orgânicos das classes dominantes veiculadores de sua ideologia ou como os intitula Gramsci, seus comissários¹³, já não possuíam um reino tão absoluto, uma contra-ideologia difundia-se, os intelectuais vinculados às causas populares já disputavam espaços, tanto na cidade como no campo. Uma contra-ideologia articulava-se junto ao seu processo de difusão, neutralizando a ideologia dominante e avançando cada vez mais, contribuindo assim para que se iniciasse o processo da tomada de "direção" de nossa sociedade por parte das forças populares, o que poderia implicar uma posterior construção de um novo bloco histórico.

Para que as camadas populares tenham a "direção" de uma sociedade, sabemos que a condição indispensável e fundamental, é a sua politização. Esta efetua-se principalmente no processo de lutas que elas desenvolvem pelos seus interesses e com a colaboração daqueles que em nossa sociedade desempenham a função de intelectuais e são adeptos das causas populares. Portanto, os intelectuais comprometidos não podem assumir uma postura determinista e colocar-se na posição cômoda de não se engajar no processo de politização das camadas populares, deixando os seus espaços totalmente vagos para a ação dos intelectuais orgânicos das classes dominantes. Pretender que espontaneamente as camadas populares conduzam o seu processo de politização corresponde exatamente aos interesses da burguesia. Os intelectuais

têm um papel a desempenhar e podem constituir-se em uma força capaz de contribuir de forma eficaz se, conjuntamente com as camadas populares, se dispuserem a realizar a reforma moral e intelectual, a que já nos referimos anteriormente, no seio dessas camadas. Reforma esta que substitua as concepções a-históricas de sociedade e os valores que lhes induzem a uma postura acrítica, passiva ou de impotência diante da realidade por uma concepção histórica e que ao mesmo tempo possibilite uma maior homogeneização da cultura popular.

Com estas perspectivas, muitos daqueles que em nossa sociedade, principalmente no início dos anos de 1960, desempenhavam a função de intelectuais, estabeleceram vínculos com as camadas populares.

Entre as alternativas que se apresentaram a estes intelectuais; muitos optaram pelo engajamento em experiências de educação popular, estas proliferaram e os resultados que estavam alcançando fizeram com que, em nome da manutenção da ordem, fossem consideradas imprescindíveis as suas desarticulações.

NOTAS

- 1 MACCIOCCHI, Maria Antonieta. *A favor de Gramsci*. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p. 17
- 2 WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. p. 51
- 3 Id. *ibid.*, p. 50
- 4 Id. *ibid.*, p. 72
- 5 IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. 4a. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. p. 88
- 6 “A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva auto-consciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam” GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 3a. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. p. 21.
- 7 CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento no Brasil*; JK - JQ. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p. 72 - 4.
- 8 IANNI, Octávio. *Op. cit.*, p. 88.
- 9 “Segundo Gramsci podemos “distinguir dois grandes ‘níveis’ na superestrutura o que pode ser designado como ‘sociedade civil’, isto é, o conjunto de organismos, habitualmente chamados ‘internos e privados’, e o da sociedade política ou Estado’, correspondendo respectivamente à função de ‘hegemonia’ que o grupo dirigente exerce sobre o conjunto do campo social e a da ‘dominação direta’ ou comando, que se expressa através do Estado e do poder ‘jurídico’”. MACCIOCCHI, Maria Antonieta. *Op. cit.*, p. 151.
- 10 Para o aprofundamento da questão da espontaneidade das massas, veja V. I. Lênin. *Que fazer?* São Paulo, HUCITEC, 1978. p. 23 - 42.
- 11 Para uma apresentação da função do intelectual veja as contribuições de GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história e Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- 12 Ideologia: “significado mais alto de uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. *Op. cit.*, p. 66.
- 13 GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. p. 11.

CAPÍTULO II

EDUCAÇÃO E CULTURA POPULAR

Tendo o presente trabalho como objetivo a análise de uma experiência de educação popular, torna-se conveniente, explicar de antemão, quais as concepções de educação e cultura popular que orientarão esta análise.

Educação Popular

Considerando a educação de um modo geral, como um processo convencionalmente denominado de socialização e entendida como a adaptação do homem à sociedade na qual ele está inserido, não podemos admitir o pressuposto de camadas populares não educadas, a não ser quando o processo de reprodução da cultura conveniente a determinada sociedade não se esteja efetivando, isto é, legitimando a ordem social vigente.

Mas, admitir a educação apenas como reprodutora é colocar-se diante de um problema sem solução para as camadas populares e olvidar-se de qual a relação entre a estrutura e a superestrutura de uma sociedade não é mecânica ou determinista e, principalmente, de que “adquirimos a consciência dos conflitos inerentes ao nosso modo de produção no terreno das ideologias”¹.

Tentada uma ruptura com a ideologia dominante que difunde e reforça a concepção da sociedade como a-histórica e a função da educação apenas como reprodutora, vejamos, mais especificamente, a que entendimento de educação popular as nossas reflexões sobre ela nos conduziram:

- educação popular é todo e qualquer processo educacional efetivado pelas camadas populares;
- a educação popular em seu processo tanto pode sofrer influência da ideologia dominante como de uma contra-ideologia. O que não é viável é desenvolver-se à margem das ideologias;
- o fato de ser a educação permeada por ideologias, não lhe retira o caráter de popular, desde que o seu processo seja efetivado pelas próprias camadas populares.

Agora, admitir que todo processo educacional desenvolvido pelas camadas populares seja educação popular, não significa admitir que qualquer ideologia veiculada por ela conduza deliberadamente estas camadas a liberarem-

se da condição de exploradas e dominadas. Esta aqui é uma outra questão, e a nossa opção é por um processo educacional que veicule uma verdade revolucionária que seja apreendida através de uma consciência crítica da realidade, tendo como objetivo mobilizar e organizar as camadas populares, em função dos seus problemas imediatos e concretos, o que significa um primeiro passo para as lutas que conduzirão no sentido de mudanças estruturais, das quais elas deverão ser os próprios agentes e, assim sendo, também serão os agentes de uma nova ordem social a ser construída, ou seja, de um novo bloco histórico.

E as camadas populares? Estariam instrumentalizadas o suficiente para espontaneamente desenvolverem um processo educacional revolucionário? Ora, o culto à espontaneidade não é nada mais que um reflexo da ideologia burguesa. A contribuição dos intelectuais vinculados às causas dessas camadas lhes é fundamental, como também é fundamental para o exercício da função desses intelectuais a contribuição que as camadas populares lhes podem dar.

A necessidade da contribuição do agente externo, no caso, justifica-se pelas limitações da cultura popular em fornecer os subsídios necessários a uma apreensão crítica da realidade que vá além do "senso comum"². A necessidade da contribuição das camadas populares para os intelectuais advém das limitações destes para apreenderem uma cultura que é estranha à sua prática de vida e junto à qual têm uma função a desempenhar.

Percebe-se então que a questão da educação popular não pode ser considerada desvinculada da questão da cultura popular.

Cultura Popular

Considerada então a importância de reflexões sobre a cultura popular para os intelectuais vinculados às causas populares, vejamos sobre quais pressupostos estão orientadas as nossas reflexões sobre a cultura popular.

- considera-se cultura o "conjunto de modos de ser, viver, pensar e falar de uma dada formação social"³;
- considera-se a distinção de culturas em uma mesma sociedade consequência de uma organização social constituída de classes distintas no que se refere à participação na estrutura e superestrutura dessa sociedade, onde uma classe é dominante e a outra é dominada;
- considera-se cultura popular a cultura elaborada pelas camadas populares em sua prática de vida;
- considera-se a cultura como histórica, logo a cultura popular como a história das camadas populares.

Feitas estas considerações sobre a cultura popular, tornam-se necessários mais alguns esclarecimentos: quando consideramos a cultura popular como um saber elaborado na prática de vida das camadas populares, através do senso comum, onde predomina o produto imediato da sensação do qual o bom senso é o seu núcleo sadio, portanto merecendo ser trabalhado no sentido de tornar-se unitário e coerente⁴, não deixamos de admitir que existem outros elementos constitutivos da cultura popular advindos de influências sofridas de outros grupos sociais, com os quais as camadas populares se relacionam direta ou indiretamente. Atente-se, porém, para o fato de que as influências exercidas por outros grupos sociais sobre as camadas populares são sempre assimiladas ao modo destas.

Ocorre comumente que as influências sofridas pela cultura popular lhes possibilitam apenas rearticulações no sentido de permanecerem sempre como cultura dominada, o que provavelmente ocorrerá até que no seio desta haja a articulação de uma nova cultura que se difunda e proporcione a consolidação de uma nova hegemonia.

Percebe-se então que não podemos pensar na cultura popular, com seus valores e suas crenças, enfim com sua visão de mundo, como cultura marginalizada no sentido de desvinculada dos interesses das classes dominantes, pois, se nos seus discursos, estas consideram a cultura popular como empobrecida e desvalorizada, na prática, em alguns aspectos ela tem um grande valor para a manutenção da ordem social vigente. Daí porque deve haver bastante cuidado com a tão propalada “não violentação” da cultura popular. O fato de ser popular não a impede de encontrar-se em um permanente processo de manipulações interessado em utilizá-la favoravelmente na manutenção das relações sociais vigentes e, oportunamente, lembremos que os elementos principais do senso comum são fornecidos pelas religiões⁵

Na verdade, a classe dominante não deixa de promover manipulações quando percebe que transformações na cultura popular estão se processando através de novas formas de educação popular antagônicas aos seus interesses, muito pelo contrário, quando isto ocorre, através de seus intelectuais orgânicos reforçam as suas formas de manipulação, seja através de técnicas, seja através de conteúdos, no sentido de dificultar a penetração de outras formas de conhecimento da realidade, embora não o conseguindo eficazmente, dado o profundo inconformismo das camadas populares que muitas vezes é imperceptível.

A cultura popular, a nosso ver, deve ser portanto o ponto de partida para a superação do senso comum que lhe é inerente e aqui deve ser considerado um ponto de apoio estratégico para no seu seio articular e veicular uma ideologia historicamente necessária que, como afirma Gramsci, “orga-

niza as massas humanas, forma o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam etc”⁶.

A pretensão de querer desenvolver programas de educação popular e concomitantemente querer manter intocável a cultura popular em sua totalidade é colocar-se diante de processos contraditórios, pois ela está basicamente sedimentada num conhecimento a nível do senso comum tradicional.

O intelectual comprometido com as causas das camadas populares necessita desvencilhar-se da crença de que o respeito à cultura popular está intrinsecamente relacionado com a sua postura neutra que implica, de forma passiva, aguardar que espontaneamente uma nova cultura popular seja gerada no seio das camadas populares e que sua contribuição se dá no sentido de assessorá-las. É necessário desvencilhar-se da ideologia burguesa que tão sutilmente muitas vezes pretende envolvê-los. A pretensa neutralidade do intelectual é inexequível. Não existe “instrumentalização” sem conteúdo, logo sem ideologia.

E ainda é necessário considerar que embora pretendendo veicular uma verdade revolucionária, única fonte da vitória final, os intelectuais não podem subestimar a ideologia burguesa que tem meios de difusão infinitamente maiores⁷. Por isso mesmo torna-se fundamental serem mais incisivos, o que não implica pretender que as camadas populares de forma mecanicistas radiquem na sua consciência uma nova cultura popular, mas sim que a elaboração dessa nova cultura seja efetivada através de um processo educacional que, como já afirmamos, se realiza através de uma apreensão crítica da realidade.

NOTAS

- 1 GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel; a política e o Estado moderno**. 3. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. p. 34.
- 2 GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. p. 143.
- 3 BOSI, Alfredo. Cultura brasileira. In MENDES, Dumerval Trigueiro, coord. **Filosofia da educação brasileira**. Rio de Janeiro. IESAE, 1979. cap. 3, p. 127.
- 4 GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Op. cit., p. 144.
- 5 Id. *ibid.*, p. 144.
- 6 Id. *ibid.*, p. 62
- 7 V. I. Lênin. **Que fazer?** São Paulo. Hucitec, 1978. p. 33.

CAPÍTULO III

AS EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO POPULAR NA DÉCADA DE 1960

Explicitada a nossa concepção de educação popular, tentaremos agora identificar onde foram originadas as práticas de educação popular desenvolvidas no início dos anos de 1960; e também tentaremos fazer algumas reflexões sobre os rumos aos quais estas estavam se dirigindo.

Origens

O fato de as camadas populares se expressarem como massas, o que implicava uma fácil manipulação das mesmas, fez surgir a necessidade do desenvolvimento de programas educacionais que visassem a contribuir para a formação política dessas massas, o que não implica desconsideração ao processo de mobilização espontâneo pela qual vinham passando em suas práticas de lutas que se sabe serem fundamentais, mas têm suas limitações.

Nos anos da década de 1960, podemos identificar, quanto às origens, três frentes voltadas para a prática da educação popular, especificamente no que se refere aos adultos, com projetos educacionais fundamentalmente distintos dos que tradicionalmente vinham sendo desenvolvidos.

Com suas origens ligadas prioritariamente a instituições da sociedade civil, vamos encontrar as experiências dos Centros Populares de Cultura, CPCs, da União Nacional dos Estudantes; com suas origens na sociedade política, vamos encontrar as experiências do Movimento de Cultura Popular, MCP, em Pernambuco, a "Campanha de Pé no Chão também se aprende a ler" no Rio Grande do Norte e o Plano Nacional de Alfabetização do Ministério de Educação e Cultura que surgiu em 1963; com a participação do Professor Paulo Freire¹. Originados da conjugação de esforços de instituições da sociedade civil com instituições da sociedade política, encontramos a Campanha de Educação Popular, CEPLAR na Paraíba e o Movimento de Educação de Base, MEB, que teve uma atuação a nível nacional.

Ressalte-se que estamos fazendo referências a apenas algumas das experiências mais expressivas de educação popular, pois nada menos de setenta e sete movimentos se fizeram presentes no I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, realizado em Recife, em 1963².

Rumos

Preferencialmente as experiências em educação popular estavam, em princípio, voltadas para a alfabetização de adultos, elaboração de manifestações artísticas e, em alguns casos, para a pesquisa. Todas elas inevitavelmente ligadas às frentes mencionadas anteriormente.

Com a distinção feita quanto às instituições de origem dos movimentos de educação popular, surge uma questão: haveria realmente, já que as origens são distintas, um consenso de todas essas experiências no que tange aos objetivos a serem alcançados? Mais concretamente: visariam todas elas à elaboração e difusão de uma contra-ideologia que implicasse um novo poder hegemônico e, conseqüentemente, a construção de um novo bloco histórico e ainda, que nesses processos, as camadas populares tivessem a liderança?

Uma das grandes limitações encontradas para a análise desta questão está no fato de terem sido quase todas as experiências de educação popular, surgidas no final da década de 1950 e início dos anos de 1960, interrompidas abrupta e prematuramente. Entretanto, parece claro que em nenhum caso elas visaram simplesmente a reproduzir valores que permitissem a manutenção dos nossos problemas sociais tais como estavam. Apresentavam-se duas alternativas: uma que visava conduzir as camadas populares a exigências apenas de reformas sociais, o que fazia parte do projeto populista desenvolvimentista e outra que visava contribuir para que estas camadas tomassem consciência de que a solução de seus problemas estava na dependência da efetivação de mudanças estruturais radicais.

Pelas condições conjunturais da época, pode-se presumir que, mais cedo ou mais tarde, todas as experiências tenderiam para a última alternativa, com o apoio ou à revelia dos interesses que originalmente as fizeram surgir, pois independentemente da ideologia populista desenvolvimentista e de seus intelectuais, as lutas populares deixavam de ter marcadamente como característica a espontaneidade e as camadas populares começavam a exigir conscientemente a sua efetiva participação sem limites na vida social e política do país. O que significava para os grupos dominantes que o processo de politização das massas estava ultrapassando os marcos toleráveis. E é exatamente essa constatação a causa do início da interrupção, em 1964, de todo esse processo.

As experiências de educação popular que, na sua idealização, estavam comprometidas com o projeto político populista, pretendiam com o processo de conscientização ou "instrumentalização" das camadas populares, conduzi-las possivelmente a exigências de reformas sociais que lhes possibilitassem condições para satisfazerem às suas necessidades mais elementares

de vida e nada mais além, o que dentro de nosso modelo econômico e político seria viável, e seria muito se considerarmos as condições de vida humanas da grande maioria da população brasileira. Mas a história das camadas populares de uma sociedade não pode ser permanentemente construída à revelia delas, principalmente quando estas já se encontram em um processo de conscientização que lhes possibilita a apreensão da organização das sociedades como historicamente construída.

Pensar em “instrumentalizar” as camadas populares “mais ou menos”, ou seja, até um determinado nível em que possa ser mantido seu controle, é um erro tático que quase sempre favorece as camadas populares e surpreende os seus idealizadores. O processo de conscientização não pode ter limites controláveis sob pena de deixar de sê-lo. Contribuir para o desenvolvimento de um processo de conscientização e pretender controlá-lo, é desenvolver práticas contraditórias. A conscientização das camadas populares aproxima-as cada vez mais do concreto, ou seja, dos determinantes de sua situação de camadas dominadas, daí porque, quando o seu controle começa a demonstrar ser inviável, a medida para sufocá-la, adotada pelos interessados na manutenção da ordem social vigente, é sempre a repressão.

A forma pela qual foram interrompidas as atividades das experiências de educação popular, que vinham se realizando aceleradamente no Brasil no início da década de 1960, impediu que os rumos dos acontecimentos viessem a exigir de muitas dessas experiências uma melhor explicitação dos seus objetivos. A história não permitiu que estas amadurecessem e, como já frisamos, as experiências foram sufocadas em um estado ainda embrionário e o fato de muitas delas em seus momentos iniciais terem tendido para o engajamento numa política reformista não pode significar que indefinidamente adotariam essa postura. Por outro lado, é preciso considerar que a maioria dos intelectuais predispostos a estabelecer um vínculo orgânico com as camadas populares, praticamente não possuía experiência expressiva no que se refere à prática da educação popular, na perspectiva aqui entendida, e esta também não tinha tido condições tão propícias para o seu florescimento, como o foi a nossa conjuntura social e política no início dos anos de 1960.

Por outro lado, a questão da cooptação das experiências de educação popular e intelectuais envolvidos nessa prática pela política reformista do populismo não é, naquelas circunstâncias, tão fácil de ser diagnosticada³. O que também pode ser aplicado à questão dos intelectuais que, vinculados diretamente aos aparelhos de Estado, estavam também envolvidos com a prática da educação popular, pois estes, tanto podiam ter estado cooptados pelo Estado, como podem tê-lo utilizado, influenciando dessa forma para que ainda mais a crise de hegemonia dos grupos dominantes se generalizasse. favore-

cendo assim o processo de consolidação de um novo poder hegemônico. Em um regime político extremamente autoritário, realmente essa crença pode constituir-se em um sintoma de ingenuidade; mas, num Estado populista em crise, onde a abertura de espaços era realizada cada vez mais, cremos não ser possível discernir tranquilamente quem estava sendo utilizado pelo Estado de quem o estava utilizando no caso dos envolvidos com a prática da educação popular; ainda idênticas podem ter sido as relações entre intelectuais e a Igreja Católica.

Um dos acontecimentos que pode ser considerado indicativo de que os movimentos de educação popular encaminhavam-se para uma forma de atuação mais eficiente, foi o surgimento da necessidade de criação de uma coordenação nacional⁴ para todos os movimentos de educação popular que em parte poderia suprir o vago que significou a inexistência de um partido político que, como "intelectual coletivo"⁵, fosse capaz de conduzir organizadamente todas as práticas de educação popular, no sentido de, respeitando as características locais de onde se desenvolviam, possibilitar a homogeneização necessária, ou seja, o surgimento de um consenso entre todos os movimentos, independentemente de suas origens, no que se refere aos objetivos e às estratégias, o que além de estabelecer uma linha mestra revolucionária que permeasse todas as experiências, dando-lhes uma unidade, os fortaleceria e impediria assim que sua desarticulação tivesse sido relativamente tão fácil como o foi.

NOTAS

- 1 Informações detalhadas sobre estas experiências podem ser encontradas em: BEISIEGEL, Celso Rui. **Estado e educação popular**. São Paulo, Pioneira, 1974. GOES, Moacyr. **De pé no chão também se aprende a ler**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980. MANFREDI, Sílvia Maria. **Política; educação popular**. São Paulo, Símbolo, 1978. PAIVA, Vanilda. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo, Loyola, 1973.
- 2 PAIVA, Vanilda. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo, Loyola, 1973. p. 245-6.
- 3 MARTINS, Carlos Estevam. História do CPC; depoimento. **Arte em Revista**. Questão: O Popular, São Paulo, 2 (3): 77-82, mar. 1980. número especial.
- 4 PAIVA, Vanilda. Op. cit., p. 249.
- 5 PIOTTE, J. M. **O pensamento político de Gramsci**. Porto Afrontamento, 1975. p. 83-4.

CAPÍTULO IV

O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB

Para a melhor apreensão da prática do Movimento de Educação de Base no Estado do Maranhão, parece-nos de fundamental importância expor e analisar, neste capítulo, as características essenciais deste Movimento como Movimento Nacional, no que diz respeito às causas que o originaram, à sua concepção de educação popular e cultura popular e aos seus objetivos.

Pretendemos, dentro do possível, possibilitar que o próprio MEB se pronuncie sobre questões que nos parecem fundamentais, utilizando trechos dos seus discursos.

Considerando que o MEB foi um Movimento que se construiu ao longo da história de sua experiência, analisaremos o seu discurso cronologicamente.

Esclareçemos ainda que esta nossa exposição baseia-se, exclusivamente, em publicações, e estamos conscientes das limitações que desse fato podem advir. Mas, nos propomos, com a análise da prática do Movimento de Educação de Base no Estado do Maranhão, oferecer condições para completar uma possível interpretação desse Movimento como movimento de educação popular.

Origens

Iniciado o processo de mobilização e politização das camadas populares do meio rural no Brasil, percebeu a Igreja Católica a importância de sua participação nesse processo, já que a sua não participação poderia implicar uma postura desfavorável à sua doutrina por parte dos seus fiéis.

Tomava a Igreja consciência de que se constituía uma necessidade de urgência rearticular-se e adotar um posicionamento deliberado a favor da solução dos problemas sociais que afligiam as camadas populares do meio rural. A Igreja estava, portanto, consciente de que a sua intervenção poderia afastar de si estas populações que, como afirmava D. Távora, eram secularmente fiéis à Igreja e profundamente religiosas¹.

Percebe-se então que a sensibilidade da Igreja para com os problemas sociais não se deveu principalmente às condições de vida sub-humanas em que viviam as populações do meio rural, pois estas não constituíam um fato recente; muito pelo contrário, eram uma realidade secular. A novidade é que

estas populações começavam a romper deliberadamente com a submissão à realidade e perceber a necessidade de uma resistência coletiva.

Esta manifestação espontânea das camadas populares, que pode ser considerada um despertar ou a forma embrionária do consciente, estava sendo conduzida para a tomada de consciência das reais causas de seus problemas e, descobrindo-as históricas, estas camadas começavam a vislumbrar a possibilidade de mudanças na organização de nossa sociedade, o que significava uma ruptura com a concepção histórica do mundo, baseada num conhecimento ao nível do senso comum tradicional, que até então tinha sido dominante, principalmente pelas contribuições que a Igreja dera para a sedimentação da crença na realidade como dada.

É preciso também atrelar a decisão de um setor da Igreja no Brasil em participar do processo de encaminhamento de soluções para os problemas sociais ao próprio avanço da Igreja no plano universal que, por contingências históricas, principalmente com João XXIII, passou a adotar uma nova concepção da relação homem e sociedade. Com o posicionamento de João XXIII frente aos problemas do terceiro mundo, a Igreja na América Latina reorientou a sua ação dando primazia a uma orientação progressista, em detrimento do conservadorismo que sempre lhe foi peculiar. Não podemos, contudo, inferir que esta nova postura tenha sido adotada pela Igreja como um todo.

No caso específico da América Latina, o Papa João XXIII, defendendo a necessidade de que reformas estruturais se efetivassem, orientava a Igreja para a elaboração de planos de ação que contribuíssem para a realização dessas reformas. No Brasil, não por acaso, como pode ser percebido a priori, a ala que aderiu à nova orientação da Igreja exercia razoável influência na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, órgão criado em 1952. Este fato, porém, não é também suficiente para que admitamos que posições conservadoras tenham deixado de exercer considerável influência na Igreja do Brasil. De qualquer forma, o fato de a CNBB encontrar-se sob certa influência da ala progressista dos bispos brasileiros fazia com que suas posições assumissem uma certa primazia.

O avanço que o laicato deu na participação das atividades da Igreja, através dos movimentos de Ação Católica, é outro fator que não pode ser descartado quando tratamos da questão da nova postura adotada pela Igreja no caso brasileiro, especialmente. Engajada a Ação Católica na realidade social em que as camadas populares viviam, o laicato começou também a pressionar no sentido de conseguir da Igreja um posicionamento em defesa dessas camadas.

E finalmente a Igreja não poderia estar imune à crise de hegemonia pela qual passava a sociedade brasileira, como também não poderia estar imu-

ne à prática da política de massas adotada pelos detentores do poder político do país. A sociedade é uma totalidade e suas partes só podem ser entendidas dentro desse todo, com todas as suas conexões e contradições, enfim, com suas relações.

Fica então claro que vários foram os fatores que contribuíram para que a Igreja se posicionasse no sentido de engajar-se no processo de mobilização das camadas populares, especificamente as do meio rural. Esse engajamento efetuou-se através de alguns bispos, parte do clero e do laicato.

Na realidade, a Igreja engajou-se, no final dos anos 50, num processo que já se iniciara desde aproximadamente 1945, quando houve os primeiros movimentos das Ligas Camponesas².

Sabe-se que o primeiro sindicato rural surgiu em 1950, sendo que quase todas as tentativas de organização das populações do meio rural, através de órgãos de classe, deram-se inicialmente no Estado de São Paulo e eram quase sempre desarticuladas por fazendeiros e policiais, o que não impediu que em 1953 o Estado de São Paulo contasse com 18 sindicatos de trabalhadores rurais e o Estado do Paraná, com mais alguns³.

Em 1954 fundava-se a União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil, ULTAB, que contava com 51 sindicatos e tinha representantes em 16 Estados.

No Nordeste as tentativas de organização dos camponeses e trabalhadores do meio rural datam de 1953 com o Sindicato de Palmares, que só foi fundado oficialmente em 1961.

Os movimentos das Ligas Camponesas no Nordeste surgiram no Engenho Galiléia, no município de Santo Antônio, em Pernambuco, a partir da criação, em 1955, de uma Cooperativa denominada de Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, SAPP. Posteriormente foram denominados Ligas Camponesas e estenderam-se por quase todo o Estado de Pernambuco, principalmente na Zona da Mata. As repercussões das experiências das Ligas Camponesas no Estado de Pernambuco influenciaram a sua criação na Paraíba e em alguns outros Estados.

A exemplo do que vinha ocorrendo nas zonas urbanas, as populações do meio rural procuraram organizadamente desenvolver uma prática de lutas por seus interesses, percebendo que desta forma constituíam-se em forças capazes de exercer pressões sobre o poder político.

A Igreja Católica, não como um todo harmônico, percebeu, como vimos anteriormente, ser necessário engajar-se nesse processo de mobilização e organização do homem do campo como já vinha fazendo em relação ao operariado urbano e ao setor estudantil, há bastante tempo.

Este tipo de atuação da Igreja não podia deixar de estar conectada com a expansão do capitalismo e populismo ao campo e poderíamos dizer

ainda que, em parte, sua atuação vai ser desenvolvida atrelada ao projeto social dos setores progressistas do populismo, tentando com isso contribuir para a legitimação desse projeto. A vanguarda da Ação Católica Brasileira, entretanto, conseguiu desfazer-se do envolvimento com o populismo por acreditar que apenas mudanças radicais na estrutura de nossa sociedade poderiam resolver seus problemas sociais⁴.

Sem dúvida alguma, a Igreja sentia-se abalada. Já não possuía a supremacia absoluta no que concerne à formação da consciência dos homens no meio rural. Isto era um fato e tornava-se necessária a sua intervenção e nada mais conveniente para o momento que tentar atingir as populações do meio rural através de uma programação educacional mais sistemática e intensiva, objetivando, além de se fazer presente de forma mais efetiva, neutralizar a difusão de "ideologias incompatíveis com o espírito cristão".

Considerando-se a rede de emissoras católicas já existente, o difícil acesso à zona rural e a escassez de recursos humanos disponíveis, nada mais conveniente para atingir as populações do meio rural, naquele momento, do que o rádio, principalmente se considerarmos o raio de alcance de uma emissora.

Em 1958, o então arcebispo de Natal, RN, decidiu criar o Serviço de Assistência Rural, SAR, destinado à organização de sindicatos, à execução de uma programação educativa, através de emissões radiofônicas, e aos trabalhos de desenvolvimento de comunidades.

Os programas educativos transmitidos visavam principalmente à alfabetização de adultos, através das escolas radiofônicas.

A Arquidiocese de Aracaju, em convênio com o Sistema Radioeducativo do Ministério de Educação e Cultura, também iniciou suas experiências com escolas radiofônicas mais ou menos no mesmo período que a de Natal.

Torna-se necessária a informação de que a idéia de utilização de emissões radiofônicas para transmissão de programas educativos não surgiu no Brasil. Ela chegou através das experiências já realizadas em Sutatenza, na Colômbia, por Monsenhor Salcedo. Sabe-se ainda que a Campanha de Educação Rural, CNER, do Ministério de Educação e Cultura, já tinha anteriormente tentado desenvolver programas de educação de base no meio rural no período de 1952 a 1958; estes de certa forma, estavam influenciados pela programação desenvolvida pela UNESCO⁵.

Já na realização do I Encontro de Emissoras Católicas, em 1958, patrocinado pelo Secretariado Nacional de Ação Social da CNEB, do qual surgiu a Representação Nacional de Emissoras Católicas, RENECA, constava, das conclusões do Encontro, a solicitação de providências à RENECA para que fosse criado um setor voltado para as experiências com escolas radiofônicas que começavam a surgir no Brasil e, já no primeiro Encontro de Educação de Base realizado pela RENECA em 1960, foi proposta a expansão da

instalação de escolas radiofônicas para outras Dioceses, o que significava que as experiências com estas vinham se desenvolvendo satisfatoriamente. A CNBB propôs-se a expandi-las, o que fez surgir a necessidade de criação de um órgão a nível nacional que realizasse esse tipo de atividade da Igreja.

Em 1960, em plena época da campanha eleitoral para a eleição do Presidente da República que se realizaria nesse ano, o então candidato, Jânio Quadros, em sua campanha pelo Nordeste, tomou conhecimento destas experiências e comprometeu-se a apoiá-las, quando eleito.

“Em 1961, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil elaborou um plano de estruturação nacional de um movimento educativo baseado nessas experiências. Como resultado dos entendimentos então mantidos com o Governo Federal, a Presidência da República prestigiou a iniciativa da CNBB, através do Decreto 50.370, de 21 de março de 1961. Por esse decreto, ficou estabelecido que o Governo Federal, mediante convênios que seriam firmados com o Ministério da Educação e Cultura e outros Ministérios e Órgãos da administração federal, forneceria os recursos para a aplicação no programa que a CNBB realizaria através do Movimento de Educação de Base, utilizando a rede de emissoras católicas”⁶

Surgia assim da conjugação de esforços da Igreja Católica e do Estado, o Movimento de Educação de Base — MEB.

Concepção de Educação

Apreensão da Realidade

A concepção que possuímos de educação está vinculada à nossa visão de mundo, ou seja, à nossa forma de apreensão da realidade, daí porque se torna necessário, antes de analisarmos a concepção de educação do Movimento de Educação de Base, tentarmos expor o que nos foi possível captar sobre a sua forma de apreensão da realidade, na documentação a que tivemos acesso.

Vejam os trechos o seu pronunciamento sobre a realidade brasileira:

“A área em que trabalha o MEB, isto é, as regiões Norte, Nordeste, o Centro e o Estado de Minas Gerais, tem características de regiões em desenvolvimento, com zonas absolutamente subdesenvolvidas e, até primitivas. Nessas regiões, a agricultura é atrasada, a indústria começa a crescer, o povo dá sinais evidentes de insatisfação, por motivos econômicos e sociais e, por receber, em certos recantos mais primitivos do país, um tratamento feudal”⁷

Nessas regiões que representam dois terços do país, estava a conjuntura econômica e social injusta e envelhecida, segundo o MEB, necessitando de reformas que chegavam a incluir, como solução dos problemas sociais, a propriedade dos meios de produção pelos trabalhadores⁸.

Em outras passagens vamos encontrar o MEB pronunciando-se em relação à realidade brasileira na mesma linha de raciocínio. Vejamos:

“Considerando-se no seu todo, o Brasil é um país subdesenvolvido. Analisando-o por Estados, porém, encontraremos dois brasis: o sul, em vias de desenvolvimento, e o norte, o centro-oeste e o grande nordeste que apresenta ao desenvolvimento conjunto do país uma grande reserva de marginais, subdesenvolvidos, subalimentados, analfabetos, elevado índice de mortalidade infantil, baixa renda per capita, baixo padrão de vida e grande parte da população, sobretudo rural, vivendo ainda em um regime patriarcal”⁹

De um modo geral, até 1963, as referências que o MEB fez à realidade brasileira prenderam-se mais à exposição das conseqüências de nossa estrutura social, sem contudo ater-se à análise dessa estrutura, onde sabemos estão localizadas as causas de nossos problemas sociais, o que deixa transparecer uma postura bastante influenciada pelo humanismo frente às injustiças sociais.

Designa de feudal o tratamento dispensado aos trabalhadores do meio rural brasileiro, quanto de feudal as relações de trabalho no campo pouco têm. O tratamento a que se refere como feudal lembra muito mais a semi-escravidão ou mesmo a escravidão disfarçada¹⁰

A questão da propriedade, na realidade, não parece ter sido o alvo do devido questionamento como também o seu relacionamento com o todo social não foi considerado, pois transparece a crença de que apenas a transferência dos meios de produção, no caso a terra, para os agricultores, significa-

ria uma solução, o que é bastante perigoso à medida que a própria propriedade deixa de ser questionada e lança-se na sua transferência de classe para classe, a dependência de soluções.

Embora, como vimos, não conseguindo suficientemente apreender as causas reais dos problemas que diagnosticava, o MEB apercebeu-se da necessidade de mudanças estruturais em nossa sociedade. Vejamos:

“O MEB surgiu em função de uma realidade que se nos apresenta necessitando de transformações urgentes e profundas de ordem estrutural. Essa realidade subjuga o homem e o impede de manifestar sua atividade criadora, colocando-a à margem do processo histórico”¹¹.

Após os acontecimentos de abril de 1964, o MEB assim se pronunciava:

“Diante da situação existente no momento no país, e dos problemas havidos com o trabalho do MEB, verifica-se que as estruturas continuam como antes, assim como continua a mesma realidade que motivou e exigiu a criação do MEB . . . ”¹².

O MEB explicitamente posicionou-se a favor de mudanças estruturais, mas não deixa claro a que estruturas se refere concretamente quando se coloca a favor de mudanças, como também não deixa claro para que mudanças estruturais se orienta. A questão está em não se conseguir perceber, em momento algum, até 1964, como o MEB apreende as relações sociais que o modo de produção capitalista engendra, com proprietários dos meios de produção constituindo uma classe e os proprietários da força de trabalho constituindo outra, encontrando-se ambas em permanente estado de conflitos gerados pelas suas contradições.

Mas em 1965, vamos perceber que estas questões se aclararam mais, ou pelos menos, se já estavam aclaradas passam a ser explicitadas em alguns de seus documentos, e assim passamos a encontrar referências à questão do trabalho e da propriedade desta forma colocadas:

“O trabalho e conseqüentemente todos os seus frutos, o domínio da terra, a criação de instrumentos, a produção, são uma conquista da espécie humana, ao mesmo tempo que de cada homem. Quando um homem se apossa privadamente usando para seu benefício exclusivo ou maior

*do fruto do trabalho humano, ele espolia os outros homens. O produto do trabalho de um homem é inalienável, isto é, não pode ser transferido a outros como simples coisa, porque não é só coisa mas é criação do homem e representa a sua vitória sobre a natureza”*¹³.

*“O que se discute é, portanto, o próprio sistema de posse e uso das propriedades, o próprio sentido de empresa. Os meios de produção, segundo esta concepção, não podem ser objetos de posse e uso privado, devendo ser usados pela e para a sociedade”*¹⁴.

Como se pode perceber, a análise do MEB já não se detinha na situação de miséria em que vivia a população de sua área de atuação que, em última instância, era conseqüência do modo próprio como veio se desenvolvendo historicamente o capitalismo no Brasil, e conseguindo romper com o imediato, tenta buscar suas relações com o modo de produção de subsistência desta sociedade, chegando a alcançar o trabalho e questionando agora a propriedade em si. Pode-se então melhor entender a que estruturas sociais o MEB se referia como também pode-se inferir a que tipo de mudanças estruturais pretendia contribuir com sua ação.

Estamos conscientes de que os trechos aqui transcritos são insuficientes para explicar as causas do estado de absoluta miséria em que se encontrava e se encontra a grande maioria da população brasileira, mas seguramente fornece uma boa indicação da fundamentação teórica que estava orientando o MEB e que certamente esta fundamentação o instrumentalizaria para o entendimento do real como “síntese de múltiplas determinações”.

O MEB foi mais além quando, identificando os conflitos sociais, posicionava-se:

*“A luta entre classes existe no Brasil como existe em toda a sociedade onde os desequilíbrios sociais causam conflitos entre os interesses dos diversos grupos”.*¹⁵

*“O MEB porém foi criado para atender a uma parcela da população, a mais desfavorecida”*¹⁶.

Mas em seu posicionamento, o MEB deixa agora em dúvida se realmente entendia a natureza dos conflitos sociais a que se referia, pois mais adiante afirma:

“Se ao MEB não cabe acentuar divergências, cabe-lhe, contudo, promover as condições para que haja um diálogo entre as classes sociais, reservando-se a defesa dos direitos das classes menos favorecidas” ¹⁷.

Com a colocação da crença no poder mágico do diálogo, ou seja, na sua viabilidade entre classes que têm interesses antagônicos, a postura do MEB complica-se. E através dos seus documentos não mais houve condições de explicar-se. Muito pelo contrário, em 1967, em um documento de divulgação interna intitulado de Roteiro de Estudos do V Encontro Nacional de Coordenadores, uma das questões colocadas para estudo era: “modificar as estruturas sociais para construir o quê?” ¹⁸.

Percebe-se então que o processo evolutivo pelo qual vinha passando a linha de pensamento do MEB entrou em declínio, pois, após seis anos de experiência, a colocação dessa questão denota que daí por diante ele já não sabia mais porque veio e muito menos a que veio.

Concepção de Educação de Base

Se, para captarmos a forma de apreensão da realidade por parte do MEB, dispomos de pouco material em sua documentação, para apreendermos a sua concepção de educação, dispomos de vasto material, pelo menos até 1965.

No Regulamento do MEB, sinteticamente a Educação de Base é definida como “o conjunto de ensinamentos destinados a promover a valorização do homem e o soerguimento das comunidades” ¹⁹.

Nas suas Instruções Gerais foi tentada uma especificação do conteúdo da Educação de Base e vamos encontrar:

“Educação de Base: alfabetização em massa das regiões subdesenvolvidas do País; educação sanitária; iniciação agrícola; iniciação democrática; informação profissional, etc”.

O Relatório Anual das atividades do MEB em 1961, mantém essa definição de Educação de Base, o que nos leva a inferir que até então o MEB nada acrescentou que possa levar-nos a uma melhor apreensão daquilo que entendia como Educação de Base, já que a sua definição era bastante vaga e seu conteúdo apresentava muito pouca novidade.

Por outro lado, não demonstrou o MEB preocupação em analisar a principal função que convencionalmente desempenha a educação no processo de reprodução de uma sociedade para daí estabelecer uma linha divisória

entre a principal função da educação convencional e aquela que iniciava seu esboço no Movimento. Inclusive propôs-se a:

*“Prestigiar e favorecer, por todos os meios ao seu alcance, os estabelecimentos de ensino organizados de acordo com os padrões tradicionais”*²¹.

Em 1962, após o I Encontro de Coordenadores em uma tentativa, como o próprio MEB o admitiu, de definição de Educação de Base, está exposto:

*“Considerando as dimensões totais do homem, entende-se como educação de base o processo de autoconscientização das massas, para uma valorização plena do homem e uma consciência crítica da realidade. Esta educação deverá partir das necessidades e dos meios populares de libertação, integrados em uma autêntica cultura popular, que leve a uma ação transformadora. Concomitantemente, deve propiciar todos os elementos necessários para capacitar cada homem a participar do desenvolvimento integral de suas comunidades e de todo o povo brasileiro”*²².

Resumidamente encontramos, nesta tentativa de definição de Educação de Base, a linha mestra de orientação de toda a ação do MEB até o momento em que se constituiu em um movimento educativo revolucionário. O entendimento de educação de base como processo de autoconscientização das massas, para uma valorização plena do homem e uma consciência crítica da realidade, passou a ser o toque fundamental de sua atuação. E avançou ainda quando em seu relatório anual de 1962 esclareceu que:

*“Se a educação deve levar a uma autopromoção comunitária, ela implica também uma consciência de homem face à história. O futuro não é um momento. É o homem construindo-se, na medida em que se renova continuamente e continuamente transforma o mundo”*²³.

E acrescentou:

*“Esta educação deverá partir das necessidades e dos anseios de libertação do povo. Deve estimular uma ação transformadora consciente e livre”*²⁴.

Percebe-se então um processo de amadurecimento. A história é introduzida na concepção de educação sobre a qual o MEB se assentaria daí por diante. Fica claro que sua concepção de educação não continha elementos que pudessem permitir caracterizá-la como reprodutora de valores convencionais, pois o seu conceito de educação implicava um entendimento de educação para mudanças.

Em 1963, foi reafirmado que o MEB proporcionava um tipo especial de educação de adultos, não se restringindo ao atendimento de necessidades relativas ao saber ler, escrever e contar, mas preocupava-se fundamentalmente em contribuir para que as camadas populares do meio rural fossem capazes de interpretar toda uma situação social que estava condicionando seu destino ²⁵.

Sobre a educação de base explicitava que não entendia por básica apenas a educação que proporciona as mínimas possibilidades para uma vida humana. O que era entendido pelo termo básico não era o que se refere ao primeiro temporalmente, porém o que se refere ao fundamental, ao mais radical que pode haver em termos de uma educação, de uma conscientização ²⁶.

Conscientizar significa para o MEB:

“Dar consciência do que é o homem, do que é o mundo, do que são os outros homens. Entretanto, em cada época histórica, o modo de encarar o mundo (se é estático ou aberto à criação humana), o modo por que se manifesta a comunicação dos homens (se é válida ou não uma estrutura de dominação) e enfim o valor da própria pessoa, são variáveis. Em última análise, todo processo de conscientização traz, em si, uma concepção do homem, uma visão do mundo; logo, se insere numa consciência histórica” ²⁷.

A conceituação de conscientização alcançou uma grande amplitude como podemos verificar, apenas equivocou-se quando a tratou como algo possível de ser dado. A conscientização é adquirida através de um autoprocesso de conscientização, e o papel do intelectual, no caso, é contribuir para que ela se efetue, se desenvolva, não é doá-la.

Mas o processo evolutivo pelo qual vinha passando a linha de pensamento do MEB o liberou do equívoco comentado quando, após o II Encontro de Coordenadores, declarou que a promoção do homem só tem sentido se ele mesmo a assumir, se ele mesmo for sujeito dessa promoção e acrescentou, ainda, que a educação só atinge o seu significado mais autêntico, à medida que deixa de ser meramente integrativa, isto é, reprodutora ²⁸.

Se até 1964 percebe-se que a linha de pensamento do MEB veio passando por uma evolução dentro de uma perspectiva de continuidade, buscando cada vez mais um aperfeiçoamento maior, o mesmo já não ocorreu em 1965: aqui vamos encontrar colocações bastante válidas concomitantemente à colocações bastante equivocadas, muitas vezes demasiadamente antagônicas e, pior ainda, contradizendo análises anteriores que tinham significado um grande avanço. Vejamos algumas delas:

“O trabalho de promoção humana é intrínseco à própria educação, uma vez que educar não consiste em adaptar alguém a determinada situação, a determinado tipo de sociedade, mas dar elementos e condições para que o homem se forme. Educar é levar o homem a tomar consciência de seu papel de sujeito do mundo” ²⁹.

Neste mesmo ano o MEB conceituava a educação da seguinte forma:

“A educação é um processo de integração na cultura, seja através de modos assistemáticos, como ocorre na comunicação regular de todo convívio, seja através de formas metodizadas em que se instrumentalizam os educandos para uma participação consciente e criadora na herança cultural da humanidade” ³⁰.

Como se pode perceber, este entendimento de educação choca-se com o anterior, pois não é possível conceber um tipo de educação que ao mesmo tempo não adapte o homem a determinado tipo de sociedade e realize a sua “integração” cultural.

O grande problema está em que ambas as conceituações foram generalizadas.

Parece-nos extremamente necessário assinalar que a primeira conceituação de educação é um entendimento dentro de uma perspectiva de libertação das camadas populares da ideologia dominante, ou seja, dentro de uma perspectiva revolucionária. Ocorre que a generalização desta conceituação deve-se ao fato de o MEB não se ter atido devidamente na análise do papel que a educação vem desempenhando historicamente a serviço da manutenção de ordens sociais.

O fato de elaborarmos um projeto revolucionário de educação, não nos deve conduzir a subestimar o valor da análise da forma pela qual a educação convencionalmente vem se efetivando, sendo muito mais reprodutora que inovadora e só não o sendo totalmente reprodutora em consequência

das contradições engendradas no modo de produção capitalista que repercutem na superestrutura política e ideológica das sociedades. Portanto, o caráter inovador que a educação convencional apresenta, deve-se muito mais a essas contradições que a uma postura deliberada de fazer da educação um instrumento de mudanças, pois qualquer ordem social utiliza o seu sistema educacional para reproduzir e reforçar a sua manutenção, incentivando-o para que seja um instrumento de transformações apenas quando estas se realizam no sentido de aperfeiçoá-la, propiciando a sua manutenção mais efetiva.

A educação como um processo inovador no caso brasileiro, ainda era, como continua sendo, realizada em experiências isoladas que deveriam ser generalizadas na prática, mas que não o foram e não o são atualmente. Daí porque se torna fundamental o conhecimento de como a educação, com seus mecanismos, vem desempenhando sua função convencionalmente. Torna-se necessário saber o que ela é para pensarmos seguramente o que ela pode vir a ser, o que só se efetiva quando realizamos o maior rompimento possível com a ideologia dominante, possuindo capacidade para apreendê-la com todas as suas conexões e contradições, única forma de evitarmos conscientemente um envolvimento com essa ideologia.

A segunda conceituação de educação é também perfeitamente aceitável, só que fora da concepção de educação que o MEB vinha construindo, pois aqui ela destoou e demonstrou que o MEB fazia uma certa confusão entre o que é a educação, convencional no caso brasileiro, e o que ela podia vir a ser ou estava sendo na sua concepção e ação. O que ocorreu possivelmente pelo fato do MEB ressentir-se de uma análise mais profunda da educação numa perspectiva conservadora que, na realidade, era sobre a qual se assentava quase de uma maneira geral o nosso sistema educacional.

Continuando ainda, para melhor constataremos as limitações do Movimento no que diz respeito à questão da análise da educação, vejamos as seguintes passagens do documento intitulado *Fundamentação do Programa para 1965*:

"A recuperação do homem marginalizado jamais será conseguida por um simples trabalho de alfabetização, por que, embora haja uma correlação entre analfabetos e marginalização, assim como entre analfabetismo e subdesenvolvimento, não se pode dizer que o analfabetismo seja a causa da marginalização e muito menos do subdesenvolvimento" ³¹.

No mesmo documento vamos encontrar:

*“O desnível cultural gera comumente desníveis nos planos econômico, social, político e religioso. Por causa desse desnivelamento a sociedade brasileira, até hoje, está formada por grupos culturalmente estratificados”*³².

Diante de afirmações tão contraditórias em um mesmo momento, só podemos inferir que realmente o MEB carecia de uma profunda fundamentação teórica que lhe possibilitasse um posicionamento mais definido, quanto à questão da educação, pois do contrário, a ideologia dominante, que considerava em seus discursos a educação a “panacéia” para todos os males sociais, o envolveria.

Em 1966 o MEB, através da concepção de educação que passou a adotar em sua documentação, começou a tornar-se irreconhecível, pois tendeu a identificar educação de base com:

*“... aprender a comer bem, a defender sua saúde, a manter boas relações com os seus semelhantes e integrá-lo no quadro geral de uma sociedade justa”*³³.

Declinava assim o processo evolutivo pelo qual vinha passando a linha de pensamento do MEB e se manifestava em plena ascensão o processo de sua absorção pela conjuntura política que teve seus alicerces fincados em abril de 1964.

Concepção de Cultura Popular

Atualmente falar em educação popular implica um mínimo de reflexão sobre a cultura popular e suas relações com a cultura de outros grupos em uma sociedade estratificada. Mas, e o MEB no início da década de 1960? Obviamente foi bastante sensível para considerá-la; resta-nos então verificar sob qual enfoque, dentro de suas limitações conseguiu refletir sobre a cultura popular.

Em 1962 o MEB assim se pronuncia sobre a cultura popular:

*“No trabalho de conscientização das comunidades e especialmente dos líderes, se tenta atingir também elementos representativos de cultura popular, os quais, espontaneamente, poderão levar, através de sua própria arte, elementos de conscientização do povo”*³⁴.

Como se pode perceber, o MEB referia-se à cultura popular referindo-se à arte popular e ao folclore; o destaque a “elementos representativos da cultura popular” denuncia isto. Mas o MEB também, em outras passagens, recomendava que a cultura popular estivesse presente em todos os seus trabalhos. Incentivando a valorização da referida cultura, propunha o aproveitamento e divulgação das riquezas culturais do povo. Críticas foram feitas ao desenvolvimento de atividades que não as levavam em consideração e inclusive denunciaram que em vez de serem levados em conta os valores próprios do povo, estava sendo projetada uma outra cultura sobre eles³⁵.

Se em algumas passagens percebemos que o MEB limitava a cultura popular à arte popular, em outras percebemos que ele tentava avançar, sem contudo conseguir também deixar claro que a considerava a própria maneira de pensar e fazer das camadas populares, ou o conhecimento por elas elaborado em sua prática de vida.

De qualquer modo, a questão da cultura popular tinha sido levantada.

Surpreendentemente, o Decreto de nº 52.267, de julho de 1963, que reafirmou a disposição do Governo Federal em dar continuidade aos compromissos já assumidos através do Decreto 50.370 de 1961, justificou esta disposição, por considerar conveniente levar a educação de base e a cultura popular às populações das áreas em desenvolvimento, no país³⁶.

Aqui fica explícita a pretensão de ser “levada” às camadas populares a cultura popular. Mas esta crença na possibilidade de que as camadas populares são desprovidas de cultura, não foi apenas dos órgãos oficiais, pois pelo menos em parte, foi, também, adotada pelo MEB, em 1965. É o que podemos inferir dos seguintes trechos:

*“Atualmente, já não constitui novidade alguma dizer-se que grande número de brasileiros não participa da vida cultural do país”*³⁷.

*“A educação deverá ser um instrumento de auto-conscientização de um grande contingente humano, que vive à margem da vida cultural”*³⁸.

*“... a escassez de comunicação, de recursos materiais mantém a maioria da população em nível cultural, econômico e social incompatível com a dignidade humana”*³⁹.

Embora não tenha explicitado o que significa participar da vida cultural do país ou viver à margem dela, está implícito que a referência é feita à cultura dominante, admitida como cultura universal. Lamentavelmente é esta dedução que essas colocações são capazes de induzir. O maior agra-

vante ainda é que, quando é admitida a existência da cultura popular, esta é considerada incompatível com a dignidade humana.

Não podemos negar que a cultura popular está basicamente sedimentada num conhecimento a nível do senso comum com todas as conseqüências que isso implica, principalmente no que diz respeito às atribuições ao acaso ou ao destino os fatos para os quais não está suficientemente instrumentalizada para explicá-los; entretanto, é preciso ser considerado devidamente um conhecimento elaborado sem quase nenhuma contribuição de mecanismos científicos, baseado apenas numa prática de vida, no dia-a-dia da luta pela sobrevivência e que, embora não contando com aparatos científicos, encontra formas de sobreviver, de resistir, de reproduzir-se e, muitas vezes, conseguindo ser mais perspicaz que aquele elaborado e difundido entre a classe dominante e seus "comissários", pretensos portadores da cultura universal. A cultura popular merece reflexões mais profundas que as que o MEB lhe dispensou. Quando nos propusemos a refletir sobre ela, precisaremos estar conscientes de nossas limitações para entendê-la, advindas do fato de não participarmos da vivência que a elabora e humildemente assumi-las. Esta postura é condição fundamental para um intelectual de outra camada social aproximar-se, o máximo possível, de uma apreensão da cultura popular.

A nossa incapacidade para entender a questão do popular, comumente nos conduz a uma série de outros caminhos equivocados em relação a outras questões ligadas ao nosso comportamento como intelectuais, junto às camadas populares, quando trabalhando no sentido de contribuir para a superação de "alguns" aspectos do conteúdo da cultura popular.

Enveredando por um dos caminhos equivocados, pelo menos a nível do discurso, vamos encontrar o MEB, "receioso de projetar uma cultura nossa", tentando apegar-se insistentemente às chamadas técnicas não diretivas no desenvolvimento de suas atividades, quando estas passaram a ser a tônica do seu discurso. Ne que se refere às formas de desenvolvimento de trabalhos junto às comunidades, ao treinamento de líderes ou monitores e, enfim, ao processo de conscientização, a recomendação permanente era a utilização de técnicas não diretivas; entretanto, no que se refere às avaliações, a advertência era: o não diretivismo não tem sido empregado na maioria dos casos, ou então, embora estejamos conscientes da importância do não diretivismo, na prática não o adotamos⁴⁰.

Ocorria que, embora o não diretivismo a nível do discurso tenha sido admitido e considerado importante pelo MEB, no momento da prática ele se mostrava inexecutável e, não se detendo em uma análise mais cuidadosa da questão, o MEB permanecia apenas ao nível da crítica ou da censura por não o ter utilizado. Impressionante é observar como nos mesmos documen-

tos em que encontramos a autocensura do MEB pela não utilização de técnicas não diretivas, encontramos as seguintes orientações:

“... é necessário levar o povo a tomar consciência da necessidade de Escolas Radiofônicas para que ele não seja imposta pelo MEB; é necessário partir para o conhecimento dos problemas da área e para um trabalho de divulgação e conscientização dos problemas, levando a comunidade a querer a Escola Radiofônica; é necessário a presença de uma mensagem visando à conscientização; é necessário levar o monitor a ter uma visão gradual da realidade, integrando-se na linha de pensamento e ação do MEB”⁴¹.

Como pode ser observado, o MEB foi envolvido pelo não diretivismo, tão em voga naquele momento, mas não conseguiu incorporá-lo.

Torna-se necessário, no momento, fazermos uma conexão entre a crença na viabilidade do não diretivismo e a crença de que como intelectuais podemos encontrar-nos à margem das ideologias. E o MEB também envolveu-se nesta segunda crença, tanto que afirmou possuir uma absoluta independência política ideológica⁴² e formar a pessoa para que ela optasse pela conservação ou modificação dos valores de uma realidade cultural⁴³.

O conflito em que, parece, encontravam-se os intelectuais engajados nas atividades do MEB, advinham do seu envolvimento na crença de que, independentemente das ideologias, poderem adotar um posicionamento neutro. Daí porque, quando na prática esta postura mostrou-se inviável, surgiu o dilema, que só pode ser superado à medida que o intelectual tiver entendido qual a sua verdadeira função e quais as suas limitações junto às camadas populares com as quais passa a estabelecer vínculos. Como também, só será superado quando ele compreender que a adoção de um posicionamento neutro, consciente ou inconscientemente, também significa um envolvimento com determinada ideologia; que assumir determinada ideologia é definir-se conscientemente; enfim, que estar imune às ideologias só seria possível, se não tivesse sofrido um processo de aculturação; logo essa imunização é impossível.

Mas como os conflitos evidenciam as contradições não impediram que o MEB fizesse também afirmações tão reais como a que se segue:

“... tendo o MEB como fim específico a ação educativa e social, a natureza do MEB exige, além de princípios gerais e doutrinários, uma dimensão histórica, um contato com o real, envolvendo valores ideológicos”⁴⁴.

Objetivos

Nas Instruções Gerais, como primeiros objetivos do MEB, para o quinquênio 1961/1965 constam:

- 1. Ministar educação de base às populações das áreas subdesenvolvidas do país – Norte, Nordeste, Centro-Oeste – através de programas radiofônicos especiais com recepção organizada, visando à valorização do homem integral no soerguimento das comunidades.*
- 2. Suscitar, em torno de cada escola radiofônica, a organização da comunidade, despertando-lhe o espírito de iniciativa e preparando-a para as indispensáveis reformas de base, como a da estrutura agrária do País.*
- 3. Velar pelo desenvolvimento do povo, preparando-o para o indispensável soerguimento econômico das regiões subdesenvolvidas e ajudando-o a defender-se de ideologias incompatíveis com o espírito cristão da nacionalidade”⁴⁵.*

Podem ser observadas três características bastante marcantes nestes objetivos: a primeira diz respeito à utilização de um meio não convencional para programas educativos, no caso o rádio; a segunda, refere-se à questão das reformas de base, o que, como objetivo de um programa educacional instituído pela Igreja Católica conjuntamente com o Estado, pode ser considerada arrojada; a terceira, relaciona-se com a declaração de guerra “às ideologias incompatíveis com o espírito cristão”, que, no caso, tinha endereço certo e dirigia-se às influências das esquerdas brasileiras no processo de mobilização e organização do homem do campo, que já vinha se processando no Nordeste.

A partir do I Encontro Nacional de Coordenadores, realizado em 1962, o objetivo geral do MEB passa a ser:

“... contribuir de modo decisivo, para o desenvolvimento integral do povo brasileiro, numa perspectiva de autopro-moção, que leva a uma transformação decisiva de mentalidades e estruturas”⁴⁶

Aqui as transformações consideradas necessárias, já não davam ênfase apenas as exigidas pela estrutura agrária do país, mas às estruturas da sociedade como um todo. Embora não esteja explícito, o que é entendido por re-

formas estruturais, a percepção de que sua amplitude deve atingir tanto o nível da superestrutura, quanto o nível da infra-estrutura de nossa sociedade, pode ser considerada um grande salto, se considerarmos o pouco tempo de experiência do MEB: menos de dois anos.

A 17 de julho de 1963, o então Presidente da República, João Goulart, através do Decreto 52.267, revigorou os compromissos do Governo Federal, assumidos com o MEB, considerando a conveniência de levar a Educação de Base às populações das áreas subdesenvolvidas do país ⁴⁷.

Por outro lado, a ala progressista do episcopado brasileiro dispensava um efetivo apoio e incentivo aos rumos em que o Movimento se dirigia. Pelo menos, é o que podemos constatar com base no depoimento de seu Presidente:

“O MEB não pode ser um Movimento tradicionalista e imobilista no sentido de sustentar o que existe, a qualquer preço. É renovador. É pelas mudanças necessárias. É pelas reformas sociais a serem feitas, também com a participação dos camponeses e dos trabalhadores urbanos, naquilo que lhes disser respeito, e na linha da doutrina social cristã” ⁴⁸.

A importância da experiência do MEB já tinha sido reconhecida pelo próprio Papa João XXIII que, inclusive, demonstrara interesse em observar o funcionamento de uma escola radiofônica ⁴⁹.

O aval dado à experiência do MEB pela maior autoridade da Igreja Católica e pelo Presidente da República, possibilitava-lhe, não resta dúvida, condições para que mantivesse a sua linha de orientação.

Entretanto, logo o MEB esbarraria em seus limites como movimento educativo que objetivava contribuir para que mudanças estruturais fossem efetivadas e, já em fevereiro de 1964, eram apreendidos, ainda na gráfica, por ordem do então Governador do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, 3.000 exemplares do livro de leitura “Viver é Lutar”, de autoria do MEB, sob a acusação de ser comunista ⁵⁰. Sobrevieram os acontecimentos de abril de 1964, início de uma radical rearticulação do poder. Se a democracia ameaçava a manutenção da estrutura social vigente, acabe-se com a democracia ⁵¹.

Em vista da crise gerada pelos acontecimentos de abril, em maio de 1964 o Conselho Diretor Nacional, CDN ⁵², do MEB, reuniu-se para discutir a seguinte agenda:

- “1. *O MEB e a situação nacional.*
2. *Elaboração de um documento a ser encaminhado pelo CDN à Comissão Central da CNBB.*
3. *Áreas de atrito do MEB.*
4. *Face a situação atual, o MEB deve, ou não, continuar”*⁵³.

O CDN decidiu-se pela continuidade do MEB, mas nesta mesma reunião decidiu-se também explicitar suas normas de funcionamento⁵⁴. Atente-se para o fato de que o MEB já contava com um Regimento e com suas Instruções Gerais. Foi então designado como assessor Monsenhor Tapajós para elaborar um novo documento, que recebeu a denominação de Normas e Diretrizes Gerais do MEB.

Em junho do mesmo ano, 1964, os Coordenadores Estaduais do MEB foram convocados para um encontro, onde, após uma análise da situação do país, concluíram que o panorama não mudou e que o povo continuava necessitando do MEB e, prioritariamente, do seu trabalho de conscientização que objetivava um processo de transformações necessárias, a serem assumidas pelo próprio povo⁵⁵.

Mas, nesta mesma reunião, o anteprojeto das Normas e Diretrizes do MEB, elaborado pelo referido assessor, foi apresentado e, neste, o MEB foi definido como um movimento de apostolado da Igreja e, assim sendo, necessitava de uma estrutura que se adequasse à estrutura jurídica da Igreja⁵⁶.

A definição do MEB como um movimento de apostolado da Igreja iria implicar mudanças nos seus objetivos e a adequação da sua estrutura à estrutura jurídica da Igreja significaria, nada mais nada menos, que fragmentar a sua unidade nacional, já que a CNBB, não possui jurisdição sobre as Dioceses, e depende de cada Bispo Diocesano a definição da linha doutrinária dos trabalhos desenvolvidos em sua Diocese.

A equipe técnica do MEB percebendo a evidente intenção do CDN posicionou-se, admitindo que:

*“... qualquer movimento feito por cristãos é apostólico. O MEB, por ser realizado por cristãos e por ser assumido pela Igreja, possui portanto um sentido apostólico. Porém, tendo como fim específico a ação educativa e social, a natureza do MEB exige, além de princípios gerais e doutrinários, uma dimensão com o real, envolvendo valores ideológicos”*⁵⁷.

“O MEB é um movimento nacional, criado para enfrentar um problema que se coloca em termos nacionais: a

promoção do homem brasileiro, principalmente daquela maioria que vive nas áreas subdesenvolvidas. Projetos locais ou estaduais, sem uma perspectiva nacional, não surtirão efeitos”⁵⁸.

“... desde a sua criação, vem o MEB se esforçando para manter sua unidade, essencial para a consecução de seus objetivos, unidade essa conseguida através da estrutura nacional do Movimento e, de certa forma, fragmentada no projeto apresentado pela ênfase dada à posição da unidade-diocese, no funcionamento normal do MEB, o que poderá prejudicar a própria eficácia do trabalho, pela divisão da autoridade e pelas perspectivas diversas que poderão orientar o MEB em cada diocese”⁵⁹.

O momento era de crise entre o laicato e a Hierarquia, o MEB apela veementemente para que fosse evitada a sua implosão, mas o apoio que vinha obtendo até pouco tempo atrás não era mais obtido e a confiança depositada no laicato, que compunha as equipes do MEB, também já não era a mesma. Estava evidente a intenção da Hierarquia em tomar as rédeas do MEB, embora, pouco antes tenha enaltecido a forma pela qual ele tinha sido assumido pelo laicato católico⁶⁰.

Agora, façamos uma conexão desta crise pela qual passava o MEB com os acontecimentos que vinham ocorrendo na sociedade como um todo: os grupos economicamente dominantes, percebendo o perigo que significava à sua manutenção, a emergência das camadas populares com um certo nível de politização, rearticularam-se. Rearticulação esta que teve como consequência imediata a substituição do regime populista. Uma das características mais marcantes dos novos detentores do poder político foi a não tolerância a quaisquer tipos de ação que contribuíssem para a politização e organização das camadas populares, isto porque, manter a estrutura social vigente e assegurar a livre expansão do capitalismo monopolista no Brasil, a qualquer preço, era o objetivo principal do novo grupo no poder e, para a sua consecução, fundamental se tomara alijar as camadas populares o máximo possível de qualquer tipo de participação na vida política do país.

O que pode ser percebido é que até o momento em que os populistas detiveram o poder político, necessitando do apoio das camadas populares para a sua manutenção, permitiram a sua ascensão e não desprezaram a importante contribuição das forças progressistas em seus governos. Também na Igreja Católica, a ala progressista detendo um certo poder tentava contribuir, dentro de suas limitações, para a politização das massas. Portanto,

mudanças ocorridas no poder político do país repercutiram rapidamente na Igreja. A supremacia passou a pertencer ao conservadorismo e o MEB sofreu então todas as pressões advindas também da política conservadora que a Igreja, em sua rearticulação, reassumiria, prioritariamente.

Já em agosto de 1964 as Normas e Diretrizes para o Funcionamento do MEB eram aprovadas, ficando definido como fim essencial deste Movimento:

“Cooperar na formação do homem (adulto ou adolescente) nas áreas em desenvolvimento do País, no sentido de levá-lo a tomar consciência de sua ideologia como criatura humana, e, como consequência, transformá-lo em agente de criação original de cultura de um povo”⁶¹.

O MEB que até então vinha tentando explicitar melhor os seus objetivos, numa linha de continuidade e amadurecimento, diga-se, por esforço principalmente do laicato envolvido nesta experiência, agora apresentava como fim essencial algo tão vago como o que acabamos de apresentar, tendo, inclusive, alguns detalhes sintomáticos: a área em que atua o MEB já não é mais considerada “subdesenvolvida” mas “em desenvolvimento” e a ideologia de que ele necessitava tomar consciência é aquela característica da natureza humana⁶². A “conscientização” é agora explicitada como importando:

- a) *“na afirmação de um Deus criador, de quem tudo depende e a quem todos estão subordinados;*
- b) *na afirmação de ser o homem um valor em si mesmo, superior a toda a ordem temporal e subordinado a Deus”⁶³.*

A concepção da sociedade como historicamente construída deixou de prevalecer. A exaltação da dependência de tudo ao Deus criador tentava, provavelmente, desvincular os problemas sociais da estrutura social onde eles emergem, o que torna evidente o intuito de promoção da alienação em detrimento da busca do real. Não foi por acaso que a catequese passou a constar como fim secundário do MEB⁶⁴.

Quanto à questão da unidade nacional do trabalho do MEB, as Normas e Diretrizes assim se expressam:

“Destinando-se à integração do homem brasileiro na comunidade, a atuação do MEB exige a formulação de um pro-

*jeto nacional de promoção humana global. Projeto esse não teoricamente elaborado, mas resultado do contato vivo com as comunidades locais”*⁶⁵.

Constata-se que a unidade do MEB, tão veementemente defendida por sua equipe, é mantida. Mas vejamos bem: as razões que justificam a necessidade da unidade do MEB já não têm por base o fato de os problemas sociais serem semelhantes e estruturais, mas pelo fato de ser necessário a integração do homem na comunidade.

Mudando as razões que justificavam a necessidade do MEB possuir uma unidade nacional e, mudando-se principalmente seus objetivos, parece realmente que a questão da unidade passa a ser secundária, podendo, portanto, permanecer.

Mas, na reunião de coordenadores, realizada em junho de 1964, a equipe técnica do MEB teria se proposto também a elaborar um documento para ser encaminhado ao CDN, explicitando o que representava, para cada membro de sua equipe, “a experiência do MEB acumulada nos anos anteriores, bem como um testemunho dos leigos que realizam o trabalho”⁶⁶. Em agosto de 1964 foi apresentado ao CDN o documento intitulado “O MEB, sua origem, sua ação e seu conteúdo”. Este Conselho sugeriu algumas reformulações e decidiu que o documento passaria a constituir-se o Documento Básico do MEB⁶⁷.

O documento, “O MEB sua origem, sua ação e seu conteúdo” faz a seguinte colocação:

*“... a linha de trabalho assumida pelo MEB está dentro de uma preocupação com o Cristianismo seriamente vivido e que exige um trabalho não de pura alfabetização, mas um planejamento mais complexo, que possibilite a transformação dos homens de massa em povo consciente, única maneira de fazê-lo chegar a ser um povo de Deus”*⁶⁸.

Quanto à unidade do trabalho, o MEB reafirmava que:

*“A própria realidade que faz apêlo à existência do MEB, exige unidade de ação. Essa unidade, no entanto, refere-se ao que o Movimento tem de essencial, mas requer a heterogeneidade de suas partes”*⁶⁹.

O MEB tentou manter sua postura, mas pode ser percebido que diante de tão grande cerco, não só da Igreja, evidentemente, mas de todas as forças sociais conservadoras, inclusive de aparelhos de Estado, constatou suas limi-

tações naquela conjuntura e começou a passar por um processo de autocensura. O Ministério de Educação e Cultura, inclusive, já começava a impor condições para a renovação dos convênios.

Nas instruções para a aplicação do programa de 1965, os objetivos do MEB ainda mantiveram uma certa relação com os objetivos definidos no I Encontro de Coordenadores em 1962, mas a questão da promoção humana já se apresentava bastante relacionada com a ideologia do desenvolvimento de comunidades como integração ⁷⁰.

Em carta do 1.º Vice-Presidente da CNBB, D. Avelar Brandão, ao Ministro da Educação, datada de 9 de maio de 1966, é feita a seguinte declaração:

“O Conselho Nacional do MEB está empenhado, atualmente, em proceder uma reestruturação do Movimento, de sorte que ele venha, gradativamente, a descentralizar-se convenientemente”.

No IV Encontro de Coordenadores realizado em 1966, a questão da unidade nacional do MEB continuava a ser ponto de atrito entre Hierarquia e laicato envolvidos nas suas atividades do MEB ⁷¹. Isto porque a Hierarquia dava-se conta de que, apenas mudar objetivos através de Normas e Diretrizes, não tinha sido suficiente para assegurar que mudanças ocorressem na prática. Provável que o MEB percebera essa possibilidade anteriormente, tanto que se deteve mais na defesa da manutenção de sua unidade que na defesa de seus objetivos.

A Hierarquia percebera então que seu alvo de ataque deveria ser a unidade nacional e que se tornava também necessária a sua participação direta nas atividades do MEB para que pudesse ser exercido um efetivo controle sobre suas atividades. A inconveniência da interferência do MEB/nacional nos Sistemas Locais era agora alegada sob a justificativa de que não existe nenhuma autoridade hierárquica superior aos Bispos Diocesanos ⁷².

Os Coordenadores do MEB ainda em 1966, lançaram um documento sobre a proposição dessa nova reestruturação do MEB, onde se descartaram a responsabilidade dos trabalhos de catequese, que lhes foi atribuída nas Normas e Diretrizes ⁷³, sob a alegação de que não possuíam quadro de pessoal adequado para tal atividade; por outro lado, afirmavam descrever na viabilidade prática da presença de bispos e leigos na mesma equipe, já que suas missões são diferentes ⁷⁴.

Quanto à questão da descentralização do MEB, o documento reafirma o que já dissera no documento “MEB, sua origem, sua ação, seu conteúdo”:

*“Considera-se “movimento nacional” não porque esteja presente em muitas áreas do país, mas porque tem a perspectiva dos problemas nacionais no seu trabalho educativo. Essa perspectiva se traduz por tornar consciente a problemática nacional de educação e a necessidade da participação do povo na elaboração de sua própria história”*⁷⁵.

Nesse ano de 1966 a equipe do MEB de Pernambuco, em decorrência da crise financeira que atravessava, das pressões exercidas por parte dos poderes constituídos e principalmente por considerar inviável a aceitação do seu engajamento político pela Hierarquia, decidiu-se pelo encerramento de suas atividades naquele Estado. Neste mesmo ano, os Estados de Goiás e Minas Gerais também encerraram oficialmente suas atividades e as do Estado da Bahia já se encontravam também praticamente paralizadas.

Em 14 de março de 1967, o Decreto presidencial de n.º 60.464 integrou “equivocadamente” o MEB no Plano Complementar de Educação, o que, posteriormente foi retificado pelo Decreto 61.145 de 16 de julho de 1967. No mesmo ano, o convênio celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e o Movimento de Educação de Base, reza que:

*“No desempenho de suas atividades o MEB se integrará nas diretrizes da educação nacional, na orientação do MEC, na defesa dos interesses do país e no respeito ao atual regime, colocando-se fora de qualquer faccionismo político”*⁷⁶.

Em setembro de 1967, a Equipe Técnica do MEB/nacional estava enfraquecida, pois contava apenas com três elementos, e os Estados onde tinham sido realizadas as experiências mais significativas, também já haviam encerrado suas atividades e, ainda assim, no V Encontro de Coordenadores, realizado em outubro desse mesmo ano, como última tentativa para assegurar sua autenticidade, o MEB ainda reclamou a manutenção de sua unidade em torno de seus objetivos e linha de ação⁷⁷.

NOTAS

- 1 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. **Documentos de Roma**. Rio de Janeiro, 1963. p. 4.
- 2 FUNGHTNER, Hans. **Os sindicatos brasileiros; organização e função política**. Rio de Janeiro, GRAAL, 1980. p. 138.
- 3 Id. *Ibid.*, p. 138.
- 4 LIMA, Luis Gonzaga de Souza. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1979.
- 5 FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular; análise da prática pedagógica do MEB, Movimento de Educação de Base, 1961-66**. Rio de Janeiro, s. d. (Projeto de Tese de Doutorado na PUC/SP). p. 9.
- 6 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. **Documentos de Roma**. *Op. cit.*, p. 2.
- 7 Id. *ibid.*, p. 1.
- 8 Id. *ibid.*
- 9 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. **Documentos legais**. Rio de Janeiro, 1963. p. 1.
- 10 Sobre a impropriedade da evocação do feudalismo para explicar às relações de trabalho na agropecuária brasileira ver PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária**. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1979. p. 59-68.
- 11 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. **MEB em cinco anos; 1961-1966**. Rio de Janeiro, s. d. v. 2. p. 16.
- 12 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. **Relatório da reunião de coordenadores realizada de 8 a 15 de junho de 1964**. p. 5.
- 13 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. **Fundamentação do programa para 1965**. Rio de Janeiro, 1965. part. 2: Promoção Humana. p. 31.
- 14 Id. *ibid.*, p. 32.
- 15 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. **MEB sua origem, sua ação e seu conteúdo**. Rio de Janeiro, 1965. p. 5.
- 16 Id. *ibid.*, p. 7.
- 17 Id. *ibid.*, p. 8.
- 18 MOVIMENTO DE ATUAÇÃO DE BASE. **Roteiro de estudo do V Encontro Nacional de Coordenadores do MEB**. Rio de Janeiro, 1967 p. 12. (Divulgação interna).
- 19 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. **Documentos legais**. *Op. cit.*, p. 20.

- 20 Id. *ibid.*, p. 26.
- 21 Id. *ibid.*,
- 22 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. I Encontro de Coordenadores; Recife, 5 a 15 de dezembro de 1962. Conclusões I. p. 1.
- 23 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. Relatório anual de 1962. Rio de Janeiro, 1962. p. 1.
- 24 Id. *ibid.*
- 25 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. Documentos de Roma. Op. cit. p. 2.
- 26 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. MEB em cinco anos; 1961–1966. Op. cit., p. 21.
- 27 Id. *ibid.*, p. 12.
- 28 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. Relatório do II Encontro Nacional de Coordenadores. Op. cit., p. 16-9.
- 29 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. Fundamentação do programa para 1965. Op. cit., p. 1.
- 30 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. MEB em cinco anos; 1961–1966. Op. cit., p. 12.
- 31 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. Fundamentação do programa para 1965. Op. cit., p. 2.
- 32 Id. *ibid.*, p. 9.
- 33 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. Relatório síntese do período 1961–1966 para reunião do CDN. Rio de Janeiro, 1966. p. 1.
- 34 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. I Encontro de coordenadores. Recife, 5 a 15 de dezembro de 1962. Conclusões II. p. 3.
- 35 Ver as críticas e notas para o planejamento constantes nas Conclusões I do I Encontro de Coordenadores do MEB.
- 36 Ver Decreto Presidencial nº 52.267 de junho de 1963, em MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. Documentos legais. Op. cit., p. 6.
- 37 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. Fundamentação do programa para 1965. Rio de Janeiro, 1965. part. 2. Promoções Humanas. p. 9.
- 38 Id. *ibid.*
- 39 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. Plano de trabalho para 1965. Rio de Janeiro, 1965. p. 5.
- 40 Ver Conclusões I e II do I Encontro de Coordenadores do MEB realizado em 1962.
- 41 Id. *ibid.*
- 42 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. Relatório da reunião de coordenadores. Op. cit., p. 4.
- 43 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. MEB sua origem, sua ação e

- seu conteúdo. Op. cit., p. 3.
- 44 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. Relatório da reunião de coordenadores. Op. cit., p. 13.
- 45 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. Documentos legais. Op. cit., p. 26-7.
- 46 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. Relatório anual de 1962. Op. cit., p. 2.
- 47 Ver Decreto Presidencial, nº 52.267 de junho de 1963, em MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. Documentos legais. Op. cit., p. 6.
- 48 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. Documentos de Roma. Op. cit., p. 2.
- 49 Id. ibid., p. 2.
- 50 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. Relatório síntese do período 1961-1966 para reunião do CDN. Op. cit., p. 15.
- 51 WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. p. 51.
- 52 A nível da administração superior ou nacional, a direção do MEB era exercida por um Conselho Diretor Nacional, uma Diretoria Executiva, um Conselho Nacional de Representação e Consulta e um Conselho Fiscal. A nível Estadual a sua organização administrativa contava com uma Comissão Estadual de representação e Consulta e uma Equipe Estadual de Execução. Para maiores informações, ver o Regulamento e Instruções Gerais do MEB.
- 53 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. Relatório; síntese do período 1961-1966 para reunião da CDN. Op. cit., p. 15.
- 54 Id. ibid.,
- 55 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. Relatório da reunião de coordenadores realizada de 8 a 15 de junho de 1964. p. 15.
- 56 Id. ibid., p. 10.
- 57 Id. ibid., p. 13.
- 58 Id. ibid., p. 14.
- 59 Id. ibid., p. 11.
- 60 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. Documentos de Roma. Op. cit., p. 4 e 5.
- 61 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. Normas e diretrizes para o funcionamento do MEB. Rio de Janeiro, 1964. p. 1.
- 62 Sobre a natureza humana, ver GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. p. 38-49.
- 63 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. Normas e diretrizes para o funcionamento do MEB. Op. cit., p. 1.
- 64 Id. ibid., p. 1.

- 70 Para um aprofundamento da questão do envolvimento dos intelectuais com a ideologia da integração no desenvolvimento de comunidade, ver AMMAM, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidades no Brasil**. São Paulo, Cortez, 1980. p. 122-58.
- 71 Id. *ibid.*, p. 19.
- 72 Id. *ibid.*, p. 20-2.
- 73 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. **Normas e diretrizes para o funcionamento do MEB**. Op. cit., p. 1.
- 74 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. **Documentos dos coordenadores sobre a reestruturação do MEB**. Rio de Janeiro, 1966. p. 2.
- 75 Id. *ibid.*, p. 4.
- 76 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. **Relatório do V Encontro Nacional de Coordenadores**. Rio de Janeiro, 1967. p. 38.
- 77 Id. *ibid.*, p. 19.

CAPÍTULO V

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A CONJUNTURA MARANHENSE

Aspectos Demográficos

O Estado do Maranhão ocupa uma área de 324.663 km², o que corresponde a 3,8% do território nacional e o coloca em 29 lugar no Nordeste em relação à extensão geográfica.

Segundo o Censo Demográfico de 1960, o Estado do Maranhão tem uma população de 2.076.040 habitantes e apresenta uma densidade demográfica de 7,5 habitantes por km².

A área rural concentra mais de 80% da população do Estado, sendo que a maioria vive em condições precárias.

PARTE II

A PRÁTICA DO MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE NO ESTADO DO MARANHÃO

ANOS	POPULAÇÃO (em 1.000 habitantes)			%
	Urbana (A)	Rural (B)	Total (C)	
1950	224	1.500	1.724	32,6
1960	467	2.000	2.467	31,4

Fonte: Censo Demográfico de 1950 e 1960.

CAPÍTULO V

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A CONJUNTURA MARANHENSE

Aspectos Demográficos

O Estado do Maranhão ocupa uma área de 324.663 km², o que corresponde a 3,8% do território nacional e o coloca em 2º lugar no Nordeste em relação à extensão geográfica.

Segundo o Censo Demográfico de 1960, contava o Maranhão com uma população de 2.946.000 habitantes e possuía uma densidade demográfica de 7,6 habitantes por km².

A área rural concentrava, no referido ano, mais de 80% da população do Estado, conforme pode ser visto na tabela seguinte.

POPULAÇÃO DO MARANHÃO SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO,
1950-1960

ANOS	POPULAÇÃO (Em 1.000 habitantes)			%
	Urbana (A)	Rural (B)	Total (C)	
1950	274	1.309	1.583	82,6
1960	467	2.033	2.500	81,4

FONTE: Censos Demográficos, FIBGE

A significativa alteração que sofreu o crescimento da população maranhense no período de 1950 a 1960, deveu-se às correntes migratórias que para o Maranhão se dirigiram em decorrência, principalmente, da seca que assolou o Nordeste em 1958 e pelas tensões sociais que lá se agravaram¹.

As Migrações

O acolhimento dos "flagelados" das secas do Nordeste pelo Estado do Maranhão é um fato que vem se verificando desde 1877, tendo o processo de ocupação das terras maranhenses pelos nordestinos se acentuado a partir

da grande seca de 1958, quando as correntes migratórias se intensificaram alcançando maior vulto e chegando a estimar-se, no período de 1950 a 1970, um número aproximado de 700 mil migrantes que neste Estado ingressaram, com procedência principalmente dos Estados do Ceará e Piauí².

Não resta dúvida de que as secas se constituem em um fator que contribuiu de forma acentuada para as migrações; entretanto, não pode ser descartado um outro fator de grande importância para esse evento: a liberação em massa da mão-de-obra excedente, pelos latifúndios do Nordeste em processo de transformações para empresas³, o que implicou o ingresso daquela região em uma nova fase de relações de produção. Nesta, o campesinato foi pressionado a emigrar, o que, não ocorrendo passivamente, gerou tensões sociais que por sua vez se agravaram com o processo em marcha de mobilização e organização do campesinato em órgãos de classe.

Surgiu, como alternativa necessária ao alívio dessas tensões sociais, a abertura de novas fronteiras agrícolas para onde pudesse deslocar-se o excedente de mão-de-obra que se avolumava dia-a-dia.

Apresentou-se então o Estado do Maranhão como uma das principais alternativas para as correntes migratórias, pela disponibilidade de vasta área de terras devolutas, constituindo-se assim na "terra prometida" para os agricultores e ao mesmo tempo em válvula de escape para as tensões sociais.

Como bem o esclarece Giuseppe Stacone:

*"A migração está portanto em função da conservação e da reprodução do sistema econômico concentrador e excludente. Ela é programada e dirigida a partir dos interesses dos grupos economicamente dominantes. Por isso ela tem bases de sustentação ao mesmo tempo econômicas e ideológicas programadas pelos meios de comunicação (rádio, sobretudo) dos grupos dominantes"*⁴.

As correntes migratórias que ingressaram em terras maranhenses, no início deslocaram-se para o vale do Itapecuru, avançando em seguida para os Vales do Mearim e Pindaré no sentido da Pré-Amazônia, criando assim uma nova fronteira agrícola, o que foi facilitado a partir de 1959 com a construção da BR-136.

Acrescente-se que estas correntes migratórias eram também engrossadas por um forte movimento migratório interno originado pela oportunidade que as terras livres significavam no sentido de libertar os agricultores das rígidas relações de trabalho predominante nos latifúndios maranhenses.

As atividades agrícolas, abandonadas pelos nordestinos no Polígono das Secas são reiniciados no Estado do Maranhão, o que veio, como já dissemos,

culminar com a criação de uma nova fronteira agrícola que deslocou o eixo da produção agro-pecuária da área do Itapecuru e Baixada para regiões do Oeste, penetrando assim na mata pré-amazônica que demanda as fronteiras do Pará e Norte de Goiás.⁵

Em síntese, como resultante das migrações nordestinas, podem ser destacadas:

- “ — a criação de uma nova fronteira agrícola no regime de produtores familiares em liberdade (ocupação de terras devolutas);
- algumas alterações na estrutura fundiária do Estado com enfraquecimento, também por migração interna das áreas de latifúndio e aumento da produção nas terras livres”⁶.

Esclarece-se que embora os migrantes tenham alcançado as terras livres, a fixação do camponês não foi assegurada. Isto porque a agricultura praticada por eles utilizava técnicas rudimentares que exigiam a constante destruição das matas e conseqüentemente os obrigava ao nomadismo.

Por outro lado ainda se apresentava como agravante o processo de ocupação de terras devolutas que, não exigindo nenhuma antecipada formalidade aos camponeses, levava-os a despreocuparem-se com a questão da propriedade jurídica destas terras. Acrescente-se que mesmo que se preocupassem não teriam acesso aos trâmites legais.

Os camponeses, considerando a terra apenas como meio de produção de valores de uso, tornavam-se por conseguinte vulneráveis às ações dos “grileiros” que, se aproveitando do trabalho de desbravamento das matas já realizado, os expulsavam quase sempre de forma violenta, algumas vezes, inclusive, com o apoio dos aparelhos de Estado, o que era facilitado pela desorganização e frágil resistência desses camponeses.

Situação Fundiária

A disponibilidade de terras devolutas do Estado do Maranhão que, em nenhuma hipótese, era inferior a 50% da área total do Estado — cerca de 150.000 km² — e se localizava principalmente à margem direita do Médio Mearim e à esquerda do Médio Itapecuru e nos limites com o Estado do Pará e Goiás⁷, justificava a acentuada atração que exercia sobre os emigrantes nordestinos, sem contudo ter se constituído numa preocupação do Estado encetar uma política capaz, sequer, dentro dos moldes capitalistas, de absorver racionalmente os significativos contingentes de mão-de-obra nordestina que aqui se instalavam.

Embora não se possa admitir a asfixia do latifúndio, no caso maranhense, o problema da situação fundiária veio exatamente se agravar, reafirmamos, pela inexistência de uma política racional no processo de ocupação da terra.

Como vimos no item anterior, tanto para os emigrantes nordestinos, quanto para os camponeses maranhenses em geral; a terra era considerada como um instrumento de produção de valores de uso e juntava-se a esse fato toda a ordem de fatores que lhes dificultavam o acesso à propriedade jurídica da terra e, conseqüentemente, lhes vetavam o acesso ao crédito bancário. Deste, acrescentando-se, se valem apenas os usineiros que passavam a ter a atuação de atravessadores financeiros⁸.

A falta de capital tornou então o camponês depois de desvencilhado das relações de trabalhos vigentes no latifúndio, preso em uma outra forma de expropriação de sua força de trabalho, que o tornava dependente de uma cadeia de intermediários, atingindo-o no centro de sua produção e se apropriando da renda por ele gerada, através inicialmente da figura do pequeno comerciante ou seja do "quitandeiro"⁹.

Além desse tipo de exploração, veio recair ainda sobre o camponês a incidência da cobrança da chamada "renda" da terra pelos "grileiros" que lhes impunham após usurparem suas terras. Tudo isso pode ser resumido em técnicas de expulsão viabilizadoras da formação de novos latifúndios, na nova fronteira agrícola, que se integraram na velha estrutura agrária dominante.

Portanto, a inexistência de uma política de ocupação da terra, a "grilagem" desenfreada praticada no Maranhão, a frágil resistência dos camponeses e a falta de assistência dos poderes públicos no que diz respeito à tomada de providências necessárias, que evitassem a prática da agricultura itinerante e predatória pelos camponeses, contribuíram para que, embora triplicadas as pequenas propriedades nos anos 50, não se tenha, com terras devolutas e camponês desprovido de terra, conseguido ou sido capaz de produzir modificações substanciais na estrutura fundiária maranhense, como pode ser observado no quadro seguinte.

COMPOSIÇÃO DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA NO
MARANHÃO 1940 – 1960¹⁰

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA (ha)		
	1940	1950	1960
Minifúndios	179.825	188.856	509.018
Médias e grandes propriedades	1.578.482	3.453.434	3.824.710
Latifúndios	1.250.269	5.896.854	4.125.307
TOTAL	3.008.576	9.538.144	8.459.035

FONTE: Censos Agrícolas

Perspectivas de Colonização do meio rural

Independentemente de planos de colonização, com a expansão da fronteira agrícola pelos migrantes, novos e inúmeros núcleos populacionais foram contribuindo espontaneamente para a obra de colonização do Estado do Maranhão, o que foi facilitado pelas ampliações das estradas de rodagens que se intensificaram no sentido da interiorização.

Entretanto, a ausência de um plano de colonização eficaz impediu, pelas condições infra-estruturais que deixou de proporcionar, que os migrantes se fixassem e se organizassem em verdadeiras colônias para o cultivo da terra.

Realmente o Governo do Maranhão, no início dos anos de 1960, demonstrou a nível do discurso uma certa preocupação com a questão de uma colonização planejada, mas vejamos em que sentido, conforme consta na mensagem do Governador Newton Bello apresentada à Assembléia Legislativa em 1961:

*“Um plano de colonização do Estado se faz portanto necessário a fim de que possamos tirar integral proveito desse elemento de capitalização da lavoura que é o trabalho desorganizado e anônimo do imigrante nordestino”*¹¹.

Se a pretensão deste Governo com o plano de colonização era “tirar proveito” da força de trabalho do camponês a proposta da SUDENE era converter as terras devolutas do Maranhão num celeiro agrícola para suprir o

mercado consumidor do Nordeste com matérias-primas e gêneros de subsistência¹².

Esta proposta não descarta, porém, o interesse que a SUDENE tinha em aliviar as tensões sociais que a estrutura agrária nordestina estava fazendo eclodir em decorrência do avanço do capitalismo ao campo e do processo de politização pelo qual vinham passando as massas camponesas. Como é sabido, os camponeses, de forma organizada, começavam a mobilizar-se em função da reivindicação de uma reforma agrária.

Pôs-se em execução o Projeto Piloto de Colonização do Alto Turi, cujo órgão executivo era o Grupo Interdepartamental de Povoamento do Maranhão da SUDENE¹³. Este, além de não ter conseguido realizar um povoamento dirigido que tivesse expressão no contexto da expansão da fronteira agrícola maranhense, muito menos demonstrou ter capacidade e condições para manter um controle sobre as migrações.

Aspectos Econômicos

Após ter passado por um surto de industrialização que chegou a ser considerado irreversível¹⁴ o Estado do Maranhão retornou ao principal papel que lhe era destinado dentro do modelo capitalista que se implantara no Brasil, ou seja: o de produtor de matérias-primas para os mercados externos pelos preços que estes impusessem, isto quando muito, pois por um longo período a economia do Maranhão passou a caracterizar-se acentuadamente como uma economia de subsistência.

Com maquinaria obsoleta e falta de reposição, a indústria têxtil do Estado se encontrou conseqüentemente sem condições para concorrer com a moderna indústria do Centro Sul¹⁵, modernização esta, por sua vez, decorrente do processo de substituição de importações pelo qual começou a passar o país, principalmente a partir de 1930, no qual a participação do Maranhão, como de todo o Nordeste, simplesmente inexistia.

Ampliava-se o parque industrial do Centro Sul do País, privilegiando o Estado de São Paulo, enquanto o obsoletismo da indústria maranhense levava o Maranhão à estagnação, e o tornava, como dissemos, sem condições concorrenciais para com os produtos importados.

Portanto, o processo de desmoronamento do parque industrial maranhense deveu-se principalmente à política econômica adotada no país. Contudo, podem ser identificados outros fatores que contribuam para a efetivação mais rápida desse processo, tais como: a escassez de energia elétrica naquele período e a incapacidade do empresariado maranhense frente à nova situação.

Vejamos então, diante da inexistência de mercado consumidor exter-

no para a sua produção algodoeira e da incapacidade de seu mercado interno consumi-la, como se reorientou a economia maranhense a partir da década de 1940 e acentuadamente, da década de 1950.

Sem mercado consumidor, a importância do algodão passou a sofrer uma queda na balança comercial maranhense, levando a economia deste Estado a sofrer um ligeiro desvio para a exploração do babaçu, atividade que antes, embora em pequena escala, sempre tivera uma certa expressividade.

É preciso ressaltar, porém, que a atividade extrativa vegetal praticada no Maranhão sempre foi consorciada com a agricultura, não tendo conseguido ser permanentemente, uma atividade principal. Constituiu-se, normalmente, uma atividade que viabilizava uma complementação na renda familiar do campesinato.

Acrescente-se ainda que os métodos utilizados na extração do babaçu são os mais primitivos, não tendo sido introduzida nela nenhuma inovação tecnológica. Também os babaçuais nativos, que constituem um potencial econômico do Estado, não têm merecido nenhuma atenção especial por parte dos poderes públicos no sentido de preservá-los; mesmo assim têm conseguido subsistir, apesar do tipo de agricultura rudimentar praticada no Maranhão que vem utilizando as queimadas indiscriminadas do meio rural como forma para a obtenção de áreas agriculturáveis.

Com todo esse potencial econômico nativo e resistente à depredação, o Maranhão não foi capaz de restabelecer, através de um novo parque industrial de óleo, o seu setor secundário em declínio acentuado, a partir da década de 1950. Mesmo assim, em função da demanda do mercado consumidor externo do óleo e de sua torta, o babaçu passou a adquirir, de forma crescente, uma certa importância na economia maranhense.

Ao lado do babaçu, o arroz, como um outro produto básico, começou a se alocar com destaque na economia maranhense. A cultura deste, posteriormente, sobrepôs-se às atividades extrativas do babaçu, embora ambas continuassem sendo o sustentáculo da economia deste Estado.

Dessa forma e sobretudo nos finais da década de 1950, começaram a aparecer mudanças no sistema econômico em decorrência também de outros fatores tais como: a primazia que passa a ser dada ao transporte rodoviário, em detrimento do transporte fluvial e marítimo, que possibilitou a integração da economia estadual ao sistema nacional; o expressivo contingente de mão-de-obra nordestina que ingressou no Maranhão com as migrações a partir de 1958; e ainda pelos eixos viários que permitiram o acesso a terras virgens capazes de um maior grau de produtividade na primeira utilização que resultou, embora mantendo-se o rudimentar e predatório sistema de trabalho, na elevação da produtividade por hectare¹⁶.

No período de 1957 a 1962 ocorreu então uma razoável expansão da renda interna do Estado, que depois de uma longa fase de estagnação, con-

seguiu elevar a sua renda "per capita" em 67,3%. Acrescente-se que o peso do extrativismo na formação da renda do setor primário já estava reduzida e que a indústria têxtil já tinha entrado em colapso total.

Entretanto, se colocarmos esta expansão em um contexto mais geral, vamos concluir que, na realidade, eles não significaram nenhuma modificação "expressiva" para o Estado do Maranhão, pois a tendência progressiva para uma agricultura de subsistência¹⁷ continuou se manifestando, a indústria se restringiu aos primeiros beneficiamentos de produtos primários e o setor terciário se manteve incipiente.

Quanto à distribuição da mão-de-obra, mesmo após o Estado ter experimentado um surto de industrialização, a agricultura detinha em 1940, 96% da força de trabalho ocupada, gerando 67% da renda estadual, enquanto que a indústria ocupava apenas 1,5% dessa força e gerava 8% da renda¹⁸.

Os quadros a seguir demonstrarão a distribuição da mão-de-obra ocupada nas zonas urbanas e rurais, como também a renda "per capita" em ambas, nos anos de 1950 a 1960.

PESSOAL OCUPADO NAS ATIVIDADES ECONÔMICAS URBANAS
E RURAIS DO ESTADO DO MARANHÃO NOS ANOS DE
1950 E 1960

ATIVIDADES ECONÔMICAS	1950		1960	
	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%
Urbanas	26.989	7	46.229	5
Rurais	368.625	93	951.612	95

FONTE: Gomes, José Tribuzi Pinheiro. Esboço do comportamento da economia maranhense (período 1940-1968) S. Luís, Departamento Estadual de Estatística, 1969, p.15, mimeo.

"RENDA PER CAPITA" DAS ZONAS URBANA E RURAL DO
ESTADO DO MARANHÃO NOS ANOS DE 1950 E 1960

ZONAS	Cr\$ 1,00	
	1950	1960
Urbana 1/	255,40	191,10
Rural 1/	32,50	25,90
TOTAL 2/	119,51	134,63

1/ por pessoa ocupada

2/ população total

FONTE: Gomes, José Tribuzi Pinheiro. Esboço do comportamento da economia maranhense (período 1940-1968) S. Luís, Departamento Estadual de Estatística, 1969, p. 16, mimeo.

Quanto às relações de trabalhos vigentes, se caracterizavam estas pela expropriação contínua da força de trabalho do campesinato através do arrendamento, parceria ou empresa tradicional, que os lançava conseqüentemente à marginalização sócio-econômica¹⁹.

Estas relações eram mantidas através da violência que retinha a mão-de-obra quando interessava aos proprietários e grileiros ou a expulsava quando isso interessava à pecuária. Não existindo empresas agropecuárias para absorverem a massa camponesa, que era expulsa permanentemente, lançava-se esta ao nomadismo até encontrar, muitas vezes, como último refúgio, a marginalização a que teve que se submeter nas margens das rodovias ou nas periferias das zonas urbanas.

O Poder Político

O poder político do Maranhão tradicionalmente foi sustentado pelas oligarquias o que favorecia a manutenção da ordem econômica e social vigente.

O conservadorismo sob o qual se assentava o poder político encontrava respaldo portanto em suas bases de sustentação, a quem não interessava transformações, e em seu próprio quadro a quem mudanças poderiam vir a significar riscos à sua manutenção no poder.

A atuação do Estado, nestas condições, veio se realizar marcadamente pelo tráfico de influências na linha política do favoritismo e na utilização dos seus aparelhos de repressão, dependendo das circunstâncias e daqueles a serem atingidos. Aos correligionários do poder político eram dispensados os "favores" que lhes convinham, indo desde o acesso ao crédito bancário, galgar altos postos na administração ou mesmo conseguir qualquer tipo de admissão desde delegado a professora, até demissões ou transferências dos seus desafetos²⁰.

A condição privilegiada dos latifundiários, entretanto, os dispensou por muito tempo da utilização dos aparelhos de repressão do Estado junto ao campesinato, pois a dominação exercida por esses latifundiários sobre os seus arrendatários, agregados e mesmo sobre os pequenos proprietários era suficiente e ainda em muitos casos exercida sob uma aparência benemerente. Por outro lado, as condições dos camponeses se caracterizavam por uma insegurança constante e por uma certa descrença em relação às possibilidades de soluções para os seus problemas, o que vinha se agravar pela inexistência de uma legislação que os amparasse e pelo fato de se encontrarem alheios às ocorrências a nível nacional pela impossibilidade de acesso aos meios de comunicação.

Aos latifundiários que faziam parte da elite econômica local e que podem ser considerados pequenos coronéis²¹, cabia enfim o comando político a nível de seus lugarejos que entre outras incumbências tinha a de assegurar, através de seus "currais eleitorais", onde o voto se caracterizava como voto de cabresto, a manutenção do situacionismo que permitia a reprodução da ordem social vigente mantenedora, por sua vez, da exploração e alijamento do campesinato. Se necessário, estes latifundiários eram incumbidos ainda da fraude eleitoral, o que poderia ocorrer facilmente nos momentos de preenchimento das urnas, da apuração dos votos ou mesmo da elaboração dos mapas onde constavam os resultados das eleições. O personagem de maior destaque neste período da história política do Maranhão veio a ser o pernambucano Vitorino Freire que exerceu por este Estado os mandatos de Deputado Federal e Senador nos períodos de 1945 a 1947 e 1947 a 1970, respectivamente.

A posição que alcançou Vitorino Freire na vida política maranhense pode ser explicada a partir da congregação de vários fatores dinamicamente relacionados, podendo ser destacados como principais o apoio que possuía do Governo Federal e da cúpula nacional do Partido Social Democrático, PSD, pela posição de destaque que possuía neste, as relações que mantinha com o General Dutra e principalmente a forma como conseguia corresponder aos interesses de setores da oligarquia, mantendo com estes uma relação de interdependência que permitia a realização de seu jogo político. Isto tudo, sem considerar a forma pela qual aplacava seus opositores.

Um sucinto relato de alguns fatos, pelas suas características, por certo contribuirá para um melhor entendimento da forma de atuação do poder político do Estado do Maranhão, naquele período, e principalmente da amplitude do poder daquele que comandou a política maranhense por aproximadamente vinte anos.

Em consequência de uma crise interna no PSD, Vitorino Freire rompeu com este, em 1947, fundou um novo partido sob a legenda do Partido Proletário Democrático, PPD, que lançou Sebastião Archer como seu candidato para o cargo de Governador do Estado nas eleições realizadas desse ano, Manipulado o poder do Estado em favor deste, o pleito foi vencido ficando derrotado os candidatos Genésio Rego do PSD, Bandeira de Melo da UDN e Lino Machado do PR.

A vitória de Sebastião Archer veio consolidar a posição de mando de Vitorino Freire na política maranhense.

Nas eleições de 1950, sob a legenda do Partido Social Trabalhista, PST, a corrente vitorinista lançou Eugênio Barros como candidato ao Governo do Estado, mas o vencedor deste pleito veio a ser o candidato do Partido Social Progressista, PSP, Saturnino Belo que faleceu logo após estas eleições.

Entretanto, o Tribunal Eleitoral, que como os demais órgãos oficiais era manipulado pelo vitorinismo, efetuou uma recontagem dos votos da eleição aludida e apresentou um novo resultado no qual a vitória passou a ser do candidato do PST, Eugênio Barros.

A aceitação deste novo resultado das eleições não foi porém realizada passivamente pela oposição, principalmente na capital, pois a posse de Eugênio Barros no cargo de Governador não se deu sem conturbações. Por duas vezes houve tentativas, com expressivo apoio popular, de impedimento de sua posse, sendo que a segunda, em setembro de 1951, foi violentamente reprimida.

Neste episódio veio se projetar como político, o jornalista oposicionista Neiva Moreira pela sua posição combativa que o levou a exercer um mandato de deputado estadual e dois de deputado federal pela legenda do PSP, tendo sido cassado ainda no exercício do seu último mandato.

Ainda nas eleições de 1950, reafirmando seu poder político, a corrente vitorinista conseguiu eleger todos os candidatos a deputado federal do seu interesse, impedindo conseqüentemente que a legenda do PSD conseguisse eleger sequer um dos seus candidatos²².

A conjugação de todos esses fatos conduziram Vitorino Freire à reconquista da legenda do PSD, passando este, com sua posição fortificada, a ser um dos mais considerados coronéis desse partido²³.

Tão reconhecido se tornou o poder político do vitorinismo que conseguiu eleger a senador por este Estado Assis Chateaubriand em 1955; acrescentou-se nome de interesse da cúpula central do PSD pela cadeia de meios de comunicação que possuía. Para este evento montou-se no Maranhão toda uma situação favorável a sua eleição. Como já havia sido realizado o pleito, isto implicou a renúncia de um senador e seu suplente para a vacância de um cargo e na convocação de uma nova eleição²⁴.

O PSD como legenda do vitorinismo conseguiu ainda eleger nas eleições subseqüentes de 1955 e 1960 para o cargo de Governador os seus candidatos Matos Carvalho e Newton Bello.

Entretanto, com a rearticulação dos grupos economicamente dominantes do país em 1964, o poder político central, como é sabido, sofreu em conseqüência modificações que vieram a ter implicações drásticas para o poder do vitorinismo.

Ocorreu que a prática conservadora desta corrente política alcançou seus limites levando o Maranhão à estagnação econômica. Esta estagnação só pode ser entendida, como vimos, se a considerarmos atrelada à política de desenvolvimento econômico do Centro Sul vigente no país.

Encontrava-se o Maranhão em defasagem da nova conjuntura que se delineava. A expansão do capitalismo sob nova forma exigia a modernização deste Estado, que já se encontrava com uma economia insustentável, no sentido de possibilitar o seu livre curso, tornando parcela de nossa sociedade capaz de se constituir também em um mercado consumidor dos produtos industrializados do Centro Sul. Enfim o que estava se tornando necessário era a rearticulação da economia e sociedade locais com a economia e sociedade nacionais.

O poder político do Maranhão, que tinha conseguido até então permanecer quase que totalmente à margem das crises pelas quais tinha passado o poder político central, era nesse momento atingido de forma fulminante, embora sobre ele não pudesse recair, como vimos, a suspeita do mais leve progressismo, mesmo considerando-se a aliança que no Maranhão o PSD mantinha com o PTB que foi um partido, a nível nacional, de características populistas.

Ao contrário, portanto, do que ocorreu em vários Estados da Federação, o poder político do Maranhão foi substituído exatamente pelo seu extremo conservadorismo.

Em 1966 um novo grupo ascendeu ao poder político maranhense liderado por José Sarney que, como udenista, foi eleito Governador do Estado do Maranhão através da coligação dos partidos políticos de "oposição".

Este novo grupo, sob a bandeira do desenvolvimento e da modernização, estava respaldado nos interesses que representavam o poder político central desde 1964.

Saúde e Saneamento

A questão do estado sanitário da população maranhense torna-se difícil de ser estudada pela insuficiência de informações, principalmente das décadas de 1950 e 1960; entretanto, se tomarmos como parâmetro a baixa renda "per capita" da população maranhense e a relacionarmos com suas condições sanitárias, teremos um quadro de uma população subnutrida predisposta portanto a endemias rurais e outras enfermidades.

A grosso modo, o percentual da população maranhense portadora de verminose era estimada em 100%, a malária atingia 60% e a tuberculose 20%²⁵. Sabe-se ainda que no final da década de 1960 a incidência dos ca-

tos de tracoma cresceu em 157%, a de esquistossomíase em 14% e os do ancilostomíase cresceu em 243%²⁶. Por outro lado, a população do interior dispunha apenas de um médico para 61.000 habitantes²⁷.

Sobre a mortalidade infantil os dados disponíveis dizem respeito apenas à população da capital apresentando em 1950 uma taxa de 16,6%²⁸. Considere-se que os padrões de vida da população de São Luís estavam bastante além, naquela época, da população do resto do Estado.

Quanto ao saneamento, apenas o município de São Luís contava com abastecimento de água tratada e rede de esgotos sanitários.

Educação Escolar

Segundo os dados do censo de 1960 a taxa de alfabetização alcançava apenas 30,2% da população maranhense com mais de cinco anos de idade, o que colocava o Maranhão no penúltimo lugar na ordem decrescente das Unidades da Federação, no que tange à alfabetização.

Quanto ao atendimento escolar da população de 7 a 14 anos, basta observarmos a relação dessa população com o número de escolas existentes para obtermos um quadro alarmante, tendo como consequência um reduzido atendimento, o que pode ser observado no quadro seguinte.

ATENDIMENTO ESCOLAR DA POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS NOS ANOS DE 1958, 1959, 1960

ANO	População de 7 a 14 Anos	População Atendida	% de Atendimento
1958	415.184	90.714	21,8
1959	427.921	90.104	21,0
1960	584.521	90.979	16,6

FONTE: Anuários Estatísticos, FIBGE

O problema da evasão escolar agravava ainda mais a situação de desassistência em que se encontrava a jovem população do Maranhão, apresentando uma taxa de 64% entre a 1.^a e a 2.^a séries e entre a 1.^a e a 3.^a séries uma taxa de 73%²⁹.

A desassistência dos poderes públicos no Estado do Maranhão em relação à questão educacional da população maranhense foi algo de estarrecedor, mas, se colocada no quadro geral da conjuntura do Estado, naquele período, poderemos constatar que não se constitui um fato surpreendente.

Mobilização e Organização dos Camponeses

As primeiras tentativas de mobilização e organização dos camponeses no Estado do Maranhão deram-se nos meados da década de 1950 e se realizaram atreladas à Campanha Nacional pela Reforma Agrária deflagrada já na II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas que se realizou em 1953, no Estado de São Paulo.

Em 1954, criou-se em São Luís a Comissão Estadual de Reforma Agrária, basicamente composta de intelectuais e estudantes, em muitos casos vinculados ao Partido Comunista, ou marxista independentes ou cristãos. Sabe-se entretanto que por fim a liderança desta Comissão teria ficado quase que exclusivamente com o PCB³⁰.

O objetivo principal desta Comissão era mobilizar o campesinato a partir do questionamento de seus problemas originados da sua condição de não proprietários de terras, almejando, em última instância, conseguir a adesão consciente do campesinato maranhense à bandeira de luta pela Reforma Agrária Democrática já deflagrada nacionalmente.

A disposição dos intelectuais maranhenses em contribuir para a efetivação da organização das camadas populares do meio rural, não diferiu da postura que vinha sendo adotada por muitos intelectuais em todas as regiões do país. E no Maranhão eles também estiveram envolvidos em suas ambições, assim como não tinham experiências no tipo de tarefa que se propunham realizar.

Ocorria que, embora existindo em algumas regiões do Estado um certo clima de tensão entre o campesinato e os latifundiários, este não tinha suas origens na questão da reivindicação da propriedade da terra pelos que nela trabalhavam, mas numa resistência à sujeição às relações de trabalhos existentes de um modo geral nos latifúndios e principalmente naqueles situados no Vale do Itapecuru, caracterizado como área de estrutura fundiária rígida e mais antiga, onde a extrema exploração se assemelhava a uma semi-escravidão.

As nossas reflexões nos levam a crer portanto, que o problema que se apresentava a nível da consciência do homem do campo maranhense, não era a questão de reivindicar para si o direito da propriedade da terra onde trabalhava. É preciso levar em consideração que o respeito à propriedade é algo que através de séculos foi ideologicamente incutido na consciência das camadas populares e que, sem uma ruptura com a ideologia dominante, estas se encontram sem condições morais de envolver-se de imediato numa campanha pela transferência da propriedade.

Assumir uma nova postura frente à realidade, sabemos não poder se realizar como num passe de mágica; demanda tempo, sedimentação e se efetiva numa prática. No caso do campesinato isto se verifica de forma muito

mais lenta, o que é justificável. Como bem o explica Gramsci, a miséria crônica e o trabalho prolongado do camponês têm como consequência o seu embrutecimento que adquire grande importância para a manutenção da posição social dos proprietários de terra. Daí porque a função destes é impedir que o camponês melhore suas condições de existência, ao mesmo tempo em que se dispõem a impossibilitar qualquer tentativa de organização autônoma dele, como também a sua participação em qualquer movimento cultural com exceção, obviamente, da religião oficial. Além do mais, a dispersão territorial em que se encontram os camponeses tem como consequência uma certa heterogeneidade, o que explica a variedade de sistemas ideológicos a que aderem e contribui ainda mais para que o processo de organização política deles se efetue de forma bastante lenta³¹.

Em virtude dos conflitos existentes, a que nos referimos anteriormente, que significavam o problema imediato dos camponeses, surgiu então a necessidade de, paralelamente ao desenvolvimento da Campanha pela Reforma Agrária, ser iniciado um processo de organização desses camponeses em função dos problemas advindos do tipo de relações de trabalho vigente. Inclui-se na I Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas já tinha sido previsto a criação de um órgão destinado à condução, em âmbito nacional, das reivindicações e lutas dos trabalhadores rurais, o que foi concretizado com a criação da ULTAB. Foi desencadeada então, no Estado do Maranhão, um processo de criação de associações como canais de representação que objetivavam, fazer frente às pressões dos latifundiários e dar, como já dissemos, uma certa organicidade às formas de lutas que vinham se verificando.

Emergiam assim da imobilização, em algumas áreas do Estado, as massas camponesas e começavam conseqüentemente a constituir uma força de pressão, o que significava para os latifundiários se não uma ameaça, pelos menos um fato que os perturbava, principalmente pela autonomia com que as associações se apresentavam, por não se encontrarem sob a tutela de órgãos oficiais, dos coronéis chefes municipais do pessedismo ou sequer da Igreja Católica.

Com o desenvolvimento das atividades das associações, surgiu posteriormente, em 1956, a criação de uma entidade a nível estadual com a finalidade de orientar e articular as lutas por elas conduzidas. Esta entidade foi denominada de Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão, ATAM³².

Considerando-se a subordinação do poder público aos interesses dos latifundiários, é fácil deduzir como foram utilizados os aparelhos de repressão do Estado nas perseguições às referidas associações e em defesa das bases de dominação dos grandes proprietários de terra. As expulsões de lavradores tornaram-se, nestas circunstâncias, mais frequentes.

Daf porque, provavelmente, a propagação das associações nos Vales do Mearim e do Pindaré tenha sido muito mais pela veiculação delas através das correntes migratórias, que pelas raras conquistas que estas tenham conseguido.

Com exceção dos conflitos ocorridos no município de Pirapemas que chegaram em 1962 a nível do confronto armado³³ com a polícia não existem, de épocas anteriores, registros de resistência expressivas dos camponeses às expulsões. Estas se verificaram principalmente no Vale do Itapecuru, em consequência da mobilização do campesinato que, curiosamente, em muitos casos, pela não resistência, tomavam uma feição mais de abandono da terra que propriamente de expulsão.

Para explicar este fato é preciso considerar a questão do respeito à propriedade arraigado na consciência do campesinato, a que já nos referimos, e um outro fator que diz respeito às perspectivas de conquista das terras livres da nova fronteira agrícola, bastando-lhe para alcançá-las apenas mais algumas caminhadas. Este último fator, a nosso ver, dificultava uma maior reflexão dos lavradores sobre os problemas relacionados à questão da terra. Conseqüentemente, tornava desnecessária uma maior resistência, tendo em vista que, caminhando um pouco mais ao Oeste do Maranhão, o problema estaria solucionado. De certo modo, como somos levados a crer, isso impedia que os camponeses optassem pela alternativa de resistência e luta onde já se encontravam.

Mas temos de admitir também que a crença na possibilidade de alcançar a terra livre, apenas transferia os conflitos para as novas áreas onde os camponeses foram se alocar. Estes conflitos passaram a ocorrer de forma mais intensa e a resistência apresentou-se de forma mais organizada pelas experiências que os camponeses vinham acumulando.

É preciso notar que a intensificação dos conflitos se manifestou, principalmente e contraditoriamente quando a terra livre foi alcançada pelos camponeses. Isto porque, embora não possuíssem a propriedade jurídica da terra, estavam conscientes de que a tentativa de apropriação dela pelos grileiros "era um ato de injustiça".

O ato da grilagem caracterizando-se claramente como injustiça, por sua vez, proporcionou uma resistência por parte dos camponeses mais efetiva e muitas vezes organizada através de órgão de classe.

Foram precisamente as Associações vinculadas a ATAM que vieram constituir a plataforma para o sindicalismo no meio rural maranhense. A ATAM foi portanto a pioneira na tentativa de mobilização e organização do campesinato no Estado do Maranhão, como bem o reconheceu Regina Lobo:

"A ATAM teve, inegavelmente, o valor de começar a des-

*pertar os lavradores para a necessidade de sua organização. Foi o primeiro grupo que levantou a bandeira de sua libertação neste Estado e que teve real repercussão. Representou assim uma etapa importante na organização dos lavradores e na mobilização da opinião pública para os graves problemas rurais maranhenses"*³⁴.

A Atuação da Igreja no Campo Social

A partir dos anos de 1950, a Igreja Católica do Maranhão decidiu-se pelo avanço de sua atuação no campo social e com várias frentes começou a atingir quase todos os setores da sociedade, sendo que a sua atuação no meio rural realizou-se através de um projeto mais arrojado.

Como o populismo não foi uma prática utilizada pelo poder político maranhense, a Igreja não encontrou nele um aliado interessado na sua nova forma de atuação. Por outro lado, também não causou a mais leve crise entre ambos, dado o tipo de atuação que a Igreja adotara para a solução dos problemas sociais. Ressalte-se, inclusive, que, quando solicitado, o Estado se fazia presente nas iniciativas da Igreja, principalmente em atos públicos.

Para justificar a sua nova forma de atuação, a Igreja apresentava os problemas do meio rural, o interesse do Governo da União em resolvê-los³⁵ e os anseios do Santo Padre, o que não deixava de significar também uma certa busca de respaldo para a sua atuação.

Um outro fator que muito contribuiu para que uma Igreja de características, dentro de seus limites "progressistas" não entrasse em choque com os interesses ultraconservadores do poder político maranhense, foi a permanente vigilância da Igreja frente às possíveis infiltrações de "ideologias estranhas, incompatíveis com o espírito cristão" que podem também ser entendidos como incompatíveis com a estrutura que sustentava a ordem social vigente.

Quando em 22 de junho de 1952 a Arquidiocese de São Luís expediu a circular n.º 3, dirigida aos paroquianos do município de Itapecuru, os limites da nova atuação da Igreja podiam ser observados, pois esta tratava de prevenir os fiéis contra o sindicalismo que através de "manobras escusas", alegava, segundo a portaria, falsos direitos pretendendo instaurar a anarquia³⁶.

Em 1962, através das próprias palavras do seu Arcebispo, a Igreja do Maranhão demonstrava manter a mesma postura, apesar das aceleradas transformações que vinham ocorrendo na superestrutura da sociedade brasileira. Vejamos:

"E cumprindo esta tarefa de vigilância que venho escre-

viendo sobre política e apostolado, chamando a atenção para toda sorte de envolvimento a que de preferência os submetem os agentes disfarçados . . . 37.

Como podemos observar, os motivos que levaram a Igreja do Maranhão a atuar no campo social não diferiam substancialmente daqueles que levaram a Igreja a ter idêntico comportamento em outros Estados.

Vejamos então sob qual forma veio a Igreja Católica concretizar essa sua nova atuação no Maranhão.

No início dos anos de 1950, a Igreja com uma atuação bastante tímida, contava apenas com um organismo para desenvolvê-la; era a Ação Social Arquidiocesana, cuja finalidade era prestar assistência material e espiritual aos bairros pobres de São Luís. Atingia assim, vários bairros com uma programação numa linha assistencialista que se restringia quase que somente à distribuição de roupas usadas fornecidas pela Cáritas.

Com a substituição em 1952 do Arcebispo Metropolitano, por motivo de falecimento, a expansão da atuação da Igreja no campo social cresceu de forma bastante significativa. Surgiram então os movimentos de jovens JAC, JEC, JOC, JUC e outros como a Ação Católica Operária, ACO, a Cooperativa Banco Rural do Maranhão, a União Agropecuária Ltda, UNAPE, A Missão Intermunicipal Rural Arquidiocesana, MIRA, o Departamento Universitário de Rádio, Imprensa e Livro, DURIL, o Movimento Familiar Cristão; amplia-se o número de faculdades e funda-se a Universidade do Maranhão.

Com tantas frentes de atuação, tornou-se indispensável a utilização da mão-de-obra dos intelectuais e estudantes disponível. O laicato passou então a desempenhar um novo papel na nova Igreja. Entretanto, ressalte-se que, embora muitas vezes estes movimentos fossem liderados por leigos a assistência de elementos do clero em todos eles não era dispensável. Inclusive naqueles em que a Igreja se encontrava sem condições de assisti-los por despreparo, interessava-se em mandar especializar membros da Hierarquia no estrangeiro, como também em trazer estrangeiros especializados; este tipo de providências também estendeu-se ao laicato.

Contudo, apesar dos esforços, no que se refere aos movimentos da Ação Católica, na zona urbana, apenas a JOC, JUC e ACO tiveram uma atuação de certo modo razoável, o que muito se deveu aos assistentes destes movimentos que podiam ser considerados a ala progressista da Igreja no Maranhão, incluso o bispo auxiliar de São Luís.

Com a bandeira da Reforma Agrária como solução para os problemas sociais, adentrou a Igreja no meio rural maranhense de forma bastante peculiar, ou seja, não contribuindo para que as camadas populares a reivindicassem, mas pretendendo realizá-la conjuntamente com experiências de

cooperativismo e colonização em áreas adquiridas para tal fim através de doações ou do Banco Rural, como as da Água Fria, entre Morros e Vargem Grande, Angical e Marianópolis em Pedreiras e a Colônia Agrícola Bernardo Sayão, de Colinas.

A crença na viabilidade do cooperativismo foi admirável e af todos os esforços foram dispensados. O MIRA veio a ter nas experiências de cooperativismo uma grande atuação no sentido de mobilização dos camponeses através da divulgação de suas vantagens e de sua forma de organização. Multiplicaram-se os cursos e as Semanas Ruralistas, com esta finalidade. Estas eram realizadas em conjunto com órgãos oficiais como a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, a Campanha Nacional de Educação Rural, a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

O Grupo de Estudos de Cooperativismo da Universidade colocou-se também a serviço das iniciativas da Igreja, tentando assim "levar o cooperativismo às massas trazendo-as a si"³⁸.

Com a conjugação de todos os esforços, foi possível conseguir-se a organização de algumas cooperativas como as de Araloses, Arari, Coroatá, Itapecuru, e Viana. Entretanto, logo a realidade se mostrava inadequada para a exequibilidade destas experiências e o fracasso de todas se tornou inevitável. Foi providenciada então a implantação das atividades do Movimento de Educação de Base, MEB, neste Estado.

Por outro lado, é bom atentar-se para o fato de que a inserção da Igreja no campo social, também no Maranhão, não se deu sem crises e quando a crise de hegemonia a afetou, a sua autoridade máxima diagnosticou como causa a negligência da Hierarquia³⁹ no controle sobre os movimentos e "a torrente revolucionária de politização simples e pura, sem princípios definidos que não caminham somente nas ruas, mas penetra santuários, perturba consciência, rasteja altares procura impor-se à Igreja"⁴⁰.

Com as mudanças advindas dos acontecimentos de 1964, e a substituição do Arcebispo de São Luís, a Igreja do Maranhão assumiu um retrocesso e assim as suas atividades que, sequer na maioria dos casos, podiam ser consideradas progressistas numa análise profunda, foram interrompidas quando não pela ameaça da "infiltração", foram pela conveniência que a interrupção significava para a manutenção dos laços entre a Igreja e o Estado.

NOTAS

- 1 ALMEIDA, Alfredo Berno de *As secas do nordeste e o Maranhão*. São Luís, Comissão Pastoral da Terra, 1981. p. 1 - 4.
- 2 GOMES, José Tribuzi Pinheiro et. alii. *Subsídios para a formulação de uma política de colonização e reforma agrária*. São Luís, SEPLAN, 1972, p. 14 - 5.
- 3 Sobre latifúndio e empresa ver IANNI, Octávio. *A luta pela terra*. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1979.
- 4 STACONE, Giuseppe. *Transformações econômicas e sociais no campo maranhense*. São Luís, Comissão Pastoral da Terra, 1981. p. 4.
- 5 GOMES, José Tribuzi Pinheiro. Op. cit., p. 14.
- 6 Id. *ibid.*, p. 17.
- 7 Id. *ibid.*, p. 5.
- 8 MARANHÃO, Governo. *Pré-diagnóstico da situação econômica e social do Estado do Maranhão para o plano de Governo - 1971/74*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Americana, s. d., p. 25.
- 9 GOMES, José Tribuzi Pinheiro. Op. cit., p. 21.
- 10 *Minifúndios menos de 10 ha, médias e grandes propriedades de 10 a 1.000 ha; latifúndios acima de 1.000 ha*.
- 11 MARANHÃO, Governador, 1961-1965 (Newton de Barros Bello). *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão em 3 de maio de 1961*. São Luís, 1961. p. 33.
- 12 ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Op. cit., p. 2-3.
- 13 Id. *ibid.*, p. 4.
- 14 GOMES, José Tribuzi Pinheiro. *Esbôço do comportamento da economia maranhense; período 1940-1968*. São Luís, Departamento Estadual de Estatística, 1969.
- 15 Id. *ibid.*, p. 6.
- 16 Id. *ibid.*, p. 7.
- 17 Id. *ibid.*
- 18 Id. *ibid.*
- 19 CALDEIRA, José de Ribamar C. *Mudanças sociais no Maranhão. Ciência e cultura*. São Paulo, 32 (6): 704, jun. 1980.
- 20 LIMA, Carlos. *História do Maranhão*. s. 1., 1981. p.
- 21 Sobre o coronelismo ver JANOTTI, Maria de Lourdes M. *Coronelismo; uma política de compromisso*. São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 21.
- 22 CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. *Estabilidade social e crise política*. São Luís, s.d. p. 21.

- 23 Id. *ibid.*,
- 24 SENA, Clovis **Neiva Moreira**; testemunha de libertação. São Luís, comitê pela Anistia; seção Maranhão, p. 40.
- 25 MARANHÃO. Governo. *Op. cit.*, p. 25.
- 26 Id. *ibid.*, p. 90.
- 27 MARANHÃO. Governador, 1961–1965 (Newton de Barros Bello). **Mensagem à Assembléia Legislativa por ocasião da abertura da sessão legislativa**. São Luís, 1962. p. 10.
- 28 MARANHÃO. Governo. *Op. cit.*, p. 92.
- 29 Id. *ibid.*, p. 105.
- 30 LOBO, Maria Regina. **Experiência de sindicalização rural do Maranhão**; de setembro de 1962 a março de 1964. s. 1., 1965. p. 3.
- 31 GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel; a política e o Estado moderno**. 3. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. p. 58.
- 32 WAGNER, Alfredo. **Transformações econômicas no campo maranhense**. São Luís, CPT, 1981. v. 5, p. 17.
- 33 Na análise da atuação do MEB no município de Pirapemas forneceremos mais detalhes sobre este conflito.
- 34 LOBO, Maria Regina. *Op. cit.*, p. 3.
- 35 CONDURU, Felipe Pacheco D. **História eclesiástica do Maranhão**. São Luís, Departamento de Cultura do Estado, 1968. p. 741.
- 36 Id. *ibid.*, p. 746.
- 37 DELGADO, José, Dom. Arma de cristão e democratas. **Jornal do Maranhão**. São Luís, 11 nov. 1962.
- 38 UNIVERSIDADE e Cooperativismo. **Jornal do Maranhão**, São Luís, 27 jul. 1961.
- 39 DELGADO, José, Dom. Especialização e classista. **Jornal do Maranhão**. São Luís, 23 set. 1962.
- 40 DELGADO, José, Dom. Politização errada e perigosa. **Jornal do Maranhão**. São Luís, 25 de maio 1962.

CAPÍTULO VI

DA IMPLANTAÇÃO DO MEB À SUA FORMA DE ATUAÇÃO

Implantação e Composição da Equipe

A composição da equipe do Sistema Estadual do MEB do Maranhão não fugiu àquela que se constituiu em regra geral para quase todo o país. Foram chamados a compor a equipe integrantes da Ação Católica, especialmente jucistas ou ex-jucistas que mantinham, uma relação mais próxima ao Arcebispo de São Luís.

Considerando que a principal condição para a implantação do MEB nas Unidades da Federação do Norte e Nordeste era o seu acolhimento por parte dos Bispos das Dioceses, esclarece-se que no caso do Maranhão a sua implantação deveu-se à iniciativa do então Arcebispo Metropolitano D. José de Medeiros Delgado que inclusive, por sua postura considerada "progressista" na época, exerceu o cargo de Vice-Presidente deste Movimento.

A ampliação desta equipe entretanto não se caracterizou mais por relações de amizade, porém através de treinamentos seletivos¹ ou decisão da própria equipe estadual em contratar elementos com experiência em outros setores da Ação Católica e em trabalhos com comunidades de um modo geral. Fato este que, ao contrário do que ocorreu em muitos Estados, nunca chegou a ser causa de atritos entre a equipe do MEB e o episcopado. No Maranhão realmente a equipe teve a autonomia de escolher os elementos para a ampliação do seu quadro.

Composta quase sempre de um reduzido número de elementos em relação ao seu volume de trabalho, esta equipe em fins de 1961 era constituída de quatro elementos e em 1962, de sete. Em 1963 já contava com catorze elementos, sendo que os manteve até março de 1964 quando começou a reduzir-se, chegando ao final desse ano já com apenas dez. Em 1965 voltou a sofrer redução em seu quadro, passando a contar com oito elementos. Em 1966 possuía sete, sendo que em 1967, quando do encerramento de suas atividades, já possuía apenas quatro pessoas.

Esclarece-se que no ano de 1963 contava ainda o MEB do Maranhão com catorze elementos que compunham, em caráter voluntário, a equipe da Caravana Popular de Cultura e que, dos catorze pertencentes à equipe estadual, um exercia a função de coordenador, nove eram supervisores da equipe estadual, dois eram do sistema do município de Viana e um do município de Caxias.

O que caracterizou marcadamente a composição da equipe do Maranhão foi a existência de um certo consenso na postura política de seus elementos em relação aos problemas sociais; contudo, sabemos, não era o suficiente para torná-la um bloco monolítico. Na realidade existia o consenso mínimo necessário para garantir uma certa definição na linha de atuação do MEB neste Estado e talvez este consenso tenha sido, inclusive, o máximo possível naquela conjuntura.

O consenso básico existente na equipe era assegurado desde os primeiros treinamentos seletivos para a ampliação da equipe, já que os critérios estabelecidos para a seleção assim permitiam.

A seleção se constituía de observações sistemáticas do comportamento e rendimento dos pretendentes durante todo o treinamento; estes, por sua vez, quando chegavam a participar do treinamento já tinham passado por um processo de observação efetivado por aqueles que os tinham indicado. Dessa forma, tinha o MEB condições de realizar uma seleção criteriosa e objetiva.

A continuidade do trabalho de formação da equipe, por seu turno, não findava no treinamento da equipe; consolidava-se na prática e na realização de dias de estudo e avaliações periódicas que, a nível da equipe, fechava o binômio ação e reflexão. Quanto à assistência do MEB/nacional a esse processo, no caso de Maranhão, foi bastante insuficiente, principalmente nesta fase.

A concepção dos treinamentos de equipes era assim explicitada:

*“Os treinamentos promovidos pelo MEB visam capacitar as equipes estaduais e locais e para suas funções específicas, desenvolvendo em seus componentes o espírito de equipe e de iniciativa, fornecendo-lhes, ao mesmo tempo, conhecimentos e dados básicos para a indispensável adaptação à sua zona de ação”.*²

*“Fundamenta-se na necessidade de formar supervisores e professores com mentalidade crítica e analítica das realidades brasileiras, descondicinando-os de conceitos anteriores ultrapassados e preparando-os para enfrentar situações novas que a indicação ou desenvolvimento do MEB exigem”.*³

Estes treinamentos seletivos eram justificados pelo fato do MEB possuir características próprias que exigiam qualificação peculiar de sua equipe, isto porque, era um trabalho educativo e exigia aptidão específica, já que implicava uma visão de educação como promoção integral do homem”.⁴

O programa destes treinamentos envolvia os seguintes estudos:

- “estudo da realidade brasileira, procurando levar os treinandos a uma tomada de consciência da situação atual, da necessidade das possibilidades de uma ação educativa;
- estudo dos meios e técnicas utilizadas pelo MEB para realização do trabalho;
- um primeiro planejamento dos trabalhos imediatos de cada equipe”.⁵

Como pode ser observado, era uma preocupação básica do MEB a capacitação do seu quadro de pessoal, com o objetivo de garantir a unidade da sua linha de atuação.

Área de Atuação

Não existiam critérios preestabelecidos que condicionassem a atuação do MEB em áreas determinadas. Sob as circunstâncias e razões mais variadas, no Maranhão, decidiu-se por atuar, no período 1962 a 1967, em dezenove municípios.

Entretanto, podemos encontrar justificativas para as opções do MEB no que se refere à sua atuação em determinados municípios através da caracterização das áreas onde eles estavam localizados.

Na área em que se localiza o município de Pindaré-Mirim, por exemplo, vamos encontrar como característica básica, na época, ser uma área de terras devolutas onde existiam permanentes conflitos, entre camponeses e fazendeiros que eclodiam com a penetração do gado nas roças, o que implicava quase sempre a destruição das mesmas. Por seu turno, a rede de comercialização desta área era baseada numa dupla exploração dos camponeses. Esta exploração se realizava através do escoamento de sua produção e fornecimentos de gêneros de primeira necessidade com uma margem de lucro exorbitante para os grandes usineiros e comerciantes. Estes embora instalados nas zonas urbanas dos municípios, mantinham um intermediário no centro da produção.

Um outro fato que muito contribuiu para levar o MEB a decidir-se pela atuação no Pindaré foi a presença nesta área de um projeto de colonização da SUDENE com a qual pretendia o MEB desenvolver uma atividade conjunta, o que, na realidade, não veio a ocorrer.

A área em que se localiza o município de Pirapemas, por sua vez, caracterizava-se como área de extensos latifúndios localizados à margem de uma estrada de ferro. O nível de consciência de classe destes camponeses já os tinha conduzido à sua organização em associações com a orientação da ATAM. Os conflitos entre camponeses e latifundiários já tinham inclusive provocado um confronto armado entre camponeses e polícia, que culminou com o massacre dos primeiros em 1962 e conseqüente afastamento da ATAM dessa área.

O município de Viana localiza-se na área da Baixada maranhense, caracterizada como área de extrema pobreza e sem nenhuma perspectiva de desenvolvimento, onde a população contava com uma média de vida de 35 anos e com um vocabulário de 800 palavras.⁶ Apesar das condições sub-humanas de sua população, o fato de sua economia basear-se na produção para o auto-consumo, fazia com que o campesinato e o latifúndio convivessem acomodados, sem conflitos, embora com contradições.

Nesta área a presença do MEB justificou-se pela perspectiva de criação de uma Diocese no referido município que se efetivou em 1963. Também a presença de uma equipe de Auxiliares Femininos Internacionais, AFIS, pelos seus vínculos com a Igreja Católica e disponibilidade para a atuação no campo social influenciou, de certa forma, a decisão do MEB em atuar em Viana e municípios vizinhos.

A presença do MEB em municípios como Colinas e Pedreiras justifica-se por razões bem específicas: no primeiro, pela existência de uma experiência de colonização e solicitação do vigário; no segundo, apenas pela existência de uma experiência em cooperativismo, sendo que, as relações do MEB e o Vigário não se baseavam num mínimo de cordialidade.

Pelos exemplos dados, comprova-se que não havia critérios preestabelecidos que determinassem a atuação do MEB neste ou naquele município. Em algumas áreas ou mesmo em certos municípios, o MEB atuou, de fato, por razões circunstanciais.

Conseguiu o MEB atingir de forma direta, ou seja, com a presença dos seus supervisores os seguintes municípios:

Brejo
Bom Jardim
Cantanhede
Chapadinha
Colinas
Coroatá
Matinha
Monção
Paço do Lumiar
Pedreiras
Pindaré-Mirim*
Pirapemas*
Santa Inês
Santa Luzia

São Benedito do Rio Preto

São João Batista

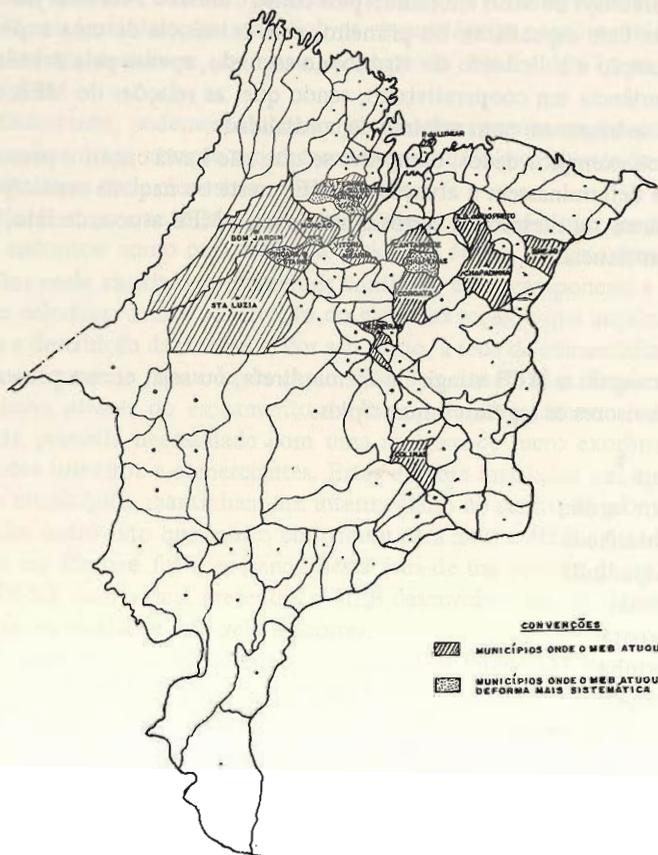
São Vicente de Férrer

Viana*

Vitória do Mearim

- OBS: *1. Municípios onde o MEB teve uma atuação mais sistemática
2. Os municípios de Santa Inês, Santa Luzia e Bom Jardim originaram-se de um desmembramento dos municípios de Pindaré-Mirim e Monção.

Para uma melhor visualização vejamos no Mapa do Maranhão a distribuição destes municípios.



Visão do Mundo do Camponês Maranhense

Pretendendo o MEB contribuir para o processo de conscientização do homem do meio rural, considerou de fundamental importância reflexões sobre as características básicas de sua visão de mundo.

Vejamos, então, alguns dos aspectos da caracterização que o MEB conseguiu elaborar com base em observações efetuadas no decorrer dos primeiros anos de sua prática e explicitados em documento de autoria de sua coordenação.

“Dada sua situação de dominado, de praticamente escravo, de muitas vezes primitivo, de isolado e alheio ao mundo, o homem rural, geralmente:

- *deixa-se dominar, muitas vezes, pela própria natureza;*
- *empenha-se quase que exclusivamente pela sua sobrevivência animal e de sua família, tem seu interesse e seu esforço concentrados neste aspecto;*
- *é fechado sobre si mesmo, sobre os problemas diários que enfrenta, tendo dificuldade de assimilação de novas questões ou idéias que lhe são apresentadas;*
- *apegado ao passado, cultua a tradição, os tabus; sendo natural, em sua condição, reagir às mudanças;*
- *escapa sempre pela interpretação mágica e fatalista de todas as coisas, que o estreito horizonte de seu meio não consegue explicar;*
- *vive absolutamente isolado, distante e ignorando o que passa no país, quais os acontecimentos e linhas determinantes que lhe causam esta vida;*
- *apresenta sempre uma atitude passiva: está certo de que vive para depender dos outros, não acredita em sua capacidade, de um modo geral, é passivo e descrente, somente forçado, às vezes, pela própria natureza, resolve fazer alguma coisa diferente da rotina de todo dia;*
- *conseqüentemente, não vive sua dimensão histórica, desconhece seu valor, não tem consciência de sua natureza superior. . .”⁷*

Estas características foram consideradas típicas nos lugares mais isolados ou onde a dominação se apresentava de forma mais intensa, onde inexistiam condições para o florescimento de uma outra visão de mundo. Entretanto, nos lugares onde as condições eram mais favoráveis, alguns aspectos destas características podiam ser considerados superados, o que permitia a in-

trodução do homem rural num novo estágio de consciência, embora permanesse ainda:

- *“simplista, face às questões que lhe aparecem, sem hábito de busca das causas e dos “porquês” das coisas;*
- *impressionado com as aparências, sendo quase impossível para ele fazer distinções de aspectos ou de partes, diante de um fato, uma posição, uma pessoa, uma idéia, uma questão;*
- *vendo muito mais o exterior, vendo o todo de modo confuso, ou então deixando marcar todas as suas impressões por dados emocionantes;*
- *colocando-se facilmente na atitude de quem tem condições só de receber, atribuindo a outros, geralmente, superioridade social, intelectual, etc.”*⁸

Vale ressaltar, que esta tentativa de caracterização da visão de mundo do camponês foi fruto de reflexões sobre observações efetuadas através de um contato direto e sistemático com ele.

Este documento não chegou porém ao nível de explicitação das razões que ideologicamente contribuíam para a incorporação, reprodução e manutenção destas características nele evidenciadas, já que simplesmente lançá-las como determinadas por uma ordem estrutural como é dito, sabemos que pouco explica.

Por outro lado, vale ressaltar que por extensão desta sua preocupação básica em tentar caracterizar a visão de mundo do homem rural, o MEB preocupou-se também em incluir-se na necessidade de uma auto-análise, pois entendia que, como grupo de uma outra camada social, possuía também uma visão de mundo questionável.

No mesmo documento é ressaltado ainda: que estando a equipe do MEB convencida de que o homem por educar-se é sujeito de sua própria cultura e da história, o seu trabalho devia consistir em provocar e intensificar as condições para que o homem do meio rural descobrisse a sua realidade, seu valor, os condicionamentos em que vive e assim rompesse com o prisma ingênuo e ilusório de sua visão de mundo e visse com realismo as contradições determinadas pela realidade brasileira,⁹ assim como:

- “ a existência da dominação entre os homens;*
- a falta de condições para se afirmar como pessoa;*
- a impossibilidade de sua participação constante nas elaborações culturais ou nas conquistas de outros homens, de outras classes;*

*o individualismo e o capital dominando as estruturas, movendo as pessoas, impedindo a realização do homem como valor principal e desconhecendo sua natureza comunitária”.*¹⁰

E a partir destas reflexões, chegava o MEB às seguintes conclusões:

“com uma visão crítica de sua realidade, consciente de seu valor e de sua responsabilidade junto com os outros homens, o homem, educando-se, propõe-se a uma nova perspectiva de luta:

se a realidade atual o impede de afirmar-se no mundo como homem, seu esforço se encaminhará no sentido de quebrar esses condicionamentos até superar essa situação;

exigir e esforçar-se pela construção de um sistema humano;

*forçar condições em que ele possa se desenvolver, criar um padrão cultural satisfatório, e, junto com os outros homens, elaborar uma cultura autêntica”.*¹¹

Deixava assim o MEB/Maranhão clara a sua preocupação também com a orientação norteadora de sua ação.

Das Caravanas à Animação Popular

Como já ficou esclarecido, o MEB no Estado do Maranhão, ao contrário dos outros Estados, não iniciou suas atividades com a implantação do Sistema de Escolas Radiofônicas em virtude da não instalação da Rádio Educadora do Maranhão, REMAR. Esta era de propriedade da Arquidiocese e tinha a concessão de seu canal radiofônico permanentemente protelada pelo Ministério de Viação e Obras Públicas.

Contudo, a perspectiva do funcionamento para breve desta emissora levou o então Arcebispo a criar uma equipe estadual do MEB no Maranhão com vistas a ir iniciando a mobilização das comunidades rurais para a futura instalação das escolas radiofônicas. A não disponibilidade da rádio para esta atividade condicionou a referida equipe a realizá-la através de uma atuação direta junto à essas comunidades.

CARAVANA POPULAR DE CULTURA

A primeira forma de atuação que o MEB utilizou para iniciar o processo de Animação Popular, AnPo, foi a Caravana Popular de Cultura. Inclusive, em termos nacionais, a experiência piloto com Caravanas realizou-se no Maranhão sendo que esta era baseada em experiências do Senegal.

A Caravana era constituída de um grupo formado por profissionais liberais e estudantes voluntários, que sob a orientação de membros da equipe do MEB, se deslocava para a zona rural e promoviam nas comunidades “debates sobre a realidade local, estudos, planejamento de ação, revisões com líderes das comunidades, festas, jogos. . .”¹²

Enquanto no Estado do Maranhão a Caravana significava uma preparação de comunidades para receberem o Sistema Radio-Educativo, nos outros Estados ela significava uma esforço para intensificar o contato direto com o povo visando permitir uma maior percepção dos valores, expressões, necessidades e aspirações do povo.

Como o Sistema Radio-educativo do Maranhão não foi implantado, as Caravanas significaram de fato a forma embrionária da Animação Popular.

Eram apontadas como principais características da Caravana Popular de Cultura:

- “manter contato direto e periódico com o povo;
- visar essencialmente um diálogo enriquecedor de todas as partes;
- funcionar em todos os trabalhos como em grupo”¹³.

Quanto à última característica, é esclarecido que a Caravana não se caracterizava como uma soma de trabalhos isolados mas como o resultado de um trabalho integrado desde o planejamento até a avaliação.¹⁴

A atuação do MEB do Maranhão com as Caravanas deu-se principalmente nos anos de 1962 e 1963 e atingiu quase que exclusivamente a ilha de São Luís, pois, segundo constatações, apenas uma Caravana chegou a deslocar-se para o continente indo até a experiência de colonização desenvolvida pela SUDENE em “Zé Doca”, no município de Monção.

A primeira experiência realizada com as Caravanas deu-se no povoado de Iguafba, irradiando-se posteriormente pelos povoados de Porto, Maioba, Tapera e também na sede do município de Paço do Lumiar, todos na ilha de São Luís, como já dissemos. Esta área tinha como atividades básicas a horticultura, a fruticultura e a pesca. Embora sem a propriedade jurídica da terra, a sua posse era garantida aos camponeses pelo fato de nela trabalharem há bastante tempo.

Embora composta de voluntários, a Caravana constituiu um grupo heterogêneo, primeiro porque o MEB, preocupando-se com sua unidade ideológica e com o alcance de seus objetivos, realizou um treinamento para os

caravaneiros que assegurava a unidade necessária e segundo, porque a condição exigida para tornar-se um caravaneiro era estar “disposto a assumir a responsabilidade de atender às exigências da programação a ser elaborada conjuntamente.”¹⁵

A forma de atuação da Caravana previa que, após o treinamento dos caravaneiros, o grupo começasse a reunir-se para programar as atividades determinando:

- “— *os objetivos imediatos;*
- *as comunidades a serem contatadas e os critérios de escolha dessas comunidades;*
- *que conhecimento das comunidades era possível ser obtido antes dos primeiros contatos;*
- *qual a melhor forma para se realizarem os primeiros contatos: domiciliares, com grupos, com toda a população ou com pessoas isoladas”.*¹⁶

A preparação do grupo de caravaneiros ainda previa reuniões e dias de estudos para garantir esse mínimo de consenso necessário ao início dos trabalhos e o MEB acreditava que a sua consolidação se daria no desenvolvimento da ação. O que de fato, no caso do Maranhão, veio verificar-se, tendo sido a Caravana, inclusive, campo de estágio para muitos elementos que posteriormente fizeram parte da equipe do MEB.

Preocupava-se ainda o MEB com a descontinuidade do trabalho que poderia ocorrer, tendo em vista o caráter de voluntariado da composição da equipe de caravaneiros. Daí porque a presença dos elementos de seu quadro nas atividades das Caravanas foi constante.

Já nos trabalhos das Caravanas, o MEB pretendeu promover a autonomia das comunidades através da busca de lideranças próprias da comunidade para assumirem o trabalho de animação, o que, em última análise, significava garantir a participação ativa das camadas populares em seu processo educativo. Posteriormente alguns representantes das comunidades vieram inclusive a fazer parte da própria equipe de caravaneiros.

Normalmente as lideranças das comunidades eram assumidas pelos moradores mais antigos ou mais idosos e em alguns casos por professores, vendedores, estudantes de São Luís que lá residiam ou mesmo pelo responsável de uma funerária secular, como no caso de Iguatuba.

Os caravaneiros almejando que suas atividades alcançassem perspectivas cada vez mais populares, realizavam reuniões dinâmicas onde estimulavam a participação do povo nos debates.

Como problemas imediatos freqüentemente trazidos pelas comunidades para debates, apresentavam-se: a inexistência de escolas, os problemas de

saúde e a falta de condição para a comercialização da produção pelos próprios produtores. Já que o conteúdo para os debates devia surgir das sugestões locais, os Caravaneiros encaminhavam as comunidades a uma análise aprofundada desses seus problemas e lhes possibilitavam uma correlação de fatos em uma abrangência maior.

Convém acrescentar que uma comunidade poderia ser atingida através de uma grande reunião ou várias em pontos estratégicos, dependendo das circunstâncias, sendo que, em todas elas, era necessário escolher os elementos da Caravana mais diretamente responsáveis pela animação do grupo e pela garantia da objetividade dos debates e da participação de todos.

Quanto aos equipamentos, a Caravana dispunha de transporte, toca-discos e alto-falantes e utilizava recursos como músicas, poesias, teatro, júris simulados e sociodramas como meios capazes de contribuir para a sedimentação do processo de elevação cultural que desencandeava.

Os caravaneiros incentivavam e participavam ainda de todas as manifestações culturais e promoções das comunidades tais como: "Bumba-meu-boi" e jogos de futebol.

Já existindo nas comunidades onde o MEB atuou com as Caravanas uma certa mobilização em torno da fundação de um sindicato, o MEB tratou de reforçar esta iniciativa com um processo de conscientização, sendo que, quando criado o sindicato de Paço do Lumiar houve um engajamento maciço das comunidades com uma participação marcante, inclusive na própria diretoria, que foi composta de elementos da comunidade de Iguaraba.

A curta trajetória da experiência com Caravanas Populares de Cultura foi rica, entre outros aspectos, no fornecimento de elementos para um trabalho mais efetivo e conjugado entre camponeses e intelectuais. Neste sentido algumas observações foram evidenciadas:¹⁷

- “ os contatos iniciais devem ser mais ou menos prolongados em número e em duração; conforme cada realidade, tentariam alcançar o conhecimento do meio, sem ficar numa conversa só;*
- não vale perguntar e só constatar;*
- temos que entrar na análise do que é falado e partir para perspectivas novas;*
- se só constatamos, praticamente nada resultou daquele contato para os moradores;*
- é preciso que haja reflexão, descobertas, conclusões;*
- é essencial o cuidado que devemos ter com a linguagem e as atitudes;*
- o povo é muito mais observador do que podemos prever;*

- . *vale manter um relacionamento humano, simples, que crie um clima de confiança e abertura;*
- . *as reuniões não devem ter a aparência de um "espetáculo" no sentido de que a maioria assiste passiva ao que o grupo pequeno faz;*
- . *o debate deve ser centralizado num ponto de interesse de todos;*
- . *o conteúdo de trabalho deve impor-se de forma que impeça que a aparência dos contatos da Caravana seja de "barulho de estudantes", "circo" ou festas de auditório;*
- . *as técnicas e recursos devem ser utilizados adequadamente, conforme o grupo e o local onde se vai trabalhar, por exemplo, sabemos que o microfone normalmente intimida".¹⁸*

As observações podem parecer elementares, mas procederão se considerarmos que o grupo não possuía a mínima experiência em atividades desta natureza e envolvia principalmente estudantes que possuíam prática em política estudantil.

Em resumo, as Caravanas Populares de Cultura podem ser consideradas como uma alternativa para desencadear ou reforçar o processo de mobilização das camadas populares do meio rural, a partir do quadro cultural de suas comunidades.

De um modo geral, os ex-participantes da Caravana não contestaram a sua validade como fase de um processo, entretanto advertiram: não pode contudo ter sua consistência comparada com o processo de Animação Popular desenvolvido pelos próprios membros da equipe do MEB.¹⁹

ANIMAÇÃO POPULAR – AnPo

Ocorria que a instalação da Rádio Educadora do Maranhão Rural, REMAR, retardava-se, só vindo a acontecer em junho de 1966. Este retardamento entretanto não implicou uma paralisação das atividades do MEB, mas, ao contrário, levou-o a uma reorientação que consubstanciou a Animação Popular.

A expressão Animação Popular começou então a ser entendida como "trabalho animado por elementos populares", o que implicava o povo assumir o processo educacional que o MEB pretendia desencadear, incluindo os engajamentos subseqüentes que este processo provocaria.²⁰

Esta alternativa, como nova forma de atuação do MEB, por sua vez, foi influenciada por processos de animação rural desenvolvidos em Marrocos e

principalmente no Senegal²¹ e sobre os quais o MEB teria tido oportunidade de acesso a um razoável número de informações.

Com a inexistência do Sistema de Escolas Radiofônicas, o MEB no Maranhão ficava condicionado a uma atuação bastante restrita no que se refere à sua área de abrangência. Porém, o fato de suas atividades virem se desenvolvendo através de um contato direto com as comunidades rurais demonstrava, com seus produtos, que em termos qualitativos e experiência era bastante compensadora, passando então a consolidar-se progressivamente.

Assumia então o MEB/MA a Animação Popular como forma de atuação prioritária. Esta forma de atuação veio se consolidando ao longo do seu processo, numa linha de amadurecimento e crescimento conjuntamente com as populações do meio rural.

O MEB/MA demonstrava que não iria assumir a iniciativa que normalmente deveria decorrer da não existência de escolas radiofônicas, ou seja, a de instalação de "escolinhas" convencionais. Isto significa que o MEB deixou de considerar a mobilização das comunidades para a instalação de escolas como fator prioritário, já que premente se apresentava a estimulação do interesse emergente em órgãos de representação de classe, no caso específico, sindicatos.²²

A reorientação na linha de atuação assumida pelo MEB do Maranhão passou a caracterizar a sua experiência como uma exceção, o que provavelmente contribuiu para o questionável apoio que deu o MEB/nacional a esta experiência em seus primeiros anos.²³ Não teve o MEB/nacional a susceptibilidade necessária para dispensar a esta experiência a consideração devida, o que talvez possa ser explicado pelo seu envolvimento com a incorporação da importância inquestionável das escolas radiofônicas.

De certa forma, pode-se entretanto atribuir ao MEB do Maranhão uma parcela de responsabilidade pela reorientação que assumiu o MEB/nacional quando, posteriormente, começou a enfatizar a importância de incorporação da proposta de Animação Popular pelos Sistemas de Escolas Radiofônicas. Este posicionamento do MEB devia-se, entretanto, não apenas ao amadurecimento da experiência de AnPo mas também era decorrente da censura pela qual, nesse momento, as programações radiofônicas estavam passando.

Em 1965, no II Encontro de Coordenadores, passou então a Animação Popular a ser considerada fundamental e prioritária no processo de educação de base,²⁴ isto depois do Maranhão contar com três anos de experiência, quando já, inclusive, conseguira, através de sua prática, obter subsídios para uma explicitação melhor de seu conceito.

Na realidade, a AnPo foi resultado de uma relação dinâmica entre ação e reflexão constante, daí porque as suas técnicas tendiam ao aperfeiçoamento.

mento e o seu conceito jamais chegou a ser considerado definitivo ou estático. Este realimentava-se no dia-a-dia e sua abrangência demonstrava-se cada vez mais complexa; encontrando-se num permanente processo de elaboração, recebia constantemente elementos novos e sua concepção ampliava-se. Por esta razão, vamos encontrar, numa mesma perspectiva, várias formas de conceituação e entendimento de Animação Popular que foram frutos de sua trajetória na busca do alcance dos objetivos do MEB. Entre elas pode ser destacada:

*“Animação Popular é um processo de estruturação de comunidades e organização de grupos, progressivamente assumido por seus próprios membros, a partir de seus elementos de liderança”.*²⁵

Dando uma amplitude ainda maior ao conceito de Animação Popular, o MEB a considerava um processo essencialmente político porque proporcionava uma educação comunitária, onde todos participavam do questionamento e das soluções dos seus problemas, porque estruturava a comunidade dando condições a todos os seus elementos para participarem da vida comunitária através de grupos de trabalho e pelo fato de levá-los a ampliar esta sua participação para o processo político nacional, contribuindo assim para que os camponeses saíssem da marginalidade em que se encontrava a sua quase totalidade.²⁶

Para uma mais completa apreensão da AnPo, selecionamos as observações que o MEB fazia com mais ênfase sobre ela, em seus documentos:

*“O agente de AnPo é o povo. É ele, portanto, quem assume o processo de desenvolvimento de sua comunidade”.*²⁷

*“Uma comunidade verdadeiramente animada deve transmitir naturalmente sua influência às comunidades próximas”.*²⁸

*“A AnPo, sem ser uma forma imediatista ou paliativa de busca de soluções, deve ser objetiva, ter uma atuação visível, apresentar resultados palpáveis e elaborados pela comunidade”.*²⁹

*“Entretanto, o trabalho não se fecha no âmbito estreito de problemas imediatos. Ele se insere como ponto de reflexão e ação no contexto da luta pela transformação de estruturas, elaboração de esquemas mais humanos, sem o que seu sentido se esvazia”.*³⁰

Estas observações sobre a AnPo são frutos de um processo que se definiu ao longo da própria experiência do MEB, no sentido de exaurir gradativamente suas potencialidades, quem sabe, infinitas.

NOTAS

- 1 Embora no Relatório do I Encontro de Coordenadores realizado em 1962, p. 7, consta que a indicação e seleção de elementos para compor a equipe do MEB tenha sido feita exclusivamente pelos bispos, no caso do Maranhão esse fato só ocorreu na composição da equipe inicial.
- 2 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. Relatório anual 1961. Rio de Janeiro, 1962. p. 9.
- 3 Id. *ibid.*
- 4 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. MEB em cinco anos; 1961-1966. Rio de Janeiro, s. d. p. 76.
- 5 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. Relatório anual 1962. Rio de Janeiro, 1963. p. 6.
- 6 DIOCESE DE VIANA. O Evangelho segundo Viana. s. n. t. p. 7.
- 7 SANTOS, Maria José Romão. Subsídios para a caracterização da visão de mundo do camponês. s. 1., s. ed., 1963. p. 2.
- 8 Id. *ibid.* p. 3.
- 9 Id. *ibid.*, p. 5.
- 10 Id. *ibid.*, p. 6.
- 11 Id. *ibid.*
- 12 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. MEB em cinco anos; 1961-1966. Op. cit., p. 30.
- 13 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. Animação popular; caravana. Rio de Janeiro, s.d. (redação provisória para exame e crítica) p. 10.
- 14 Id. *ibid.*, p. 7.
- 15 Id. *ibid.*, p. 10.
- 16 Id. *ibid.*, p. 11.
- 17 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. Animação popular; caravana. Op. cit., p. 13-4.
- 18 Não foi obedecida a ordem como estão expostas estas observações no documento.
- 19 As informações mais detalhadas sobre as Caravanas foram coletadas através de entrevistas realizadas com seus ex-participantes.
- 20 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. MEB em cinco anos; 1961-1966. Op. cit., p. 26.
- 21 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. Relatório síntese do período 1961-1966 para reunião do CDN. Rio de Janeiro, 1966. p. 9.
- 22 O interesse dos camponeses, em algumas áreas maranhenses, pelo síndi-

calismo só pode ser entendido se levarmos em conta a conjuntura nacional e o específico interesse que tinha a Igreja, naquele período, em intervir no processo de organização dos camponeses.

- 23 Os ex-integrantes da equipe do MEB entrevistados, foram unânimes em afirmar que o MEB/MA ressentiu-se da consideração devida que o MEB/nacional não lhe dispensou.
- 24 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. *Ativação popular; caravana.* Op. cit., p. 1.
- 25 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. *MEB em cinco anos; 1961-1966.* Op. cit., p. 26.
- 26 Id. *ibid.*, p. 26-7.
- 27 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. *Conclusões do I Seminário de ativação popular.* Rio de Janeiro, 1965. p. 1.
- 28 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. *Ativação popular.* Rio de Janeiro, 1965. (apostila 5, série A) p. 10.
- 29 Id. *ibid.*
- 30 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. *MEB em cinco anos; 1961-1966.* Op. cit., p. 26.

CAPÍTULO VII

O PROCESSO DE ANIMAÇÃO POPULAR

Após o MEB ter-se definido pela atuação em determinada área geográfica, passava então a desenvolver as seguintes fases do processo de AnPo:

- estudo de área
- identificação e treinamento de lideranças
- supervisão e assessoramento

Embora o MEB identificasse fases no processo de AnPo, esclarece-se que, na prática, nenhuma delas se limitava, obviamente, a determinado momento. A partir do início, iam inter-relacionando-se dinamicamente, estando presentes em todos os momentos do processo de Animação a identificação de lideranças, os treinamentos de reforço, a supervisão e/ou assessoramento, assim como a busca de subsídios para uma melhor compreensão da realidade das comunidades.

Estudo de Área

Como primeira fase do processo de AnPo, visava o “estudo de área” obter os subsídios que possibilitassem um conhecimento mais preciso das realidades econômica, social e política das comunidades em que pretendiam atuar como também se realizavam nesta fase os contatos preliminares com as autoridades municipais objetivando a consecução de apoio no desenvolvimento do processo aludido.

Para poder considerar-se um trabalho “sério e autêntico”, tornava-se exigência para o MEB colher informações junto às bases e não apenas em suposições,¹ por outro lado, pretendia o MEB traçar a linha básica de sua atuação, atentando para os valores culturais de cada região.

Torna-se assim perceptível, de início, a pretensão do MEB em tentar desenvolver atividades que correspondessem de fato às necessidades das comunidades.

Com base nos resultados ou informações obtidas nas comunidades através do “estudo de área”, o MEB elaborava:

- *O mapa e planejamento final das áreas a atingir;*
- *Uma primeira definição das condições de cada comu-*

nidade a ser atingida;

- *Uma primeira resolução sobre a forma própria de iniciar os trabalhos em cada comunidade*”.²

Os subsídios obtidos através do “estudo de área” passavam a ser utilizados também como parâmetros para as avaliações que eram realizadas no decorrer do processo de AnPo, além de possibilitarem ao MEB um assessoramento mais adequado às comunidades.

Ressalte-se ainda que, já nesta primeira fase, havia uma preocupação no sentido de mobilização geral das comunidades para participarem do processo de AnPo que seria desenvolvido e no sentido de se efetuarem as observações preliminares com vistas às identificações das lideranças que viriam a assumir os trabalhos de Animação.

Identificação e Treinamento de Lideranças

– Identificação de Lideranças

Tendo em vista a preocupação com a autenticidade da AnPo, a equipe do MEB percebeu a fundamental importância de que o desenvolvimento de seu processo devia ser assumido, desde os seus momentos iniciais, pelas próprias comunidades. Daí porque, logo em seus primeiros contatos,⁴ a equipe procurou identificar, senão as suas lideranças, pelo menos os elementos potencialmente capazes de assumirem essas lideranças.

Esta preocupação do MEB decorria da adoção do princípio de que todas as atividades a serem desenvolvidas deveriam contribuir para a autonomia da comunidade em relação ao Movimento o mais rápido possível, ao mesmo tempo em que as vinculasse com outras comunidades do mesmo município, num primeiro momento; num segundo, entre comunidades intermunicipais e assim ampliando cada vez mais a abrangência de suas relações.

De certa forma, a adoção do princípio da autonomia objetivava conseguir que uma instância superior de órgãos de representação da própria classe assumisse no futuro a função exercida pelo MEB. Objetivo que, para ser alcançado, tinha como condição a eliminação das tendências de tutela existentes em vários órgãos de igual envergadura do MEB. Este posicionamento era justificado pelas seguintes razões:

“um trabalho assumido e encabeçado por elementos do próprio meio tem, naturalmente, maiores possibilidades de acolhida e aceitação por toda a comunidade. Tais elementos têm, normalmente, maior facilidade de expressão, compreensão, comunicação, além de uma maior percepção dos problemas e aspirações de todos”.⁵

Como pode ser percebido, de início o MEB propunha-se descobrir os líderes naturais das comunidades, obviamente, para virem a ser os futuros “animadores” destas. A identificação de lideranças não constituía portanto uma etapa do processo de AnPo, mas uma preocupação que se manifestava concomitantemente aos trabalhos de “estudo de área” e acompanhava todas as suas outras atividades. Desde os primeiros contatos que a equipe do MEB fazia, já observava o comportamento dos elementos da comunidade com vistas, a partir de determinados critérios, a identificar os possíveis líderes ou líderes potenciais, capazes de se desenvolverem e consolidarem sua posição de influência e liderança no desenvolvimento do processo de Animação.

Já na etapa do “estudo de área” as lideranças se manifestavam frequentemente na medida em que demonstravam maior interesse de participação nas atividades de AnPo, contribuindo para a sua dinamização.⁶

Contudo, vale ressaltar que a confirmação da posição de liderança só começava realmente a efetivar-se⁷ no momento da indicação dos representantes da comunidade para participarem dos treinamentos realizados pelo MEB. Comumente os líderes de uma comunidade exerciam influência decisiva em várias comunidades circunvizinhas e cada município teve uma liderança que conseguia orientar, de um modo geral, todas as comunidades de seu município e em alguns casos com uma abrangência que atingia também municípios circunvizinhos.

Torna-se indispensável acrescentar que era a própria comunidade que indicava a sua liderança; o MEB limitava-se a instrumentalizá-la para que esta escolha se efetuassem a partir de determinados critérios. Embora com toda a precaução, o MEB evidenciou que não conseguiu, em alguns casos, evitar que equivocadamente escolhas recaíssem sobre os “donos do lugar” ou simplesmente sobre aqueles que conseguiam expressar-se de modo destacado.

Os critérios sobre os quais o MEB trabalhava junto às comunidades no sentido de orientá-las na escolha de seus representantes eram os seguintes:

- lealdade
- autenticidade
- facilidade de comunicação
- possibilidade de estabelecer verdadeiro diálogo com a comunidade
- sensibilidade e identificação suficientes para compreender e sintetizar a problemática da comunidade
- atuação segura e autêntica.⁸

Acrescente-se ainda que a equipe do MEB, desde os primeiros momen-

tos em que identificava os possíveis líderes, tentava contribuir para a afirmação destes perante a comunidade, dando-lhes oportunidades para assumirem a coordenação de reuniões e incumbindo-lhes da execução de determinadas atividades, de cujo planejamento eles tinham participado. O que, de certa forma, era também uma testagem da real capacidade de liderança destes elementos. Em síntese, fazia parte do processo de seleção testar na prática as possibilidades efetivas de cada um.⁹

Já num segundo momento, após o treinamento, as exigências em relação às lideranças tinham como parâmetros:

- mínimo de conscientização
- representatividade
- autocrítica
- capacidade de trabalho em grupo
- iniciativa
- agilidade mental
- responsabilidade
- objetividade
- qualidades específicas para cada ação

Treinamentos

Vejamos agora como se processavam os treinamentos ministrados pelo MEB.

Estes treinamentos eram realizados num período de cinco a oito dias com um número de participantes que variava entre vinte a trinta. Quando à definição de locais para os treinamentos, havia uma variação correlacionada com os objetivos específicos de cada um. Por esta razão, alguns foram realizados nos próprios povoados, outros em sede de municípios e ainda alguns se realizaram na capital do Estado.

Os treinamentos realizados nos próprios povoados congregavam sempre todas as lideranças de um mesmo município como, por exemplo, o de Pedra Grande, no município de Pirapemas, no qual a própria comunidade participou do planejamento e incumbiu-se de providenciar alojamento e alimentação para os "companheiros",¹⁰ além de local específico que comportasse todos os participantes no momento das reuniões.

Quando os treinamentos foram realizados em sede de municípios, congregaram não só as lideranças das comunidades dos próprios municípios, como também os líderes dos municípios circunvizinhos.

A realização dos treinamentos na capital do Estado, São Luís, congregava as lideranças mais representativas de todos os municípios onde o MEB atuava. Aconteceram em apenas duas oportunidades, um no final de 1963, do qual participaram vinte camponeses dos municípios de Cantanhe-

de, Colinas, Matinha, Pindaré-Mirim, Pirapemas e Viana e outro já em 1966.

Além destes treinamentos, na capital houve alguns outros encontros de estudos que congregavam representantes de vários municípios.

Percebe-se então uma preocupação do MEB em possibilitar uma integração cada vez mais abrangente das lideranças camponesas, o que propiciou um maior enriquecimento e uma maior unidade do movimento camponês, esclareça-se, sob a sua orientação.

Os primeiros treinamentos dos quais os representantes das comunidades participaram, tiveram por objetivo, principalmente nos dois primeiros anos da Animação Popular, a formação de lideranças, não no sentido de pré-fabricá-las, como já ficou esclarecido, mas no sentido de instrumentalizá-las para o desenvolvimento de suas potencialidades no que se refere à liderança.

É preciso porém ressaltar que esta instrumentalização não se restringia apenas a levá-los ao domínio de técnicas necessárias às atividades de coordenação de grupos, reuniões e debates ou de técnicas de comunicação, enfim, não se restringia às técnicas que garantissem apenas a dinamização da Animação Popular, mas, e sobretudo, centralizava-se no desenvolvimento da capacidade crítica dos participantes, objetivando conscientizá-los da realidade brasileira, suas exigências e suas injustiças, bem como da luta necessária para uma transformação desta realidade.¹¹ Aqui estava portanto o fundamental dos treinamentos do MEB.

Os treinamentos realizados pelo MEB foram de tal forma marcantes que, quando questionamos os nossos entrevistados da base sobre o seu processo de conscientização, os treinamentos foram evidenciados, por todos, como o divisor de águas.

Os retreinamentos, efetuados pelo MEB numa perspectiva de continuidade e aprofundamento, baseavam-se na necessidade de corresponder aos progressos da comunidade que, normalmente, com o desenvolvimento do processo de AnPo, passava a aumentar os seus níveis de questionamento e exigência. Nesta oportunidade eram ainda treinadas as novas lideranças que o processo fazia emergir.

A característica principal dos retreinamentos era, porém, o fato de serem direcionados para um engajamento específico, no caso, a organização de sindicatos, decorrente de uma integração ou correspondência entre a proposta que o MEB passava a incorporar e aquilo que os camponeses demonstravam ser a sua prioridade.

Quanto ao aspecto técnico dos treinamentos, havia uma preocupação com a adequação de conteúdos, técnicas e objetivos pretendidos,¹² com a seleção de assuntos para evitar uma sobrecarga de conteúdo em um só treinamento,¹³ como também era recomendada a máxima utilização de mate-

rial visual,¹⁴ dada a grande maioria dos participantes dos treinamentos ser semi-analfabeta ou analfabeta.

Os materiais utilizados pelo MEB eram elaborados por sua própria equipe e constituíam-se de cartazes em cartolina, álbuns seriados e os famosos "filmes", que simplesmente eram a apresentação de uma dada realidade de forma seqüenciada em desenhos num rolo de papel que se desenrolava com o apoio de duas garrafas.

Dos treinamentos do MEB realizados no Maranhão, nos foi possível conseguir apenas alguns programas, especificamente aqueles que foram publicados nos relatórios de Animação Popular pelo MEB/nacional. Passaremos a apresentá-los cronologicamente e tentaremos esclarecer de cada um deles os aspectos específicos que nos parecerem necessários.¹⁵

TREINAMENTO DE LÍDERES RURAIS

"PIRAPEMAS"

DATA: 8 A 17 DE MAIO DE 1963

1º Dia 1. VOLTA À REALIDADE

1.1. CONTEÚDO

- crítica à realidade
- análise
 - por que existe essa realidade
 - por que isso é justo ou injusto
- inter-relacionar os vários aspectos
 - o que é necessário para a vida normal do lavrador
 - noção de preparo social

1.2. TÉCNICA

- grupos com perguntas
- perguntas que levem à descoberta dos valores

Manhã = Grupos

Tarde = Assembléia

- material visual
- mapa do lugar
- terra = divisão
- círculo de comercialização

ASSEMBLÉIA

- cartazes de saúde
- cartazes de escola

– *painel – complementação (mínima)*

2.5. **ATITUDES A DESENVOLVER**

– *responsabilidade para mudança*

– *preocupação com o todo e não só com eles mesmos*

3º Dia 3. **SINDICATO**

3.1. **CONTEÚDO**

– *um dos instrumentos de mudança (não uma solução)*

– *finalidades – levá-los a descobrir*

– *cada um não pode resolver sozinho os problemas*

– *união, não uma união qualquer, mas reconhecida pela lei. Pode haver outras*

– *união – finalidade do sindicato e não tanto condição necessária para existência dos sindicatos*

– *união de classe – todo o Maranhão
todo o Nordeste
todo o Brasil*

– *outros sindicatos que existem*

– *número de associados*

– *outros dados*

– *relação com outras classes*

– *entrosamento dos sindicatos*

Nacional

Estadual

Municipal

– *união por pressão*

– *promoção comunitária – realiza coisas*

– o sindicato é promoção de classe

– *reivindicações*

– analisar com eles junto ao poder político – econômico

– defesa

– representação

– escola

3.2. **TÉCNICAS**

– *círculos – o que é sindicato*

– *grupos – um para cada finalidade do sindicato*

– *assembléia*

– *sociodrama-noite (verificação e fixação)*

3.3. **VALORES**

– *bem-comum*

– *justiça*

– *responsabilidade*

3.4. ATITUDES A DESENVOLVER

- *união*
- *espírito de reivindicação*
- *reacentuar os anteriores*

4º Dia 4. REFORMA AGRÁRIA

4.1. CONTEÚDO

- *função social da propriedade*
- *nacional e não só local*
- *os vários aspectos*
 - *povo*
- *depende de quem:*
 - *lei*
 - *órgão legislador*
 - *política*
- *como está atualmente*
- *constituição – indenização – justiça*
- *R.A. – sindicato*

4.2. COMO FUNCIONA O SINDICATO

- *enquadramento*
- *imposto – patrimônio*
- *poderes jurídicos*
- *delegação*
- *federação*
- *fundação – encaminhamento*
- *reconhecimento*
- *reivindicações*

4.3. TÉCNICAS

- *painel – como eles querem a R.A. – ou grupo*
- *assembléia (Álbum seriado)*
- *assembléia em dois grupos*
- *reunião com a comissão organizadora de fundação do Sindicato*

4.4. VALORES

- *responsabilidade deles assumirem*
- *função do poder público*
- *justiça*
- *trabalho*

4.5. ATITUDES

- *quebrar individualismo das reivindicações*
- *quebra da relação de dependência*

5º Dia 5. LIDERANÇA COOPERAÇÃO

OBJETIVO DO DIA – *desenvolvimento de atitudes*

- *fixação de valores anteriormente comunicados*

5.1. CONTEÚDO

a) *Cooperação*

- *união x reunião*
- *bem-comum*
- *esforço de cada um*
- *grupo – planejamento*
 - *distribuição de serviços*
 - *necessidade de um cabeça*

b) *Líder*

- *tipos*
- *qualidade*
- *atuação no grupo*
- *trabalho em grupo*
- *formação dos membros*

5.2. TÉCNICAS

- *2 grupos (1ª parte de manhã)*
- *painel – cartazes – aproveitamento*
- *sociodrama – tipos de líderes*
- *assembléia – aproveitamento análise do comportamento – análise do conteúdo*

5.3. VALORES

- *espírito crítico*
- *grupo (trabalhar em grupo)*

6º Dia 6. REUNIÃO E ASSEMBLÉIA

6.1. CONTEÚDO

- *para o sindicato funcionar precisa de reunião?*
- *precisa de preparação?*
- *precisa de avisos?*
- *precisa de plano?*

6.1.1 – *por que reunião*

- *como reunião*
- *reunião:*
 - *participação*
 - *função do líder*
 - *ter objetivo*
 - *ter conclusões*
 - *divisão de responsabilidade*
 - *respeito à opinião de todos:*
 - *ouvir*
 - *fazer todos falarem*

- *reunião dinâmica*
 - *relacionamento com o sindicato:*
 - *estatutos*
 - *dias*
 - *ordem do dia*
 - *participação*
 - *função dos membros do sindicato*
- 6.2. **ASSEMBLÉIA**
- *todo membro*
 - *como dirige*
 - *como fala*
 - *com a participação de todos*
 - *dar oportunidade a todos*
 - *imparcialidade*
 - *dirigentes coordenando a participação e dando pouca opinião*
 - *função dos membros*
- 6.3. **TÉCNICAS**
- *uma reunião (aproveitamento)*
 - *2 grupos*
 - *se possível, um pouco de folga no fim da tarde*
- 6.4. **VALORES**
- *bem comum*
 - *justiça*
 - *pessoa humana*
 - *honestidade*
- 6.5. **ATITUDES**
- *grupo e respeito à opinião dos outros*
- 7º Dia 7. **ANÁLISE DO ESTATUTO DO SINDICATO**
- 7.1. **FAZER UM ESQUEMA COM OS SINDICALISTAS**
- 7.2. **TÉCNICAS**
- *assembléia*
 - *grupos (ficar um supervisor em cada grupo)*
 - *assembléia*
- 7.3. **VALORES**
- *organização*
 - *disciplina*
- 7.4. **ATITUDES A DESENVOLVER**
- *organização*
 - *espírito crítico*
 - *anteriores*
- 8º Dia 8. **EDUCAÇÃO**

8.1. CONTEÚDO

- *conceito*
- *relacionamento com a realidade*
- *relacionamento com o sindicato*
- *extensão*
- *finalidade*
- *educação x escola*
- *instrumentos de educação*
- *como fazer esclarecimento com o povo*

8.2. TÉCNICAS

- *circular*
- *painel - complementação*

8.3. VALORES

- *pessoa humana*
- *família*
- *sociedade*

8.4. ATITUDE

- *valorizar - esclarecimento*
- *preocupação pelo outro*
- *obrigação de dar o que recebem*

O conteúdo deste treinamento realizado em Pirapemas pode parecer demasiadamente denso, entretanto convém lembrar que os camponeses deste município podiam ser considerados; no período, como a vanguarda do movimento camponês do Maranhão, pois ao contrário da grande maioria dos camponeses deste Estado, já possuíam experiência de participação em órgãos de classe,¹⁶ no caso em associações vinculadas à ATAM que, como vimos anteriormente, era orientada pela ULTAB.

No item dois há uma referência ao comunismo que não pode ser considerada como um comprometimento do MEB com o marxismo, isto porque nos treinamentos eram ressaltados apenas o autoritarismo e as conseqüentes formas de coibir as liberdades individuais atribuídas vulgarmente ao comunismo. Além do mais, toda a experiência do MEB/MA evidencia, pelo menos por um período, a sua postura antimarxista sobre a qual se assentavam as bases dos seus conflitos com a ATAM. Seguramente, dentro das perspectivas do MEB, a construção de uma sociedade justa e democrática não tinha como escopo a implantação de um regime comunista.

A preocupação do MEB em enfatizar o sindicato como um órgão de classe reconhecido por lei, deixa bem claro a sua intenção de atrelar o movimento camponês aos aparelhos de Estado, embora creiamos que não estivesse o MEB suficientemente consciente das implicações deste atrelamento.

A postura legalista do MEB era justificada pela necessidade de assim facilitar a aproximação dos camponeses de Pirapemas com o sindicato, já que a legalidade apresentava uma segurança e a experiência em organização autônoma, não amparada por lei, tinha-lhes deixado um saldo bastante negativo, não só decorrente do confronto com a polícia, mas principalmente pela inexistência de condições para realização de uma profunda avaliação do fato.

Mas, por outro lado, esta postura do MEB tentava dessa forma boicotar o trabalho da ATAM, pois a ênfase na questão do Sindicato como órgão legal se verificava mais acentuadamente nas antigas áreas de atuação da ATAM sobre as quais o MEB avançava.

Vale acrescentar ainda que, embora saibamos que as divergências do MEB e ATAM se assentassem sobre princípios ideológicos e doutrinários dogmáticos, algumas críticas do Movimento em relação à ATAM têm bastante procedência, principalmente no que se refere à tendência desta em promover uma rápida radicalização do movimento camponês, o que denotava uma insuficiente preocupação com o processo de conscientização dos camponeses que, para o MEB, era prioritário naquele momento.

O item quatro denuncia o propósito do MEB em contribuir para que se consubstanciasse a incorporação, pelos camponeses, da bandeira de luta pela Reforma Agrária.

Quanto ao item sete, esclarece-se que o MEB fornecia um modelo de estatuto para sindicatos que, apresentado como proposta, servia como ponto de partida para a elaboração de estatutos específicos em cada município onde atuava.

*

Vejam agora uma outra programação:

*MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE
TREINAMENTO DE LÍDERES RURAIS*

"PINDARÉ-MIRIM"

DATA 13 A 16 DE 8 DE 1962

Dia 13 1. REALIDADE ECONÔMICA

1.1. CONTEÚDO

1.1.1 - Latifúndio - Minifúndio

- preparação das terras no Brasil*
- soluções destes problemas*
- o homem do campo*
- o baixo índice de produtividade*
- causas*

- *conseqüências: nível de vida infra-humana incultura-analfabetismo; doenças e má saúde etc. incapacidade de sair da sua condição servil.*

1.1.1 – Política bancária

- *necessidade de investimentos para desenvolvimento agrícola*
- *produtor agrícola excluído dos benefícios do banco*

1.1.3 – O intermediário

- *exploração do homem pelo homem*

1.1.4 – Imperialismo – Trustes

- *exploração de região por região*
- *exploração de país por país*

1.2. TÉCNICA

1.2.1 – Discussão em grupo

Perguntas:

- a) *Por que a nossa terra não produz mais?*
- b) *Quais são as reformas necessárias para melhorar a nossa vida de lavrador?*

1.2.2 – Assembléia de complementação

- *causas do desequilíbrio agrícola*
- *a comunidade agrícola ideal*

OBS.: Foi usado material visual na exposição e complementação da realidade econômica.

2. REALIDADE POLÍTICA

2.1. CONTEÚDO

2.2. TÉCNICA

2.2.2 – Grupo – por que só os homens que têm dinheiro conseguem eleger-se?

- *por que os candidatos quando se elegem não trabalham pelo povo?*

2.2.2 – Assembléia – de aproveitamento e complementação; foi usado material visual sobre política

3. REALIDADE SOCIAL

3.1. CONTEÚDO

- *Forças progressistas e forças reacionárias*

3.1.1 – a situação muda

3.1.2 – o povo brasileiro começa a sentir que tem muita coisa errada

3.1.3 – forças progressistas:

- *camponeses*
- *operários*
- *estudantes*

3.1.4 – camponeses se unem, fazem liga, sindicatos e lutam principalmente pela Reforma Agrária

3.1.5 – operários também se unem, formam Sindicatos (GHT)

3.1.6 – estudante (UNE)

3.1.7 – forças conservadoras

* grupos interessados na continuação da situação atual

* organização de I.P.E.S., suas influências em todos os setores da vida brasileira

3.2. TÉCNICA

3.2.1 – discussão em grupo

3.2.2 – assembléia de complementação

Dia 14 4. REFORMA AGRÁRIA

4.1. CONTEÚDO

4.2. TÉCNICA

4.2.1 – assembléia de exposição do tema

4.2.2 – painel = É possível fazer reforma Agrária sem mudar o artigo 141 da Constituição? por quê?

= Um plano de colonização (terra, financiamento etc.) ajudando os colonizados, resolve o problema de exploração do homem do campo no Brasil? por quê?

= A Reforma Agrária tem por finalidade organizar de modo mais humano a vida no campo?

= Quais as melhores formas de apropriação da terra? por quê?

4.3. ASSEMBLÉIA

– para complementação e aproveitamento, foi usado material visual sobre tipos de propriedade e outros

5. LIDERANÇA

5.1. SOCIODRAMA

– como deve ser um líder

5.1.1 – dramatização mostrando três tipos diferentes de líder

5.1.2 – discussão do grupo sobre a dramatização

5.2. COMPLEMENTAÇÃO

5.2.1 – como liderar um grupo de discussão

5.2.2 – qualidades intelectuais e morais do líder

À NOITE: O coordenador da SUDENE veio expor o trabalho local daquele organismo na região do Pindaré.

– dados gerais sobre a SUDENE

– princípios que guiam os núcleos de colonização na zona do Pindaré

Dia 15 6. **SINDICALISMO**

6.1. **CONTEÚDO**

6.2. **TÉCNICA**

6.2.1 – *circular – quais as finalidades de um Sindicato?*

6.2.2 – *complementação em assembléia*

6.2.3 – *grupos – exposição do estatuto*

6.2.4 – *sociograma – reunião da Diretoria do Sindicato*

Dia 16 7. **LUTA CAMPONESA**

7.1. **CONTEÚDO**

7.1.1 – *os camponeses são os homens mais explorados no Brasil*

7.1.2 – *há cinco anos começaram a lutar*

7.1.3 – *reuniram-se*

7.1.4 – *fundaram ligas camponesas*

7.1.5 – *fundaram associações*

7.1.6 – *fundaram sindicatos*

7.2. **VISÃO DE ORGANIZAÇÕES CAMPONESAS NO ESTADO E NO BRASIL**

ATAM – ULTAB

TARDE: Planejamento

Em relação à presença da SUDENE neste treinamento, lembramos que uma das razões que contribuíram para a decisão do MEB em atuar naquela área foi exatamente a existência de uma experiência de colonização desenvolvida por esse órgão na qual ele poderia integrar-se. Esta integração porém não conseguiu consolidar-se, embora tenham conseguido realizar algumas atividades conjuntamente.

*

Demonstrando uma preocupação com a participação da mulher no processo de AnPo, foi realizado um treinamento específico, visando possibilitar-lhe uma integração mais efetiva. Vejamos:

TREINAMENTO DE MULHERES

LAGES: PINDARÉ-MIRIM-MA

DATA: 17 A 21 DE 10/1963

FINALIDADE: *Preparar animadores para uma mudança de comunidade. Promoção da mulher, despertando-a para o seu próprio valor e mostrando a sua responsabilidade na família, na sociedade e na vida do país.*

PROGRAMA:

Dia 17 à noite : Abertura

Dia 18 - manhã: Assunto = pessoa

Técnica = perguntas e assembléia

tarde: pessoa

técnica - Paulo Freire

valores: pessoa

mulher

atitudes: de grupo

espírito crítico

Dia 19 - manhã:

assunto = o homem brasileiro

tarde: técnica = perguntas e assembléia

assunto = educação

técnica = assembléia

- sociodrama

valores: justiça

atitudes: espírito crítico

atitude de animador

Dia 20 - manhã:

assunto - família

técnica - círculo

- assembléia

tarde: saúde - a realidade legal

técnica - assembléia e painel

valores: família

atitudes: espírito crítico - atitude animadora

Dia 21 - manhã:

saúde = há doenças que se podem evitar

técnica = assembléia = sociodrama

tarde = planejamento

técnica = assembléia - grupos - assembléia

valores = importância da limpeza para a saúde

Embora com uma programação menos arrojada, justificada pelo papel que as mulheres têm desempenhado, onde a tradição machista se faz presente de forma acentuada, esta preocupação do MEB demonstrou um grau de sensibilidade dos problemas sociais bastante elevado e abrangente para a época onde apenas os homens estavam sendo convocados a assumirem um papel no processo de mudanças que se delineava.

*

Os treinamentos realizados após abril de 1964 foram reduzidíssimos e

tiveram como preocupação principal a reorganização das bases, já que a nova conjuntura tinha dificultado o contato do MEB com estas e dispersado as lideranças como veremos:

TREINAMENTO DE LÍDERES RURAIS
A SER REALIZADO DE 10 A 15 DE MARÇO DE 1965

LOCAL: PEDRA GRANDE – PIRAPEMAS

1. OBJETIVOS

- 1.1. *Motivação dos líderes antigos, dispersos*
- 1.2. *Despertar líderes novos*
- 1.3. *Visão da realidade atual*
- 1.4. *Preparação para uma ação sindical de promoção e educação*
- 1.5. *Preparação imediata para uma ação cooperativista*

2. TEMÁRIO

- 2.1. *Visão da realidade local*
 - *latifúndio*
 - *voto, eleição*
 - *analfabetismo*
 - *religião*
 - *sindicalismo em Pirapemas*
- 2.2. *Realidade nacional, partindo do Maranhão:*
 - *situação atual do sindicalismo rural no Brasil*
 - *o porquê da situação; análise das causas*
 - *conseqüências*
 - *ampliação dos aspectos: econômico, político, educacional, religioso, em plano nacional*
- 2.3. *O que fazer diante da situação atual*
 - 2.3.1 – *Educação e conscientização = ANIMAÇÃO POPULAR*
 - *visão da realidade*
 - *crítica a esta realidade*
 - *tomada de posição*
 - *exigência de um compromisso de luta*
 - *ação*
 - 2.3.2 – *Meios de ação*
 - 2.3.3 – *Engajamento, partindo das necessidades básicas*
 - *econômica*
 - *alfabetização*
 - *saúde*
 - *associativismo, etc...*
 - 2.3.4 – *Possibilidade de realizar um trabalho de promoção nestes setores,*

TÉCNICAS

- 1º Dia 2.1. *Realidade local*
- grupos para os novos
 - painel para os antigos
 - assembléia geral para os dois grupos
- 2º Dia 2.2. *Realidade nacional*
- 30 minutos de abertura para o assunto
 - grupo para os novos
 - painel para os antigos
 - 2 assembléias gerais, manhã e tarde. Se necessário, 30 minutos de assembléia no início da tarde
- 3º Dia 2.3. *Animação Popular*
- assembléia participada:
 - manhã - Sociodrama - fim da manhã grupos (para a parte de engajamento)
- 4º Dia
- tarde - assembléia de complementação
 - manhã - circular
 - tarde (?)
- 5º Dia 2.4. *Liderança*
- manhã - sociodrama
 - tarde - planeamento
 - colocação inicial
 - dividir por povoados

visando a um desenvolvimento pessoal e da comunidade

- 2.4. *Quem deverá assumir este trabalho*
- 2.4.1 - *Liderança*
- o que é um líder
 - tipos de líderes
 - qualidade do líder
 - trabalho de grupo
 - como fazer reunião
- 2.4.2 - *Cooperativismo*
- o que é
 - tipos
 - finalidade
 - como funciona uma cooperativa
- 2.3.4 - *Valores: tentar despertar uma mística de:*
- pessoa
 - justiça
 - trabalho de grupo

1. PLANEJAMENTO

- o que é
- o que se vai fazer
- como se vai fazer
- como se faz
- quem vai fazer
- onde
- quais os pontos e ver — quando

2. TÉCNICAS

- assembléia
- grupos por povoados ou lugar de trabalho

Nota-se um certo constrangimento do MEB, refletindo-se numa menor ênfase para a questão sindical acompanhada de uma proposta de ação cooperativista, o que não pode ser entendido sem levarmos em conta a nova conjuntura que se patenteava; mesmo assim, a preocupação em analisar a “situação atual” denota uma decisão de tentar manter a sua postura, embora estrategicamente recuada.

*

Observemos agora um material conseguido junto à base contendo as respostas dos participantes do treinamento de Pirapemas, realizado no período de 8 a 17 de maio de 1963¹⁷ que, embora incompleto, pareceu-nos da maior importância:

1ª PERGUNTA

por que em muitos lugares do mundo algumas pessoas vivem na fortuna e outras vivem sem nada?

RESPOSTA

*Porque muitos lugares não têm fábricas
Não podemos vender nossos produtos pelo preço justo
O regime capitalista é o culpado disto*

2ª PERGUNTA

Por que no Brasil as regiões mais ricas exploram as mais pobres?

RESPOSTA

*Porque umas têm indústria e outras não têm
O regime capitalista não deixa*

3ª PERGUNTA

Por que o capitalismo esmaga a pessoa humana?

RESPOSTA

*Por que no regime capitalista só tem direito quem tem dinheiro
Por que este regime vive massacrando o povo que trabalha
Por que neste regime o dinheiro vale mais do que o trabalho*

4ª PERGUNTA

Será que o comunismo é ou não é uma solução para o Brasil?

RESPOSTA

Não é

Porque é ignorado entre nós

Dá conforto mais falta liberdade

Porque o homem não precisa só de casa; comida e instrução. Ele precisa de ter liberdade e ser responsável pelas coisas

5ª PERGUNTA

O que é preciso para o lavrador viver como homem?

RESPOSTA

É preciso:

– Ter nossos direitos

– Terra para trabalhar

– Instrumentos de trabalho

– Instrução

– Saúde

– Apoio do governo

– União

– Deus

6ª PERGUNTA

A política brasileira esta servindo o povo? por quê?

RESPOSTA

A política deve servir ao povo

No Brasil a política não está servindo ao povo porque não está respeitando os direitos e as necessidades do povo. Só está servindo o interesse dos grandes

2o DIA

– No mundo existem países ricos e países pobres

– No Brasil existem Estados ricos e Estados pobres

– Em muitos lugares existem homens ricos e homens pobres

Tudo isto porque:

– Os ricos exploram os pobres

– Por causa do regime capitalista

Isto está errado porque:

– É uma injustiça

– Vai contra a pessoa humana

TARDE

1ª PERGUNTA

É justo o Brasil continuar nesta situação?

RESPOSTA

Não é justo porque dói a gente não alcançar nosso valor

Não é justo porque todos nós somos brasileiros e devemos harmo-

*nizar nossos direitos para todos nós sermos livres
Não é justo porque sem libertação não podemos viver em paz
Não é justo e por isso devemos nos unir para acabar com o regime capitalista para que nosso trabalho valha mais do que o dinheiro*

2ª PERGUNTA

Quem pode mudar a vida do povo brasileiro?

RESPOSTA

Tirando Deus, são os homens

O povo unido, porque a união faz a força

É o povo se unindo para botar o regime capitalista em baixo

Quem pode mudar somos nós mesmos, lutando para derrubar o regime

Assim como nós, existem outros grupos discutindo essas mesmas coisas

*Uma das formas de mudar é o povo sabendo escolher seus mandu-
tários, homens que representem os interesses do povo e não dos
grandes*

3ª PERGUNTA

Serve uma mudança qualquer para o Brasil?

RESPOSTA

Não serve uma mudança qualquer

Adianta uma mudança que sirva nós

Uma mudança inferior não serve

*Temos que estar esclarecidos para que a gente não faça tanta for-
ça e depois vir uma situação pior do que está*

Queremos uma mudança para uma sociedade em que:

- O trabalho valha mais do que o dinheiro*
- Os lavradores e operários sejam tratados como gente*
- Todas as pessoas tenham seus direitos garantidos*
- Todos tenham liberdade*
- Uma sociedade onde haja justiça*

Nós somos responsáveis pela mudança

Nós vamos construir outra sociedade mais justa.

Pelas respostas apresentadas às questões levantadas, pode-se perceber a efetividade dos treinamentos e, se fizermos uma correlação da programação destes com as respostas constantes do relatório apresentado, percebe-se que a tão propalada proposta do “não diretismo”, que o MEB assumia em seus discursos realmente não encontrava eco em sua prática, o que de modo algum a invalida, principalmente, pelas precauções que eram tomadas no processo de conscientização desencadeado por este Movimento. Vejamos:

*“É preciso dar oportunidade para a criação, para descobertas novas, para a troca, para a elaboração conjunta. Não quer dizer que neste grupo, onde começamos um trabalho, não possamos colocar idéias nossas; mas elas servem como ponto de partida, como elemento de reflexão, como elemento de debate, como abertura para um contexto mais amplo (tudo isso é responsabilidade nossa), mas nunca como a palavra certa, como ponto de chegada”.*¹⁸

É ainda acrescentado:

*“Não é de modo algum válido “dar” conceitos e noções novas a um grupo que tem posições anteriores, mesmo que sejam falhas, pois haveria assim uma simples superposição. Os conceitos ou tabus que se queriam superar, continuam arraigados, com toda uma tradição e pressão do ambiente prendendo-os. É fácil que a nova idéia seja abandonada depressa, porque não houve integração. Daí, ser essencial que cada pessoa tenha consciência de sua posição atual, faça sobre ela uma análise crítica, e daí elabore uma posição própria nova (o que é inteiramente diferente de aceitar passivamente, a idéia que o outro deu)”.*¹⁹

Como pode ser percebido, o MEB atenta muito claramente para os riscos da superposição de conceitos e adverte para a necessidade de que no processo de educação popular, a integração de uma nova visão de mundo se realize mediante a superação da anterior, o que somente pode ocorrer através de uma análise crítica desta.

Entende-se, portanto, a preocupação entre os nossos entrevistados da equipe do MEB/MA, com a importância em estimular nos camponeses hábitos de reflexão que visassem desenvolver a capacidade de reflexão individual e de grupo, no sentido de busca da essência dos fatos.

Nestes aspectos mais uma vez as reflexões do MEB/MA coincidem com as de Gramsci:

*“Crítica a própria concepção do mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais desenvolvido. (. . .) O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um “conhece-te a ti mesmo. . .”.*²⁰

Denotando uma crença também no valor da repetição dos conteúdos

dos treinamentos, pela sua eficácia como reforço, o MEB/MA freqüentemente elaborava material para distribuição. O que conseguimos junto a um ex-participante do treinamento realizado em Pirapemas no período de 8 a 17 de maio de 1963 é um exemplo característico:

4.º DIA

Para que serve o Sindicato?

UNIÃO – *A união no sindicato não é uma união qualquer. É uma união reconhecida pela lei. É uma união para o trabalho. É uma união para melhorar o nosso lugar, o nosso Estado, a nossa nação.*

PROMOÇÃO – *O sindicato pode fazer muitas coisas para melhorar a vida dos lavradores. Pode fazer escolas, cooperativas, postos médico etc...*

DEFESA – *O sindicato deve reunir os lavradores para se defenderem e organizar o seu trabalho. O sindicato defende os lavradores.*

PRESSÃO – *O sindicato reúne todos os lavradores e trabalha para a Reforma Agrária sair logo. Manda mensagem ao Governo para a Reforma Agrária sair logo.*

REPRESENTAÇÃO – *O sindicato escolhe um dos seus associados, e manda para um lugar onde os lavradores. . .²¹ resolver os problemas dos lavradores do Brasil.*

ESCOLA – *O sindicato serve para esclarecer os lavradores, orientar e ensinar o que eles devem fazer pelo seu bem e o bem de todos os lavradores do Maranhão e do Brasil. Esclarece e orienta todos os lavradores que querem entrar no sindicato.*

Consideramos muito questionável o conteúdo do material, quando analisarmos o sindicalismo como forma de engajamento estimulada pela AnPo, nos determos especificamente nesta questão. No momento, a nossa preocupação centra-se na questão do reforço com vistas à sedimentação e incorporação de um novo conhecimento.

Além do material que apresentamos, o MEB ainda utilizava a música como meio para reforçar a processo de incorporação da nova visão de mundo em elaboração.

Vejamos um exemplo:

(na música de Pisa na Fulô).²²

Reforma agrária

Reforma agrária

Abaixo a exploração

Queremos libertação

I

*Sindicato é uma coisa muito boa
Pois reúne a nossa classe que está sofrendo à toa
Ele é escola, união e promoção
Nos defende e representa
E é força de pressão*

II

*Por este meio temos força para lutar
Pela nossa liberdade que um dia há de chegar
E o lavrador só pode ter conformação
Quando o capitalismo sair desta nação*

III

*Qualquer de nós que vendo o pobre injustiçado
Tiver medo de lutar preferindo estar calado
É traidor passou na vida e não viveu
Porque deixou pro filho o mundo que recebeu*

IV

*Nós precisamos conseguir nossos direitos
Que é ter terra e ter comida, maquinário na lavoura
É ter saúde, ter escola e liberdade
Ter casa pra família, ter felicidade*

V

*Estes direitos são do homem que trabalha
E se a gente ainda não tem
É o regime que atrapalha
Nosso dever é procurar uma solução
E fazer com todo povo a Revolução*

Como é visto a preocupação com a necessidade de reforço levava o MEB a utilizar inclusive a música, o que por sinal era feito, segundo os nossos entrevistados, durante todos os treinamentos. Como é sabido a repetição é um dos meios mais eficazes para agir sobre a mentalidade popular.²³

Refletindo sobre a forma como se processavam os treinamentos realizados pelo MEB, não pode deixar de ser atribuído a eles singular importância. Passamos a concordar com a afirmação de que estes treinamentos se constituíam a principal peça do seu sistema de trabalho.

Tentando atacar o principal entrave da cultura popular, que é a concepção da realidade como dada, o MEB agia competentemente.

Percebendo que a passividade do camponês era coerente com o seu nível de compreensão da realidade, atentou o MEB para o fato de que a sua disponibilidade para a participação na construção de uma sociedade verdadeira-

mente democrática estaria condicionada às mudanças de mentalidades que os levassem à compreensão da realidade como produto histórico. E na fala dos remanescentes da base, que conseguimos localizar, é confirmada a consecução dos objetivos dos treinamentos do MEB, pois a eles estes remanescentes atribuem o início do seu processo de conscientização, admitindo-o inclusive como um marco na história desta conscientização.

NÚMERO DE TREINAMENTOS REALIZADOS PELO MEB/MA E NÚMERO DE PARTICIPANTES

ANO	Nº DE TREINAMENTOS	Nº DE PARTICIPANTES
1962	2	52
1963	14	220
1964	3	59
1965	1	15
1966	1	25
1967	—	—
TOTAL	21	371

FONTES: Relatórios do MEB/Nacional

OBS: Atente-se para o fato de que muitos participantes estiveram presentes em vários treinamentos.

Supervisão e Assessoramento

A supervisão foi assumida pelo MEB como uma atividade que envolvia acompanhamento e assessoramento junto às comunidades onde era desenvolvido o processo de AnPo.

O assessoramento era entendido como a participação de técnicos em todas as etapas e fases da Animação, podendo variar quanto à intensidade, de acordo com as comunidades, tendendo a decrescer normalmente à medida que estas fossem capazes de desenvolver autonomamente o processo de AnPo.²⁴

Este assessoramento realizado através da supervisão consistia em:

“trocar idéias, informar sobre o que ocorre no país e no mundo, coordenar os trabalhos com outras entidades cuja validade seja comprovada; refletir com os líderes sobre o

trabalho feito, os novos planos e o resultado das experiências concretas e mudanças na comunidade".²⁵

O MEB através do assessoramento pretendia, como pode ser percebido, contribuir para uma integração das comunidades maranhenses em um todo maior, que era a sociedade brasileira; daí decorre a preocupação em mantê-las informadas sobre a situação nacional.

A supervisão era considerada o instrumento mais importante para o crescimento e avaliação do processo, pois acreditava o MEB que somente ela poderia garantir uma verificação contínua "do desenvolvimento, do aproveitamento e da repercussão nas comunidades da programação educativa", o que, por sua vez, possibilitaria uma permanente correspondência das programações às necessidades e interesses vigentes nessas comunidades.²⁶

Ainda admitia o referido Movimento que o processo de retro-alimentação que a supervisão, nos seus moldes, proporcionava, era uma experiência enriquecedora não só para as comunidades mas também para sua equipe²⁷ que, evidentemente, possuía uma cultura elaborada em uma prática de vida diferente daquela presente nas comunidades onde atuava.

Vejamos então a partir de qual postura o MEB conduzia a supervisão que realizava junto às atividades de AnPo sem, contudo, deixar de considerar que essa sua postura era decorrente de reflexões sobre sua prática.

Partia o MEB do seguinte posicionamento: competir-lhe-ia, através de assessoramento, responsabilizar-se pelo desenvolvimento do processo de AnPo por ele iniciado, o que não significava assumir a liderança das comunidades.²⁸ O seu trabalho deveria limitar-se a atingir a comunidade através de seus líderes, o que não lhe impediria de, quando necessário e oportuno, também entrar em contato com as comunidades.²⁹

Em síntese, para o MEB, a comunidade deveria autodirigir-se, embora contando com a sua assessoria. Esta assessoria, por sua vez, pretendia partir dos valores culturais da comunidade, levando-as a uma nova visão de mundo que lhe permitisse uma forma de apreensão crítica da realidade.

O MEB estava consciente de que a autonomia das comunidades em seu processo de Animação Popular somente se verificaria em decorrência de sua forma de atuação ou mais ou menos centralizadora.

Com esta preocupação, advertia que não se deveria substituir os líderes em suas atividades, seja nos trabalhos de planejamento de reuniões, na busca de soluções para os problemas ou na coordenação de reuniões. A contribuição do MEB deveria sempre dar-se no sentido de reforçar cada vez mais a autonomia destes líderes.³⁰

Nas normas adotadas pela equipe do MEB, a sua participação em reuniões ou assembléias realizadas no processo de AnPo deveria restringir-se à observação, podendo, entretanto, se solicitada, prestar informações quando

fossem imprescindíveis.³¹

É preciso salientar porém que, através de um programa sistemático de visitas, o MEB realizava, conjuntamente com as comunidades, encontros, estudos, avaliações e planejamento, assegurando desta forma as condições para a continuidade do trabalho de AnPo dentro da perspectiva que assumira.

Fica claro que, se por um lado o MEB pretendia a autonomia das comunidades, por outro não era adepto do "espontaneísmo", tanto que o planejamento especificado para a ação de cada líder em sua comunidade tinha sua elaboração iniciada no final de cada treinamento com o assessoramento dos seus supervisores.

Com as supervisões, que em princípio eram realizadas mensalmente, tentava enfim o MEB promover a autonomia do processo de AnPo, ao mesmo tempo que também assegurava, como já afirmamos, o encaminhamento deste processo dentro de sua linha de ação garantindo assim uma unidade em toda a sua área de atuação no Estado.

A supervisão e assessoramento do MEB no Maranhão realizavam-se portanto, como ficou esclarecido, basicamente, através de contatos diretos com as comunidades em encontros ou círculos de estudos e especificamente através de contatos diretos com líderes nos treinamentos e reuniões.

Como forma de assessoramento indireto, o MEB utilizava-se de correspondência regular e envio de publicações e material de estudo para os animadores e membros das comunidades.³² Utilizou ainda, para assessoramento, um horário semanal em uma emissora de rádio particular. Posteriormente, com a instalação da Rádio Educadora Rural do Maranhão e a consciência da importância e necessidade do assessoramento sistemático às comunidades, passou a utilizar nesta emissora um horário diário para a sua programação.

Por se constituir uma forma de assessoramento não convencional, vejamos mais detalhadamente como era desenvolvida a programação radiofônica do MEB.

Programação Radiofônica

A instalação da Rádio Educadora, como já foi esclarecido, não se realizou no período previsto, tendo como conseqüência a reorientação das atividades do MEB.

Embora cômico da importância do contato direto com as comunidades no desenvolvimento do processo de AnPo, o MEB percebeu a necessidade de um assessoramento mais constante a este processo, principalmente em seus momentos iniciais.

O MEB não contava, porém, com elementos e recursos suficientes que lhe permitissem uma presença mais freqüente na sua área de atuação;

por outro lado, o período do inverno ainda o deixava aproximadamente

O MEB não contava, porém, com elementos e recursos suficientes que lhe permitissem uma presença mais freqüente na sua área de atuação; por outro lado, o período do inverno ainda o deixava aproximadamente seis meses sem contato sequer com as lideranças, já que o acesso às áreas se tornava difícil.

Decidiu-se então o MEB, em abril de 1963, utilizar uma emissora particular para lançar uma programação no meio rural, dirigida mais precisamente para orientação do processo de AnPo.

O referido programa intitulava-se "Seu rádio virou escola",³³ entretanto não conseguimos nenhum script, como também não obtivemos muitas informações sobre a sua receptividade por parte do campesinato maranhense. Mas, como o seu conteúdo foi alvo de manifestações não receptivas por parte da ala conservadora da Igreja, conseguimos-lhe a opinião sobre o programa, expressa no jornal da Arquidiocese, da seguinte forma:

O MEB sempre mostrou que não temia a crítica e a oposição de quem não concordava com ele. Mas, quando se tratava de uma crítica que visava a sua existência, ele não hesitava em responder. Assim, quando o jornal da Arquidiocese publicou um artigo em que se afirmava que o MEB não deveria existir, ele respondeu imediatamente com um artigo em que afirmava que o MEB não só deveria existir, como também deveria continuar a existir e a crescer. Este artigo foi publicado no jornal da Arquidiocese e foi muito bem recebido por quem o leu. O MEB sempre mostrou que não temia a crítica e a oposição de quem não concordava com ele. Mas, quando se tratava de uma crítica que visava a sua existência, ele não hesitava em responder. Assim, quando o jornal da Arquidiocese publicou um artigo em que se afirmava que o MEB não deveria existir, ele respondeu imediatamente com um artigo em que afirmava que o MEB não só deveria existir, como também deveria continuar a existir e a crescer. Este artigo foi publicado no jornal da Arquidiocese e foi muito bem recebido por quem o leu.

“NOVELA & NOVELO”³⁴

“Vamos agora mencionar um programa radiofônico, mesmo com o risco de fazer-lhe publicidade, para que qualquer pessoa possa ouvi-lo e inteirar-se, de fato, do trabalho negativo que hoje vem sendo feito pelo Movimento de Educação de Base. Rádio Difusora, 19 horas, aos domingos. Para que ninguém seja iludido, é preciso que se diga, preliminarmente, que o MEB, criado, mantido ou apoiado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (que nes perdoem os senhores bispos), é um grupo – ou grupão, como se denominam na gíria própria da UNE – de moças e rapazes que vivem em função exclusiva do tal movimento e que se dizem católicos.

O MEB manipula recursos que não diríamos fabulosos, como os do IBAD ou dos maleiteiros, mas que são bastante para dar emprego a muita gente, mobilizar grupos de pessoas por todo o Estado e manter caros programas radiofônicos, como ao que nos referimos acima. A Educação de Base, essa estranha Educação de Base que vem sendo feita pelo MEB, se resume em negar de modo claro ou sutil, todos os valores já confirmados pela sociedade brasileira e em gritar ao ouvido do lavrador que ele é mísero, misérrimo, miserável e miserando, coisas aliás que ele já sabia antes do MEB existir, mas que agora ele precisa saber dentro da dimensão social, como se isso o ajudasse a encontrar uma solução efetiva para essa miséria. A pregação sistemática do MEB deixa a entender que ao lavrador, e só a ele, cabe sua salvação, quando qualquer pessoa, por menos informada que seja, sabe que o problema agrário no Brasil depende, como em toda parte em que ele seja problema, dos poderes constituídos. Ora, não sendo o lavrador um poder constituído, não sendo a mais das vezes nem mesmo eleitor, imbuir-lhe dessa idéia errônea será convidá-lo à ação imediata do emprego da força, à fricção social em luta contra as classes que confinam com a sua. Mais do que o convite à incitação – isso já é a pedagogia da luta de classe. A propaganda subliminal do MEB, claro que não utiliza o “Ope-

rários, uni-vos"! – o que seria meridiano e translúcido. Em compensação, como no programa de domingo último, quando o negócio foi na base do teatro popular, foram ditas coisas piores. O programa, (a novelização de uma conversa na roça, no jargão próprio dos campos), foi um primor de deseducação democrática em que frases como as seguintes são usadas e abusadas pelos personagens: "qual nada, a lei não sai!; a lei, se sair, não vai adiantar nada; quem foi que disse que deputado e senador representa o povo?; veja só no tempo do parlamentarismo foi aquela conversa fiada; quem é que vai mudar isso?; agora, menino, vão, dizer que nós é comunista por isso; "etc, etc . . . Como não podia deixar de ser, no intervalo musical, o grupão cantou o *Baião da Reforma Agrária* no qual se conta que "quando o capitalismo sair desta nação", tra-la-lá, tra-la-lá . . . Como o MEB, em sua direção, principalmente, estão pessoas de certo gabarito cultural, não acreditamos tratar-se de ingenuidade ou ignorância a difusão desse esdrúxulo tipo de educação: seria nesse caso, má-fé"³⁵.

Mesmo considerando-se a contundência deste artigo como advinda da aversão ou pavor do conservadorismo em relação a qualquer tentativa de conscientização e organização das camadas populares³⁶, pode-se presumir a orientação da programação radiofônica do MEB naquele período.

No mês seguinte, após a publicação deste artigo, ou seja, agosto de 1963, o programa deixou de ser lançado ao ar pelo fato da emissora posicionar-se contra a orientação que ele continha³⁷.

Esclarece-se que uma área do Estado do Maranhão captava a programação da equipe do MEB/Piauí levada ao ar através da Rádio Pioneira, entretanto esta programação era orientada quase que especificamente para as escolas radiofônicas deste Estado.

Finalmente em 12 de junho de 1966 foi inaugurada a Rádio Educadora Rural do Maranhão. O MEB passou a contar com um horário diário para a sua programação. Seu programa denominava-se "Entre o Dia e a Noite" e era levado ao ar das 18 às 19 horas.

Por razões decorrentes de todas as crises que o MEB passara a enfrentar, após março de 1964, as suas áreas de atuação já se encontravam praticamente abandonadas, restringindo-se suas supervisões esporádicas apenas a três municípios.

O MEB perdera quase totalmente o contato com suas bases e o programa surgiu então como a oportunidade para retomá-las, embora de forma indireta.

O MEB sabia da importância de um acompanhamento direto, tão fundamental ao processo de organização dos camponeses, dada as condições em que se encontravam, mas a impossibilidade de realizá-lo, o fez assumir essa programação como tábua de salvação.

Continuou assim o MEB a incentivar a organização dos camponeses e dado o raio de alcance da emissora não restringiu a sua programação à orientação dos camponeses apenas de sua área de atuação, mas a elaborou com vistas a atingir a zona rural maranhense indiscriminadamente.

Além do estímulo à organização dos camponeses que visava o programa, havia também uma preocupação em mantê-los informados sobre os acontecimentos nacionais e internacionais. Tomando como base os noticiários da própria rádio ou acontecimentos divulgados pela imprensa de um modo em geral, o MEB elaborava um noticiário acessível ao nível de compreensão das populações do meio rural.

Na seção de músicas, estas eram selecionadas e tinham suas mensagens analisadas.

A equipe do MEB, já reduzidíssima, desdobrava-se para manter o razoável nível de sua programação diária e a resposta não tardou: o envio de correspondência para o programa alcançou um grande número.

Mas logo surgiram as limitações de uma programação educativa sem um trabalho de assessoramento direto. A identificação do programa como claramente preocupado com os problemas sociais do meio rural maranhense, levou as comunidades a tenderem fazer dele um veículo para denúncias das injustiças de que eram vítimas em nossa estrutura social. Relatavam, através de correspondência, os fatos que as tinham atingido e pediam soluções. As denúncias envolviam desde problemas relacionados com a questão da propriedade da terra até a desassistência dos poderes públicos pelos quais passavam.

A equipe do MEB, por seu lado, pressentia não poder deixar de trazer os fatos ao programa e questioná-los sem correr o risco de comprometer a sua postura política já definida e apreendida.

De um modo geral, os fatos relatados através de cartas denunciavam como responsáveis diretos ou indiretos os poderes públicos e, como o programa divulgava essas informações, logo um outro tipo de audiência passou a ser evidenciada: a dos dirigentes de órgãos públicos.

Gerou-se dessa forma um clima de tensão entre a equipe do MEB e as autoridades constituídas que, de certo modo, atingia também toda a equipe da Rádio, já que havia um certo consenso na orientação de toda a sua programação. Não raro, autoridades contestaram o programa "Entre o Dia e a Noite", chegando inclusive a se deslocarem ao local de locução dos programas para apresentar pessoalmente seus protestos. Contudo, a equipe do MEB não se atemorizou, manteve seu posicionamento, o

que só foi possível pelo fato da direção da rádio se encontrar a cargo de uma ala progressista do laicato.

O posicionamento da equipe do MEB lhe custaria, porém, mais tarde, ter que se fazer presente na Polícia Federal para prestar depoimentos, fato este que só veio ocorrer após a paralização das atividades do MEB no Maranhão e o conseqüente encerramento do programa em maio de 1967.

Processo de Avaliação

No período de 1961 a 1965, encontramos o MEB com uma preocupação com a questão da avaliação de suas atividades, sem contudo esta avaliação se caracterizar como tecnicista.

A partir de 1965, parece que o processo de avaliação, com todas as "técnicas de controle", assumiu mais importância que o próprio desenvolvimento das atividades.³⁸ E não por acaso a palavra controle passou a ser associada à palavra avaliação. Daí por diante iniciou-se a fase de preocupação com a elaboração e sofisticação das técnicas de "controle e avaliação" e a importância da avaliação em si foi ofuscada.

O MEB/Maranhão, felizmente, não incorporou esta segunda fase do MEB em relação à questão da avaliação. Ficou apenas na primeira, pois antes que os reflexos desta nova postura do MEB/nacional chegasse neste Estado suas atividades foram encerradas.

A posição do MEB/MA em relação à avaliação de suas atividades, considerava que a Animação Popular não podia ser medida apenas pela simples constatação de modificações concretas nas comunidades pois, além disso, deveria ser auferida a forma pela qual as comunidades se estruturavam assumindo o desenvolvimento do trabalho a partir de seus próprios recursos.³⁹

O MEB atentava ainda para a importância do estudo dos pontos negativos e positivos diagnosticados objetivando uma ação futura mais e

O MEB atentava ainda para a importância do estudo dos pontos negativos e positivos diagnosticados objetivando uma ação futura mais eficiente a partir da detecção antecipada de possíveis pontos de estrangulamentos de sua ação e saneamento de suas causas.⁴⁰

Vejamos então quais os aspectos positivos, negativos e as dificuldades diagnosticadas pelo MEB no Maranhão.

Aspectos positivos.⁴¹

"- despertar de pessoas através da formação de consciência crítica:

- levá-los à ação;
- a ocorrência de pequenas mudanças nas comunidades por ação dos líderes;
- a própria equipe ter aprendido com as comunidades e com as exigências dos trabalhos”;⁴²
- contribuir para que os camponeses fossem capazes de buscar as causas dos fatos e conseqüentemente compreender que seus problemas são decorrentes da estrutura da sociedade brasileira;
- ter contribuído para que os camponeses assumissem uma perspectiva comunitária, no sentido de que a luta a ser travada extrapolava as reivindicações dos camponeses e abrangia a participação de todo o povo brasileiro na construção de uma sociedade nova;
- analisar os principais traços da mentalidade dos camponeses e, a partir dessa análise, tentar fornecer elementos que os levassem a superar os entraves que lhes impossibilitavam uma elevação cultural;
- adequar os métodos de trabalho a nível da consciência do lavrador e das condições ambientais;
- valorizar as formas válidas de comunicação dos camponeses, utilizando-se didaticamente e procurando incentivar o seu desenvolvimento”⁴³

Aspectos negativos:

- “– a não determinação de critérios para a escolha de áreas onde o MEB atuara;
- caravanas de estudantes não suficientemente preparados para o trabalho;⁴⁴
- deficiências na formação de líderes ocasionadas pela ênfase dada ao papel do líder como educador em detrimento de seu preparo para ações mais complexas;
- a condução do movimento rural de certa forma desarticulada de um movimento na capital que lhe desse respaldo”⁴⁵

Dificuldades apontadas:

- “– o difícil acesso aos lugares onde atuavam;
- instabilidade das populações;

- *desprovimento das comunidades de qualquer tipo de recursos;*⁴⁶
- *falta de material especializado sobre AnPo;*
- *falta de definição completa dos diversos passos de AnPo;*
- *falta de definição de até onde desejava chegar o trabalho de AnPo;*
- *falta de experiência da equipe do MEB*".⁴⁷

Vale ainda observar as considerações que emergiam como fruto das auto-avaliações que o MEB/MA se propunha e realizava. Nestas, a equipe admitia que era necessário assumir e analisar as suas deficiências e seus limites e tentar superá-los como exigência da autenticidade a que se propunha. Atribuía essas deficiências às deformações de mentalidade, atitudes e aspirações burguesas advindas, por sua vez, dos falsos valores dominantes na sociedade brasileira que, segundo a referida equipe, deviam ser eliminadas sob pena de comprometerem inteiramente os objetivos do trabalho que desenvolvia.⁴⁸

A equipe advertia que era fundamental a confiança no homem com quem estava trabalhando, o que somente poderia ser conseguido com o rompimento dos padrões incorporados em sua condição de vida e advertia ainda: é necessário acreditar na capacidade desse homem em desempenhar a função que teoricamente lhe atribuía, embora este fosse limitado pelas "bitolas" que a estrutura social lhe impunha.⁴⁹

Por outro lado, a equipe lembrava que estas considerações não deveriam compeli-la a uma atitude lífrica de aceitação e "deslumbramento" em relação a tudo o que vem do camponês.⁵⁰

Como podemos perceber, as auto-avaliações a que se submetia a equipe do MEB/MA, faziam emergir as profundas questões em que os intelectuais estão envolvidos pela sua condição de elementos estranhos às camadas populares.

De um modo geral o que pode ser apreendido da forma pela qual os elementos do MEB desenvolviam o seu processo de avaliação, é que a sua efetividade não dependeu prioritariamente de técnicas sofisticadas e previamente estabelecidas, mas principalmente do compromisso que, como intelectuais, assumiram com a ação que desenvolviam.

NOTAS

- 1 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. *Animação popular*. Rio de Janeiro, 1965. (apostila 5, série A) p. 10.
- 2 Id. *ibid.*
- 3 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. **MEB em cinco anos; 1961–1966** Rio de Janeiro, s. d. v. 2. p. 73.
- 4 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. *Animação popular*. Op. cit., p. 6.
- 5 Id. *ibid.* p. 5.
- 6 Id. *ibid.* p. 8.
- 7 “A seleção de líderes inicia-se pela definição progressiva desses líderes, desde os primeiros contatos da equipe com a comunidade, continua no treinamento e termina na ação. **Conclusões II do 1º Seminário de Animação Popular**. Rio de Janeiro, 1965. p. 9.
- 8 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. *Animação popular*. Op. cit., p. 8.
- 9 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. *Animação popular; caravana*. Rio de Janeiro, s. d. (Redação provisória para exame e crítica), p.5.
- 10 Denominação utilizada pelos ex-participantes de treinamentos do MEB entrevistados.
- 11 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. *Animação popular*. Op. cit., p. 8.
- 12 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. *Animação popular; caravana*. Op. cit., p. 6.
- 13 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. *Animação popular*. Op. cit., p. 9.
- 14 Dada a grande quantidade de material visual utilizada os camponeses dizem que o treinamento era para “analfabetos”.
- 15 Manteremos a disposição original em que foram datilografadas todas programações de treinamentos.
- 16 No item específico sobre as formas de engajamento decorrentes do processo de AnPo, veremos mais detalhadamente esta experiência.
- 17 Ver a programação do treinamento apresentado na p. 129
- 18 SANTOS, Maria José Romão. **Subsídios para a caracterização da visão de mundo do camponês**. s. d., 1963. p. 7.
- 19 Id. *ibid.*
- 20 GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 12.

- 21 Não reproduzido por encontrar-se ilegível.
- 22 A música "Pisa na fulô" a qual é feita referência é do compositor maranhense João do Vale.
- 23 GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da historia**. Op. cit., p. 27.
- 24 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. **Conclusões do I Seminário de Animação popular**. Rio de Janeiro, 1965. (apostila 5, série A) p. 2.
- 25 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. **Animação popular**. Op. cit., p. 9.
- 26 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. **Relatório anual de 1966**. Rio de Janeiro, 1967. p. 24.
- 27 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. **Animação popular**. Op. cit., p. 6.
- 28 Id. *ibid.*, p. 5.
- 29 Id. *ibid.*, p. 6.
- 30 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. **Animação popular; caravana**. Op. cit., p. 6.
- 31 LOBO – Maria Regina. **Experiência de sindicalização rural do Maranhão; de setembro de 1962 a março de 1964**. cit., 1965. p. 18.
- 32 SIQUEIRA, Maria de Lourdes. **La función de MEB en el proceso de desarrollo del noreste brasileno**. Patscuaro (México), CREFAL, 1967. p. 9.
- 33 LOBO, Maria Regina. Op. cit., Anexo 1.
- 24 Sobre o programa "Seu rádio virou escola", este foi o único registro encontrado.
- 25 **Novela e Novelo**. Jornal do Maranhão, São Luís, 2 jul. 1963. p. 8.
- 36 Quando abordarmos o assunto referente ao encerramento das atividades do MEB no Maranhão nos deteremos, mais especificamente, sobre o relacionamento da equipe com o clero.
- 37 LOBO, Maria Regine. Op. cit., Anexo 1.
- 38 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. **IV Encontro Nacional de Coordenadores**. Rio de Janeiro, 1966. p. 11.
- 39 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. **Animação popular**. Op. cit., p. 5.
- 40 Id. *ibid.*, p. 10.
- 41 Estes aspectos foram levantados pela equipe do MEB/MA num questionário aplicado pelo MEB constante do documento **Relatórios de Animação Popular**. Rio de Janeiro. Setor animação popular, 1965.
- 42 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. **Relatório de animação popular**. Op. cit., p. 7.

- 43 LOBO, Maria Regina. Op. cit., p. 17-20.
- 44 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. Relatório de animação popular. Op. cit., p. 7.
- 45 LOBO, Maria Regina. Op. cit., p. 20.
- 46 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. Relatório de animação popular. Op. cit., p. 8.
- 47 Id. ibid., p. 3.
- 48 SANTOS, Maria José Romão. Op. cit., p. 8.
- 49 Id. ibid.
- 50 LOBO, Maria Regina. Op. cit., p. 23.

CAPÍTULO VIII

FORMAS DE ENGAJAMENTO SUSCITADAS PELA ANIMAÇÃO POPULAR

Em decorrência ou mesmo ainda como parte do processo de AnPo, realizou-se no Estado do Maranhão o engajamento prático das comunidades em organização de escolas, cooperativas, associações de moradores de bairro e principalmente em sindicatos.

Vejamos como se verificaram estas formas de engajamento isoladamente, esclarecendo-se entretanto que, na prática, o engajamento em uma, não excluía a possibilidade de engajar-se em outra.

Escolas

As escolas organizadas pelas comunidades do Maranhão onde atuou o MEB surgiram como iniciativas decorrentes do processo Animação Popular e especificamente da necessidade que os camponeses sentiam de se alfabetizarem, quando engajados em sindicatos.

Estas escolas que, na realidade, eram em número inexpressivo e concentravam-se quase que exclusivamente no município de Pindaré-Mirim, funcionavam normalmente em uma das casas dos moradores da comunidade que tivesse espaço amplo ou em local próprio construído em mutirão e mantinham-se com os poucos recursos advindos de pequenos "clubes de vendas". Estes Clubes de Vendas eram pequenas redes de cooperativas de consumo que visavam atender às necessidades básicas das escolas no tocante ao material didático como: cadernos, lápis, borracha etc. Os professores eram os elementos disponíveis da comunidade que dominavam a leitura e a escrita, sendo que recebiam assessoramento do MEB para que o método de alfabetização envolvesse um processo de conscientização.¹

Mas, segundo depoimento da própria liderança do município do Pindaré-Mirim, Manuel da Conceição, o MEB e as lideranças estavam conscientes das limitações da mobilização de lavradores em função de organização de escolas, tanto que estas eram consideradas muito mais como um meio para justificar a presença das lideranças junto à "massa".²

Cooperativismo

Na realidade, quando o MEB iniciou suas atividades no Maranhão, to-

das as experiências com cooperativas de iniciativa da Igreja do Maranhão já demonstravam sua inviabilidade, mas como ainda existiam, passou a ser uma atribuição do MEB, por exigência da Igreja, prestar assessoramento a essas experiências numa linha de orientação cooperativista aos associados dessas cooperativas.

A equipe do MEB/MA deslocou-se constantemente para assessorar a experiência existente em Marianópolis, no município de Pedreiras, sem contudo, conforme depoimentos, acreditar na possibilidade de viabilização dessa cooperativa, isto porque, além de toda uma conjuntura desfavorável à estruturação da mesma, esta teria se efetivado com exageradas deturpações e sem a devida preparação dos cooperativados.

As cooperativas tinham uma base eminentemente capitalista e foi difícil coadunar a filosofia do MEB com a prática das cooperativas que comumente tinham em seu comando proprietários de terra.

De qualquer modo, como as experiências de cooperativas, não só de iniciativa da Igreja, mas também de particulares proliferaram, o MEB preocupou-se em, sistematicamente fornecer informações sobre cooperativas aos camponeses de sua área de atuação, pretendendo assim prepará-los para uma participação consciente e precavê-los contra muitas que, utilizando-se da proposta cooperativista, estavam apenas criando mais uma forma de ludibriação dos camponeses.³

Associações de Moradores de Bairros

O envolvimento do MEB no Maranhão com associações de moradores de bairros da capital veio dar-se principalmente, a partir de 1965, em decorrência da insuficiência de recursos que limitou as suas possibilidades de deslocamento para as áreas de atuação no interior do Estado.

Nessas circunstâncias o MEB decidiu-se por atuar em um bairro da periferia da capital, especificamente o Bairro de Fátima, onde a paróquia era assumida por padres progressistas que desenvolviam suas atividades centradas na organização dos moradores.

Como já existiam várias entidades representativas dos moradores desse bairro e até certo ponto em conflito, o MEB tomou a decisão de intervir na questão no sentido de viabilizar a criação de um Conselho de Bairro que envolvesse todas as instituições. Nesse sentido, desenvolveu um processo de conscientização das lideranças das várias instituições que inclusive veio mais tarde a inviabilizar a visível pretensão do Partido do governo em utilizar-se destas entidades.

Conjuntamente com a Paróquia, o MEB ainda contribuiu para as experiências do referido Bairro irradiarem-se pelos bairros periféricos e articularem-se com entidades idênticas às de outros bairros da capital.

O envolvimento do MEB com associações de moradores deu-se porém em um período muito restrito, pelo fato de já encontrar-se em plena fase de desativação que culminou com o encerramento definitivo de suas atividades.

Sindicalismo

As experiências com o Cooperativismo que a Igreja Católica tentara desenvolver no meio rural já demonstrara sua inviabilidade e intensificava-se no campo o processo de mobilização de sua população para a participação política através de órgãos de classe. Neste processo vários organismos direta ou indiretamente estavam envolvidos no que diz respeito à sua orientação, o que levou o próprio Estado e a Igreja a se decidirem por intervir.

Afinal estava caracterizada a interferência de outra corrente ideológica na zona rural, área onde até então a penetração, como interferência estranha e sistematizada, teria sido quase que exclusivamente da Igreja Católica.

Voltou-se então a Igreja para o sindicalismo no meio rural, principalmente nos Estados do Nordeste. São assim organizadas equipes compostas de elementos do laicato que, em princípio, teriam apenas a função de promover a educação sindical e indiretamente contribuir para a sua organização.

Por seu turno, o MEB, através das escolas radiofônicas, contribuiria para fortalecer a presença da Igreja no campo. Entretanto, em alguns Estados, a equipe constituída para se ocupar com o sindicalismo veio alocar-se na própria estrutura do MEB.

Em termos nacionais, posteriormente, a Igreja viria justificar a sua interferência no processo de sindicalização da seguinte forma:

“A educação de base não poderia prescindir de propiciar condições para concretização de um direito fundamental da pessoa: o direito de associação. Nesse sentido, enquanto o MEB desenvolvia o espírito comunitário e estimulava meios de organização, percebeu-se que o sindicato se mostrava como um dos instrumentos de maior dinamismo. Das as preocupações com o incentivo da sindicalização rural, constituída num complemento necessário à educação básica transmitida.”⁴

No Estado do Maranhão a Igreja não contava porém com uma equipe para ocupar-se com o sindicalismo nem tampouco com a possibilidade de implantar o Sistema de Escolas Radiofônicas, já que a REMAR ainda não funcionava. Criou-se então em 1962 o MEB neste Estado, incorporando a proposta sindical.

A Igreja Católica iniciava assim no Maranhão o desenvolvimento de uma ação paralela a já desenvolvida neste sentido pela ULTAB, no caso específico, através da ATAM. Esclarece-se, oportunamente, que no Maranhão as Ligas Camponesas não conseguiram expressão.

Assumindo como proposta básica a orientação sindical, o MEB no Maranhão centrou toda a ação da Animação Popular principalmente em função dessa proposta.

Vale ressaltar que o processo de mobilização dos camponeses com vistas à sua organização havia se iniciado em torno de associações onde a ATAM vinha exercendo suas atividades e em torno de sindicatos por experiências trazidas pelas correntes migratórias originárias do Nordeste que para este Estado se dirigiam. Por outro lado, a proposta sindical tinha sua receptividade favorecida pelo clima de tensão social existente em algumas áreas.

Esta proposta do MEB encontra, portanto, respaldo por parte da base, o que de certa forma, lhe dispensou de sequer ter de propô-la "não diretivamente". Em outras palavras, embora a orientação sindical já tivesse sido deliberadamente incorporada pela Igreja em alguns Estados, no Maranhão ela só se consubstancia por uma exigência da base, o que pode ser explicado pela conjuntura social e política daquele momento histórico.

Voltou-se o MEB/Maranhão para a orientação sindical através do processo de AnPo, embora em seus momentos iniciais sua intenção tenha sido sensibilizar as comunidades para a implantação de escolas radiofônicas, como já foi dito.

A reorientação do MEB pode ser percebida no conteúdo dos primeiros treinamentos realizados e no fato de ter se proposto a executar treinamentos específicos para lideranças sindicais.

É preciso porém atentar qui para a ênfase dada pelo MEB ao sindicato como órgão legal. Este fato, como todos, teve vários determinantes; entre eles destacamos:

zidas pelas correntes migratórias originárias do Nordeste que para este Estado se dirigiam. Por outro lado, a proposta sindical tinha sua receptividade favorecida pelo clima de tensão social existente em algumas áreas.

Esta proposta do MEB encontra, portanto, respaldo por parte da base, o que de certa forma, lhe dispensou de sequer ter de propô-la "não diretivamente". Em outras palavras, embora a orientação sindical já tivesse sido deliberadamente incorporada pela Igreja em alguns Estados, no Maranhão ela só se consubstancia por uma exigência da base, o que pode ser explicado pela conjuntura social e política daquele momento histórico.

Voltou-se o MEB/Maranhão para a orientação sindical através do processo de AnPo, embora em seus momentos iniciais sua intenção tenha sido sensibilizar as comunidades para a implantação de escolas radiofônicas, como já foi dito.

A reorientação do MEB pode ser percebida no conteúdo dos primeiros treinamentos realizados e no fato de ter se proposto a executar treinamentos específicos para lideranças sindicais.

É preciso porém atentar qui para a ênfase dada pelo MEB ao sindicato como órgão legal. Este fato, como todos, teve vários determinantes; entre eles destacamos:

- a necessidade percebida pelo Estado de atrelar aos seus aparelhos, para exercer controle, os órgãos de representação de classe dos camponeses neutralizando assim o processo de organização autônomo que vinha sendo desenvolvido;
- a falta de condições dos intelectuais envolvidos na questão em perceber que estavam sendo utilizados para a reprodução da ideologia inerente às justificativas da importância da legalização dos órgãos de classe;
- a incorporação, por parte das bases, da necessidade de possuírem um órgão de classe legalmente reconhecido, decorrente de uma relação estabelecida entre segurança e legalidade⁵ deliberadamente veiculada através da ideologia dominante.

- *a necessidade percebida pelo Estado de atrelar aos seus ap*
- *a necessidade percebida pelo Estado de atrelar aos seus aparelhos, para exercer controle, os órgãos de representação de classe dos camponeses neutralizando assim o processo de organização autônomo que vinha sendo desenvolvido;*
- *a falta de condições dos intelectuais envolvidos na questão em perceber que estavam sendo utilizados para a reprodução da ideologia inerente às justificativas da importância da legalização dos órgãos de classe;*
- *a incorporação, por parte das bases, da necessidade de possuírem um órgão de classe legalmente reconhecido, decorrente de uma relação estabelecida entre segurança e legalidade⁵ deliberadamente veiculada através da ideologia dominante.*

Em prejuízo, portanto, no caso maranhense, das experiências da ATAM que incentivavam a organização dos camponeses em associações autônomas, o MEB contribuiu para a subordinação das organizações dos camponeses aos aparelhos de Estado à medida que os orientou para um sindicalismo submetido aos dispositivos da legislação imposta pelo poder.

Admitir que em parte a origem do MEB deve-se a uma postura reacionária da Igreja, que para a época pode ser considerada progressista, não implica porém admitir um envolvimento ilimitado do laicato com as forças retrógradas da Igreja. Não resta dúvida que esse laicato tinha seus limites para compreensão das implicações de sua postura, mas também não corresponderia à realidade atribuir a ele uma relação de compromisso com a reprodução das relações de produção vigentes, pelo fato de terem estabelecido seu vínculo com os camponeses, via sindicalismo.

A equipe do MEB, composta de egressos da JUC, com experiência em política estudantil, fazia emergir as contradições de uma estrutura social que, conseguindo manter um clima de liberdades democráticas com um alto grau de liberdade de expressão e ação político-ideológica, favorecia essa emergência. Daí porque o parcial rompimento do MEB com as forças que o geraram e o envolveram com o sindicalismo só pode ser entendido através de uma concepção dialética da realidade.

Acontecia que o MEB, envolto em sua postura definida de estabelecer vínculos com as camadas populares do meio rural, no sentido de contribuir para a elaboração de nova cultura que continha inerentemente uma contra-ideologia, não teve condições de apreender todas as implicações e os limites de órgãos de classes atrelados ao poder por dispositivos legais.

Daí porque a proposta sindical que o MEB se propunha difundir não foi coerente com seus limites, embora não se questione de modo algum sua validade, pois a concepção de sindicato difundida pelo MEB tinha como base a autenticidade e a democracia interna,⁶ tendendo conseqüentemente a defender os interesses da classe. Com esta preocupação, nos treinamentos de líderes sindicais advertia:

“Havia e continua haver portanto urgente necessidade de preparação das lideranças a fim de que o sindicalismo rural não seja marcado pelos vícios do sindicalismo urbano, representando assim um meio autêntico de promoção e emancipação do povo brasileiro.”⁷

Por outro lado, a atitude legalista assumida pelo MEB/MA implicitamente continha uma certa crítica às associações a que já nos referimos. De fato este Movimento, por um certo período, desenvolveu suas atividades declaradamente em oposição às associações orientadas pela ATAM; esta, por sua

vez, com as conclusões de sua análise mecanicista contra-atacava o MEB da seguinte forma: sindicato orientado pelo MEB é sindicato de Igreja, Igreja é aliada dos latifundiários, logo a orientação do MEB é vinculada aos interesses dos latifundiários.⁸

Na realidade o envolvimento do MEB com o sindicalismo rural no Maranhão não pode ser entendido sem o correlacionarmos com as atividades da ATAM. Por essa razão, tentaremos, na medida do possível, analisá-las paralelamente, embora dando um enfoque maior às ações do MEB que são o nosso objeto de estudo.

O MEB, através da AnPo, desenvolveu um processo de conscientização. Realizou um trabalho lento, com assessoramento sistemático e defendendo a posição de que somente dessa forma seria possível o camponês assumir conscientemente a organização sindical e exercer pressão no sentido da obtenção da reforma agrária.

A ATAM, com recursos financeiros e humanos bastante limitados, desenvolvia suas atividades numa perspectiva radical e imediatista.

Em decorrência da campanha de sindicalização rural promovida pela ULTAB com base nas conclusões do I Congresso Nacional de Trabalhadores Agrícolas, realizado em 1961, a ATAM passou a reorientar sua ação em função da transformação das suas associações em sindicatos.

Neste mesmo ano, cinco municípios onde o MEB atuava, Cantanhede, Matinha, Pindaré-Mirim, Pirapemas e Viana, fundaram os seus sindicatos, sendo que as atividades deste Movimento se intensificaram, principalmente nos três últimos municípios.

A fundação do sindicato de Pindaré-Mirim teve como principais comunidades envolvidas as de Alto da Cruz, Bacabeira, Barro Vermelho, Centro dos Borjas, Colônia Fimentel, Galo, Lage Grande, Mata, Mandiocal, Morada Nova, Muriçoca, Olho D'Água dos Carneiros, Pitombeira, Santa Filomena, Santa Inês,⁹ São José do Aterrado, São José do Rufi e Serrinha.

Em Pirapemas a fundação de seu sindicato envolveu as comunidades de Corante, Lagoa Seca, Paciência, Pedra Grande, Salta Pau, Santa Rosa e Vajão.

Viana, onde a atuação do seu sindicato, fundado no final de 1963,¹⁰ sempre foi bastante questionada, envolveu nessa iniciativa apenas as comunidades de Bacurizeiro, Ibacá e Santa Tereza.

Estas comunidades tinham como características básicas: localizarem-se nas zonas rurais dos municípios, constituírem povoados com população rala ou densa e terem sua força de trabalho engajada na agricultura.

Vejamos como o processo de Animação Popular desenvolveu-se através de seus líderes até alcançar o momento da fundação dos sindicatos:

“Segundo o interesse e as necessidades, os líderes come-

çaram a fazer reuniões periódicas em diversos povoados para discutirem problemas locais, municipais, estaduais e nacionais de interesse do povo. Nestas reuniões discutiam as "esquetes", improvisadas por eles mesmos, canções, noticiários de rádios, etc. Com isto, a par de alguns trabalhos concretos (fundação de escolas em muitos povoados, participação na cooperativa, etc.) foram exercitando a sua liderança, descobrindo outros líderes, desenvolvendo o sentido comunitário, o hábito de reflexão em grupo e a cooperação efetiva entre moradores, atingindo pouco a pouco, principalmente os povoados mais importantes de seus municípios. De modo que, quando da fundação dos sindicatos no ano seguinte, já havia (principalmente em Pindaré-Mirim) organizações dos lavradores partindo de cada povoado — em cada um havia dois (2) ou três (3) líderes (animadores locais), responsáveis pelo esclarecimento do povo, que se encontravam periodicamente com os demais líderes do município. Essas reuniões eram ocasião de revisão do trabalho de cada um, estudo de aspectos novos, reflexão sobre o sentido do trabalho e planejamento. Geralmente o MEB participava apenas destes encontros, pois as reuniões nas comunidades rapidamente passaram a ser dirigidas por eles próprios, embora sempre que possível e necessário, o MEB comparecesse".¹¹

Percebe-se a preocupação do MEB em desenvolver um processo educativo que oportunizasse a conscientização necessária para uma participação autêntica em órgãos de classe, especificamente em sindicatos, ao mesmo tempo em que estimulava um desenvolvimento comunitário.¹²

Esta preparação dos camponeses para uma participação consciente em seus sindicatos, contudo, parece não ter dispensado o MEB da iniciativa de difundir um modelo de estatuto para os sindicatos que em cada município era adequado à sua especificidade, o que é esclarecido da seguinte forma:

"Quando o MEB voltou, trouxe um estatuto que já tinha uma série de normas. Você não tinha o direito de usar todo o estatuto. Tinha que pegar alguns artigos para desenvolver, adequar à área; botar o nome do município e assinar pela diretoria do sindicato".¹³

As limitações dos camponeses decorrentes de sua inexperiência em ór-

gãos de classe e seu nível de alfabetização justificavam esse tipo de atitude do MEB, como também justificavam o acompanhamento do processo para o reconhecimento oficial dos sindicatos por um advogado que voluntariamente se incumbia desse acompanhamento.

Estes sindicatos, por algum tempo, passaram a gozar de um certo respeito junto aos latifundiários pela sua legalidade e por estarem sob a orientação da Igreja. O que pode ser constatado através de afirmações como as seguintes:

“Agora nós tínhamos uma lei que protegia o direito do trabalhador, quer dizer, nós poderíamos em torno dela lutar pelos nossos direitos”.¹⁴

“Bem, agora sentiam-se apoiados pela lei e pela Igreja”.¹⁵

A ATAM, por sua vez, contava com sete sindicatos, todos eles resultantes de transformações de associações.

Acrescente-se que na época o Estado do Maranhão contava com apenas três sindicatos reconhecidos.¹⁶ Catorze aguardavam o seu reconhecimento, entre eles todos os das áreas de atuação do MEB, dois orientados pelos partidos políticos UDN e PDC e alguns orientados pela ATAM.

Um fato novo veio, porém, alterar os princípios até então adotados pelo MEB em relação à orientação sindical. Este fato foi a perspectiva de fundação da Federação dos Trabalhadores Rurais do Maranhão, FTRM.

A ULTAB, em novembro de 1963, propôs ao MEB e à ATAM que conjugassem esforços no sentido de viabilizarem a fundação da referida Federação.

O MEB percebeu que as lideranças por ele treinadas não possuíam experiências suficientes para se envolverem numa política sindical desse nível; entretanto, elas não poderiam imiscuir-se, sob pena de se tornarem co-responsáveis pelos rumos que a Federação viesse a tomar.

Foi providenciado então, quase em caráter emergencial, um treinamento de “politização” para as lideranças sindicais de sua área de atuação, que foi realizado ainda em novembro de 1963.

Já neste treinamento, os camponeses presentes, tomando conhecimento da necessidade de fundação da Federação, decidiram-se por fundá-la imediatamente, inclusive o fizeram à revelia da ATAM e elegeram a sua primeira diretoria.¹⁷ Esta iniciativa deveu-se ao temor que tinha o MEB de que a Federação fosse criada pela ATAM onde as lideranças por ele orientadas provavelmente não teriam vez.

A ATAM por seu turno, embora contando com a maioria dos sindicatos maranhenses, por encontrar-se desarticulada não teve a mesma iniciativa do MEB.

Entretanto, ocorria que se aproximava a eleição da diretoria da Confederação dos Trabalhadores Agrícolas, CONTAG, órgão criado em dezembro de 1963 em substituição à ULTAB onde, obviamente, ao antigo comando desta última interessava contar com a maioria das Federações.

A ULTAB estava segura de não poder contar com o apoio da Federação maranhense; caso a sua diretoria fosse composta por lideranças orientadas pelo MEB e o mais agravante era que este começava a penetrar em sua área de atuação, municípios localizados à margem da Estrada de Ferro,¹⁸ incorporando suas lideranças.

Pouco adiantou, portanto, a iniciativa apressada do MEB em providenciar a fundação da Federação, pois a ULTAB contava com um prestígio superior ao do laicato junto à Comissão de Sindicalização Rural, CNSR, do Ministério do Trabalho. Logo, o reconhecimento oficial da Federação do Maranhão fundada por iniciativa do MEB, não teve a menor chance.

Informado desse fato, o MEB tentou recuperar-se junto à ATAM acreditando que estrategicamente era preferível que as lideranças por ele orientadas ficassem em minoria na diretoria da Federação do que nela não serem representadas, já que, por pressão da ULTAB, já tinha sido inclusive boicotado o envio de passagens para os lavradores maranhenses participarem de eleição da primeira diretoria da CONTAG.

O MEB providenciou o cancelamento do pedido de reconhecimento da Federação que precipitadamente foi fundada e conjuntamente com a ATAM marcou para fevereiro a fundação da Federação.

Ambas as Instituições iniciam então a denominada "corrida sindical". Tanto o MEB como a ATAM almejavam viabilizar senão a eleição de sua chapa para a diretoria, pelo menos garantir a condição de poderem impor a maioria, caso a saída fosse a composição, o que somente poderia ser possível ao grupo que em princípio possuísse o maior número de sindicatos presentes na fundação da Federação.

O MEB estava consciente das implicações da "corrida sindical" em função da organização de sindicatos. Não restava dúvida que o trabalho de AnPo teria sua qualidade comprometida, mas acreditava o MEB que o fim justificava os meios, no caso, e tentou atenuar essa evidente baixa de qualidade envolvendo líderes já treinados no processo de mobilização de camponeses para a fundação de novos sindicatos em outros municípios.

Este Movimento admitia que as lideranças de sua área de atuação não estavam preparadas para assumir as exigências desta fase do sindicalismo no Maranhão e como fruto de suas reflexões chegou às seguintes conclusões:

“... na política há momentos decisivos, em que são necessários líderes de gabarito que, na disputa com outros grupos ideológicos, consigam ganhar a liderança das massas e orientá-las para que sua ação se faça no momento oportuno e não desviada”.¹⁹

“É evidente que só a vivência poderá dar esta dimensão aos líderes. No entanto o estudo de fatos, a reflexão sobre implicações de determinadas atitudes, a análise da psicologia da massa (exemplo; na participação da atividade de outros sindicatos e de concentração política), podem ajudar imensamente os líderes”.²⁰

Preocupado com os rumos que tomava a “corrida sindical”, que podia ser entendida inclusive como utilização dos camponeses, o MEB avaliou a possibilidade de levantar essa questão junto ao PC.²¹ Percebeu, entretanto, que a conjuntura maranhense não permitia tal iniciativa, já que a ala conservadora da Igreja mantinha uma permanente vigilância sobre ele e lhe fazia constantes ataques, inclusive através do jornal da própria Arquidiocese, como vimos.

Na realidade o MEB entrou na “corrida sindical” com desvantagem em relação a ATAM pois, além de não contar com a maioria dos sindicatos, as lideranças sob sua orientação não tinham experiência em política sindical ao nível exigido no momento. E ainda o agravamento das tensões no município de Pindaré, que inclusive já tinham implicado a prisão e renúncia do presidente desse sindicato que se radicalizava com o seu substituto, não lhe permitia poder contar com a participação dessas lideranças, que eram as de maior expressividade de sua área de atuação.

Nestas condições, o MEB recorreu à Ação Popular, AP, organização de esquerda de origem católica, pela experiência em sindicalização rural que esta possuía.

A AP imediatamente entrou em ação e conseguindo a adesão de dezesseis sindicatos, inclusive os comprometidos com o PDC e UDN, surpreendeu a ATAM no momento da fundação da federação, em dezesseis de fevereiro de 1964.

A ATAM utilizou então a última alternativa que lhe restava: fez com que fosse anulado quatro processos de legalização de sindicatos desse grupo.

O grupo dos dezesseis retirou-se do recinto e num outro local fundou uma outra Federação.

Duas Federações foram portanto fundadas no mesmo dia e ambas ingressaram com processos distintos para o seu reconhecimento como órgãos maranhenses máximos de representação dos camponeses.

A ATAM iniciou a partir daí uma campanha sistemática através da imprensa com vistas a sensibilizar a opinião pública no sentido de favorecer a legalização da Federação criada sob sua orientação. Ao MEB passou a ser atribuída a responsabilidade pela cisão do movimento camponês do Maranhão.²²

Acusado dessa forma pela esquerda e acusado de “movimento comunista disfarçado” pela conservadora da Igreja e pelos proprietários de terra, pagava assim o MEB ou pela sua originalidade e autenticidade ou mesmo pela tentativa inviável de assumir uma postura neutra numa correlação de forças antagônicas entre o PC e a Igreja Católica.

Decidiu-se então o MEB pelo não acirramento do confronto com a ATAM, já que percebera que o único prejudicado com fatos dessa ordem era realmente o movimento camponês. Reorientou sua ação e planejou uma campanha com vistas à mobilização da opinião pública de São Luís para a realidade do camponês do Maranhão e especificamente para os problemas da região do Pindaré que se agravavam.

A execução desse plano é desta forma relatado:

“Esse plano começou a ser executado – fizemos uma série de reuniões com advogados, professores, estudantes, operários, padres, alguns lavradores e com eles traçamos o plano de mobilização de S. Luís; realização concomitantemente de assembléia nas faculdades e concentrações nos bairros, passeatas dos estudantes calouros, cujo tema seria a situação do meio rural culminando com uma grande concentração no dia do julgamento do “Habeas-Corpus” de José Vicente (presidente do sindicato de Pindaré-Mirim). Ao mesmo tempo articulamos a ida de lavradores a Brasília e Rio – caso fosse necessário medida Federal e também para promover o grupo de lavradores junto a SUPRA, CNSR e CONTAG. Estas articulações foram feitas até o fim de março.”²³

Entretantes o MEB, percebendo a necessidade de reorientar a sua atuação, buscou através de avaliações obter subsídios para essa reorientação e detectou como problemas.²⁴

- a diversidade das áreas em que trabalhava e a sua dispersão geográfica;
- o difícil acesso à maioria das comunidades onde atuava que inclusive, no período de chuvas ficava isolada por um período de quase seis meses;
- o não reconhecimento da importância do trabalho conjunto com a ATAM o que implicou o isolamento dos sindicatos do MEB;
- a inexpressividade do número de sindicatos em relação ao número de municípios do Estado que impedia o desenvolvimento de uma luta sindical abrangente;
- as implicações advindas da co-responsabilidade assumida pelo MEB em relação às ações dos sindicatos à medida que o seu assessoramento não dicotomizava o processo de Animação dos engajamentos práticos que ela suscitava;²⁵
- a preparação insuficiente da equipe do MEB para um assessoramento sindical especializado;
- a inexistência de um assessoramento jurídico sistemático aos sindicatos.

Acrescentaríamos como o mais grave problema: a cisão do movimento camponês maranhense pelo sectarismo dos intelectuais que os orientaram.

Sobrevieram os acontecimentos de abril de 1964 e o MEB tinha, no que se refere à sindicalização rural, a seguinte situação caracterizada.²⁶

- sindicatos organizados como resultados de um processo de AnPo, onde os seus sócios e principalmente as suas lideranças tinham alcançado um certo nível de conscientização, mas que exigiam ainda a continuidade do assessoramento do MEB;
- assessoramento do MEB;

- sindicatos organizados independentemente do processo de Animação Popular decorrentes da “corrida sindical”;

- sindicatos sob a orientação da ATAM como seus associados necessitando de uma “educação de base”;

- duas Federações fundadas exigindo urgente definição de qual seria oficializada.²⁷

Provavelmente os camponeses não percebiam toda a dimensão e implicação do conflito em que estavam envolvidos, causados pelas divergências ideológicas e doutrinárias entre o PC e a Igreja Católica, mas tinham consciência das divergências, tanto que, após os acontecimentos de abril de 1964, os camponeses dos municípios trabalhados pelo MEB por um certo momento sentiram-se vitoriosos, pois, já que “os comunistas tinham sido derrotados, a Igreja tinha vencido.”²⁸

Vale ressaltar finalmente que desde novembro de 1963 a Igreja percebeu que os rumos que estava tomando o movimento sindical lhe impossi-

bilitava a manutenção do controle pretendido, ao mesmo tempo que se mostrava visível a tentativa do MEB em desvencilhar-se de sua orientação doutrinária e ideologia subjacente.

Diante de tal constatação, a Igreja recuou do seu envolvimento com o sindicalismo e em novembro de 1963 o presidente do MEB posicionava-se:

“Um conhecimento mínimo do trabalho de sindicalização mostrará que, por sua própria natureza, ele leva a uma radicalização crescente. O clima do País, face à má colocação do que seria uma Reforma Agrária e a reação da imensa maioria dos proprietários ao simples nome do sindicato, tem gerado uma sectarização dos diferentes grupos. Parece claro que a ação sindical, campo exclusivo dos trabalhadores, dos camponeses, passa a exigir uma mensagem correspondente à conjuntura e aos seus anseios de libertação, à qual o MEB estaria impossibilitado de atender, enquanto Movimento de objetivos educativos. Outros organismos poderão ajudá-los nisso.”²⁹

Este posicionamento contribuiu para decisão do MEB/MA de estimular a criação de uma entidade civil com a finalidade de responsabilizar-se diretamente pela organização sindical enquanto ele, restringiria a sua atuação apenas ao que concernia à educação sindical.

O grupo que iria responsabilizar-se pela referida entidade contaria com a participação de elementos do MEB, especificamente aqueles mais diretamente envolvidos com a questão sindical. Estes elementos chegaram, inclusive, a desligar-se do referido Movimento no Maranhão.

Foram mantidos contatos com a Superintendência para a Reforma Agrária com vistas à consecução de recursos financeiros para a manutenção dessa entidade, entretanto, em decorrência dos acontecimentos de abril de 1964, o funcionamento desta entidade foi inviabilizado.

NOTAS

- 1 CONCEIÇÃO, Manuel da. *Essa terra é nossa*. Petrópolis, Vozes, 1980. p. 95.
- 2 Id. *ibid.*, p. 94-5.
- 3 Id. *ibid.*, p. 97-9.
- 4 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. *Documento de Roma*. Rio de Janeiro, 1963. p. 3.
- 5 CONCEIÇÃO, Manuel da. *Op. cit.*, p. 100.
- 6 CARVALHO, Márcia Siqueira de. *Canais de representação das classes sociais no campo à luz da expropriação da terra; o sindicato de Pindaré-Mirim*. Projeto de Dissertação. Curso de Mestrado em Desenvolvimento Agrícola. Rio de Janeiro, FGV, 1980. p. 27.
- 7 LOBO, Maria Regina. *Experiência de sindicalização rural do Maranhão; de setembro de 1962 a março de 1964, s. d. 1965*. p. 3.
- 8 CONCEIÇÃO, Manuel da. *Op. cit.*, p. 113.
- 9 Posteriormente, em 19.12.1966, este povoado tornou-se município.
- 10 Todos estes sindicatos só foram reconhecidos pelo Ministério do Trabalho a partir de 1966.
- 11 LOBO, Maria Regine. *Op. cit.*, p. 5.
- 12 Id. *ibid.*, p. 5.
- 13 CONCEIÇÃO, Manuel da. *Op. cit.*, p. 100.
- 14 Id. *ibid.*, p. 94.
- 15 Id. *ibid.*, p. 90.
- 16 ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. *Transformações econômicas do campo Maranhense*. São Luís, CPT, 1981. v. 5, p. 61.
- 17 LOBO, Maria Regina. *Op. cit.*, p. 6.
- 18 Da área da estrada de ferro o MEB já tinha penetrado nos municípios de Catanhede, Coroatá e Pirapemas.
- 19 LOBO, Maria Regina. *Op. cit.*, p. 20.
- 20 Id. *ibid.*, p. 21.
- 21 Id. *ibid.*, p. 9.
- 22 Id. *ibid.*, p. 17.
- 23 Id. *ibid.*, p. 12.
- 24 Id. *ibid.*, p. 13, 15, 21.
- 25 Esta observação é decorrente do envolvimento do MEB em um processo instaurado pelo Delegado de Polícia do Pindaré onde este Movimento foi responsabilizado pelos conflitos existentes no meio rural deste município. LOBO, Maria Regina. *Op. cit.*, observação 3.

- 26 Id. *ibid.*, p. 26.
- 27 CONCEIÇÃO, Manuel da. *Op. cit.*, p. 112.
- 28 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. *Documento de Roma. Op. cit.*, p. 3.
- 29 Nenhuma das duas Federações conseguiu reconhecimento Oficial e somente em 1972 foi fundada a atual Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Maranhão, FETAEMA.

CAPÍTULO IX

ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DO MEB NO MARANHÃO

Os acontecimentos de abril de 1964 trouxeram para o Movimento de Educação de Base, como para todos os outros movimentos dessa natureza, implicações políticas que o conduziram a um processo de desarticulação, sendo que, no caso do MEB/MA, determinaram inclusive o encerramento de suas atividades.

Em abril de 1964 o MEB/MA foi vítima dos seguintes fatos:

“... denúncias ao 24 BC e à Secretaria de Segurança do Estado; vistoria da casa particular de alguns elementos do MEB; interdição desta residência pela polícia do Estado durante cinco dias consecutivos; depoimentos no 24 BC de alguns dos responsáveis pelo MEB no Estado”.¹

Como agravante da situação em que se encontrava o MEB, ainda houve o incidente do confisco de parte da edição de sua cartilha, no Rio de Janeiro, pela polícia, na administração do Governador Carlos Lacerda, em fevereiro de 1964, sob a suspeita de possuir conteúdo subversivo, fato que foi amplamente divulgado pela imprensa do Maranhão.²

Estes fatos tiveram enorme repercussão no Estado e sua intensa divulgação no interior foi realizada com o intuito de desprestigiar o MEB junto aos lavradores,³ já que como sabemos, a propaganda anticomunista disseminada naquele período alcançava os seus objetivos. Por outro lado, vale lembrar que o próprio MEB teria contribuído para que os camponeses de sua área de atuação assumissem uma postura anticomunista. Não esqueçamos que a divergência, entre MEB e ATAM na realidade era reflexo da divergência, dos princípios ideológicos nos quais se assentavam as posturas da Igreja Católica e do Partido Comunista.

Embora tendo ficado comprovado o não envolvimento do MEB com o PC,⁴ para a ala conservadora da Igreja e para os proprietários de terras, as suas suspeitas tinham sido confirmadas, enquanto que para os camponeses esses acontecimentos disseminaram um clima de insegurança.

Contraditoriamente, se antes destes acontecimentos não existiu possibilidade de uma integração das atividades do MEB com as da ATAM, depois deles, quando ambos passam a receber dos aparelhos de repressão tratamentos

iguais, essa possibilidade teve chances de ser viabilizada. O novo poder instalado, dispensando a estes órgãos, tratamento quase idêntico, teve o mérito de fazê-los entender aquilo que as liberdades democráticas não tiveram.

Já para as comemorações do 1º de maio de 1964, ambas as instituições planejaram conjuntamente uma grande manifestação a ser realizada no município de Coroatá onde se fariam presentes todas as lideranças sindicais do meio rural maranhense e deveriam posicionar-se frente aos acontecimentos, principalmente no que se refere às pressões de que estavam sendo vítimas. Esta manifestação teve, entretanto, de ser cancelada em virtude da inexistência da mínima segurança necessária para sua realização. Daí por diante o clima de insegurança e perseguições se encarregou de desarticular o movimento camponês maranhense.

Como decorrência dessas implicações políticas, as dificuldades financeiras pelas quais o MEB passava, por seu turno, contribuíram ainda mais para impossibilitar a continuidade de seu assessoramento. A renovação do convênio que deveria ser assinado com o novo grupo que ascendeu ao poder só veio a realizar-se em junho e mesmo assim a liberação dos recursos decorrentes não se verificou dentro dos prazos estabelecidos, agravando um problema que o MEB enfrentava desde 1961.

Até setembro de 1964 as atividades de assessoramento do MEB foram totalmente paralisadas, voltando a ser realizadas em caráter bastante sistemático, posteriormente.

Em 1965, com a inviabilidade da continuidade do movimento sindical, já que quase todas as sedes dos sindicatos tinham sido vistoriadas e em muitos casos interditadas, as suas lideranças foram quase que totalmente envolvidas na disputa eleitoral que se realizava nesse ano.

Os partidos políticos de oposição lideradas por José Sarney, coligaram-se com a pretensão de desestabilizarem a hegemonia do poder político maranhense vigente e buscaram o apoio das camadas populares com vistas à sua legitimação. As lideranças sindicais desarticuladas e praticamente abandonadas pelos intelectuais que as assessoravam, tornaram-se vulneráveis à ação dos candidatos que as envolverem em suas campanhas eleitorais.

Estas lideranças acreditavam que a simples substituição dos grupos no poder poderia viabilizar o livre funcionamento de seus sindicatos, isto porque os postulantes aos cargos do governo, estrategicamente, demonstravam-se sensíveis aos problemas que afligiam não só o campesinato mas as camadas populares em geral.

Com a adesão da massa, comprovada através do resultado das eleições realizadas em 1965, um novo grupo ascendeu ao poder político do Maranhão, mas as expectativas das lideranças foram rapidamente desfeitas. Como historicamente vem ocorrendo, na realidade teria se realizado apenas a substituição

de grupos no poder; a ordem vigente seria mantida agora sob os auspícios da modernização. Sob os argumentos da ideologia desenvolvimentista, onde todos são beneficiados com o “desenvolvimento”, a existência dos órgãos de representação de classe era dispensada.⁵ Consolidou-se portanto a inviabilidade de amparo legal para uma organização sindical autêntica naquele período no Maranhão.

Enfim, a aliança entre partidos políticos e camadas populares teria sido utilizada apenas para que estas últimas oportunizassem a legitimação do novo grupo no poder. Feito isto, a participação dessas camadas no jogo político passou a ser dispensada.

Considerado como agência de subversão da ordem estabelecida e com suas crises financeiras agravadas,⁶ o MEB encontrava-se em 1966 com as suas atividades praticamente paralisadas. Em suas áreas de atuação contava com pessoal reduzido e submetido às pressões políticas.⁷

Em suas poucas viagens de supervisão, o MEB tentava rearticular o movimento camponês, mas já se admitia sem condições de dar continuidade ao trabalho.

A AP, agora na clandestinidade, vinha tentando uma reaproximação com as lideranças da área de atuação do MEB, e, sem que houvesse um consenso por parte de sua equipe, alguns elementos dele fizeram a intermediação que viabilizou aquela reaproximação. O relacionamento do MEB/MA com a AP, entretanto, não agradava à equipe do MEB/nacional.

Reorganizado o movimento camponês do Pindaré, desta vez mais experiente e perseguido pelos aparelhos de repressão do Estado, não teve como prioridade a luta pela sua legalização. O problema mais tangível dos camponeses desse município continuava sendo a destruição de suas culturas pelo gado de propriedade dos fazendeiros. A busca de solução para este problema continuou sendo a frente de luta desencadeada por este sindicato.

A atuação do “sindicato livre” radicalizou-se,⁹ o que implicou na identificação da equipe do MEB/MA como uma das mais radicalizadas, quando na realidade os rumos que tomava o movimento camponês do Pindaré já não eram devidos à sua orientação.

Por outro lado, a equipe do MEB também já não mais possuía as condições necessárias para manter a programação radiofônica que lançava ao ar diariamente. Nos outros municípios de sua área de atuação, o movimento camponês, por sua vez, já se encontrava em plena fase de desarticulação ou subordinação aos aparelhos de Estado.

As relações da equipe com a Hierarquia já eram mantidas de forma demasiadamente formal. O arcebispo que viabilizara a existência desse Movimento no Maranhão já fora transferido, como também o seu substituto,

D. Antonio Fragoso, que sempre dera um incondicional apoio a essa experiência. A Igreja no Brasil, por seu turno, já sofrera as rearticulações necessárias à manutenção do seu bom relacionamento com os representantes do poder.

Na realidade a equipe do MEB/MA nunca recebera do clero, com raras exceções, sequer um tratamento cortês. Não era raro encontrar-se Vigários com relações de parentesco próximos de latifundiários ou mesmo encontrar-se Paróquias latifundiárias ou fazendeiras. Houve vários incidentes nos quais quase sempre o Arcebispo D. Delgado tinha tido uma postura favorável à equipe do MEB, o que contribuía para impedir que os ataques a este Movimento se realizassem com frequência.

Acontecia que a fama de anticlerismo que o MEB assumiu conjugado com o fato de desenvolver um trabalho diretamente assumido pelo laicato contribuíam para este posicionamento do clero, embora não o determinasse.

Estava inviabilizada, portanto, a continuidade das atividades do MEB no Maranhão, o que fez surgir a proposta do seu encerramento que se efetivou em junho de 1967.

O programa do MEB na REMAR, porém, teve continuidade, agora a cargo de uma equipe da própria emissora que manteve a sua linha de orientação e, em 6 de setembro do mesmo ano, o programa "Entre o Dia e a Noite" foi lançado ao ar pela última vez. Acusado de subversivo pela Subdelegacia Regional da Polícia Federal, ocasionou a suspensão das emissões da Rádio Educadora pelo prazo de oito dias através da Portaria 005/67 da TCOP/STR/MA.

Estava dessa forma exterminado o último resquício do MEB/MA como instituição. A sua equipe, como ocorreu nacionalmente com a quase totalidade dos ex-integrantes do MEB, foi absorvida por um órgão do Estado sendo que, no caso maranhense especificamente, a equipe elaborou junto à Secretaria de Educação do Estado um projeto de educação popular para o meio rural e tentou executá-lo. Este projeto denominou-se "Projeto João de Barro".

NOTAS

- 1 LOBO, Maria Regina. **Experiência de sindicalização rural do Maranhão;** de setembro de 1962 a março de 1964. s.s., 1965. p. 16.
- 2 **FACISMO na Guanabara. Jornal do povo.** São Luís, 23 de fevereiro de 1964. p. 1.
- 3 LOBO, Maria Regina. *Op. cit.*, p. 16.
- 4 *Id. ibid.*
- 5 **CONCEIÇÃO, Manuel da. Essa terra é nossa.** Petrópolis, Vozes, 1980. p. 127.
- 6 LOBO, Maria Regina. *Op. cit.*, p. 17.
- 7 **SIQUEIRA, Maria de Lourdes. La función de MEB en el proceso de desarrollo del noreste brasileño.** Patscuaro (México) CREFAL, 1967. p. 17.
- 8 Esta afirmação foi feita por vários dos ex-participantes da equipe do MEB quando entrevistados.
- 9 Sobre o desenvolvimento do movimento sindical no município de Pindaré-Mirim sugerimos **CARVALHO, Márcia Siqueira. Canais de representação das classes sociais no campo à luz da expropriação da terra; o sindicato de Pindaré-Mirim.** Projeto de Dissertação. Curso de Mestrado em Desenvolvimento agrícola. Rio de Janeiro F.G.V., 1980.

CONCLUSÕES

A emergência das camadas populares à vida política no Brasil, teve como determinantes várias fatores intrínsecos e dinamicamente relacionados. Entre eles, verificou-se a crise de hegemonia dos grupos dominantes que eclodiu e, por sua vez, possibilitou a outros grupos não diretamente a eles vinculados ascenderem ao poder político da sociedade brasileira. Estes para obterem bases que os legitimassem, favoreceram a participação política das camadas populares, que também neste sentido já vinham exercendo pressões.

Verificou-se então uma evolução do nível de consciência e organização das camadas populares com o desenvolvimento de suas lutas e a colaboração dos intelectuais. Como consequência, a manipulação destas camadas pela "política de massas" foi dificultada, o que, para os grupos dominantes, passou a significar uma ameaça à manutenção da ordem vigente e, em última instância, também à manutenção do sistema capitalista de produção em nossa sociedade.

A década de 1960 iniciou-se com uma generalizada crise de hegemonia da classe dominante que implicou uma ponderável perda da direção da sociedade, pelo processo de difusão de uma contra-ideologia que vinha se realizando, onde houve uma fundamental contribuição dos intelectuais vinculados às camadas populares no sentido de instrumentalizá-las para perceberem o antagonismo que existia entre seus interesses e a estrutura social vigente no país. Nos termos de Gramsci, esta contribuição deu-se através de um processo que visava realizar reformas morais e intelectuais que possibilitassem às camadas populares a compreensão da sociedade como historicamente construída e portanto passível de mudanças.

Muitos intelectuais vinculados à causas populares optaram por um engajamento em experiências de educação popular que naquela conjuntura dos anos de 1960, puderam ser realizadas.

As reflexões que fizemos sobre a educação popular nos levaram a entendê-la como todo e qualquer processo educacional efetivado pelas camadas populares, sendo que para levá-las a liberarem-se da condição de exploradas e dominadas, essa educação popular precisa veicular uma verdade revolucionária que seja apreendida através de uma consciência crítica da realidade, tendo como objetivo mobilizar e organizar as camadas populares, em função dos seus problemas imediatos e concretos, o que significa um primeiro passo para as lutas no sentido de mudanças estruturais, das quais elas deverão ser os próprios agentes e, assim sendo, também serão agentes de uma nova ordem social a ser construída, ou seja de um novo bloco histórico.

Verificou-se que tendo a nossa conjuntura social e política permitido, no início dos anos de 1960, que intelectuais prestassem mais livremente a sua contribuição aos projetos de educação popular, eles souberam, dentro de suas limitações, ocupar seus espaços, contribuindo para o processo de mobilização e organização das camadas populares através dos CPCs, CEPLAR, MCP, Campanha de Pé no Chão e outros.

Quanto aos rumos para os quais estas experiências de educação popular estavam se dirigindo, conclui-se que pela simples identificação de seus vínculos com instituições da sociedade política, da sociedade civil ou com instituições de ambas concomitantemente, não obtemos subsídios suficientes para, com segurança, definirmos essas experiências como de tendências reformistas ou revolucionárias; dada a crise de hegemonia que naquela conjuntura se verificava e pelo curto prazo em que estas tiveram condições de desenvolver suas práticas sem repressão.

Entretanto, considerando a impraticabilidade de pretender-se desenvolver processos de conscientização das camadas populares e concomitantemente mantê-las sob controle e considerando ainda a própria conjuntura social e política do início dos anos de 1960, concluímos que as práticas de educação popular estavam se dirigindo para uma única opção: contribuir para a viabilização de mudanças estruturais em nossa sociedade.

O Movimento de Educação de Base, gerado pela conjugação de esforços da Igreja e do Estado, e arcando com todas as implicações que daí advêm, por razões conjunturais, internas da Igreja e internas também do MEB propriamente, durante um determinado período conseguiu avançar até a exaustão de suas possibilidades. O laicato católico soube portanto aproveitar o espaço que conquistou no que se refere à sua participação nas iniciativas da Igreja e através dela, numa ação de cunho educativo mas de concreto engajamento no social.

Após os seus primeiros anos de funcionamento o MEB deu indícios de suas tendências para constituir-se em um movimento de educação popular que realmente fosse integrado pelas camadas populares e não idealizado para as camadas populares.

Em seu desenvolvimento e apesar das limitações principalmente no que se refere ao referencial teórico que lhe fornecia elementos para a apreensão da realidade, e não obstante ainda seus conflitos, o MEB tendeu para posicionar-se deliberadamente por um projeto educacional que visava à apreensão crítica da realidade com vistas à sua transformação ou, pelo menos tendencialmente, à sua radical mudança no meio rural.

O posicionamento do MEB oscila, em alguns momentos as suas perspectivas direcionaram-se para transformações e em outros, para mudanças radicais, o que pode ser devido aos próprios limites que decorrem de uma explicitação desse seu posicionamento através de documentos oficiais, já

que nos detivemos apenas a eles na análise do seu discurso. Por outro lado, considerando que embora o MEB possuísse o consenso necessário de sua equipe para a definição de uma linha de atuação efetiva, ele não tinha um grupo coeso em relação a todas as questões, por conseguinte os documentos deixam sempre as marcas da postura de quem os elaborou.

De qualquer modo ficou claro que, na medida do desenvolvimento de sua experiência, o MEB tendeu a radicalização, provavelmente pelo nível de exigência da base que se elevava progressivamente e pelo comportamento dos intelectuais em seu aprendizado junto a esta base e ao compromisso assumido com ela.

O discurso do MEB sobre sua própria concepção demonstrou o grande avanço no entendimento de educação popular de que foram capazes os intelectuais. O amadurecimento levou-os a iniciar um processo de rompimento com a ideologia subjacente às instituições que geraram este Movimento à medida que despertavam para a realidade de que tanto o Estado como a Igreja visavam, em última instância, a reprodução da sociedade dentro de padrões apenas mais modernizados que assegurassem a manutenção da ordem vigente. Isto denota uma subestimação por parte destas instituições, da capacidade dos intelectuais e das contradições sob as quais se assentam as bases sociais e políticas dessa ordem que pretendiam manter.

Daf porque independentemente das possíveis razões conservadoras que levaram a Igreja e o Estado a instituir o MEB, este atuou numa perspectiva inovadora.

Por razões conjunturais, internas da Igreja e do MEB, também entrou em declínio o processo de amadurecimento pelo qual vinha passando a linha de pensamento deste Movimento, o que ficou evidente na análise dos seus objetivos que, ao nosso ver, contém a própria história da evolução e declínio do MEB.

Este declínio está intrinsecamente relacionado com os acontecimentos que sobrevieram após março de 1964, quando a classe dominante, sem condições para continuar exercendo o controle efetivo da sociedade brasileira através de sua "direção", rearticulou-se e o retomou através da "dominação".

A manutenção das bases que sustentavam a ordem social vigente estava ameaçada e a rearticulação da classe economicamente dominante foi realizada com vistas a restabelecer a qualquer preço as condições necessárias ao desenvolvimento do sistema capitalista sob o qual se assentava o modo de produção de subsistência da sociedade brasileira. Este fato implicou o alijamento das camadas populares da participação na vida política do país e com elas a parcela da sociedade civil comprometida com as camadas populares. Evidentemente, na nova conjuntura passou a não haver espaços para práticas de educação popular na linha de atuação do MEB e de muitos outros movimentos.

De onde se conclui que quando ao Estado e à Igreja pareceu oportuna

a existência do MEB, conjugaram-se os esforços para tanto. No entanto, o clima de liberdades pelo qual passava o país permitindo que as contradições de nossa sociedade emergissem tão rapidamente possibilitou ao MEB desenvolver-se de forma inesperada, enfraquecendo os laços de dependência ideológica com suas origens. Num outro momento quando o MEB passou a não corresponder às expectativas dos grupos detentores do poder, tanto da Igreja como do Estado, ambos utilizaram os mecanismos de que dispunham para provocar a asfixia de sua criação. O Estado utilizou o controle dos recursos financeiros dos quais o MEB dependia e ainda os seus aparelhos de repressão; a Igreja reorientou os objetivos deste Movimento, quebrou a sua unidade e inviabilizou a autonomia que o laicato tinha conquistado nessa experiência.

Como, apenas no que se refere à ideologia, o MEB teria se tornado, de certa forma, quase independente de suas origens, a sua absorção pelo sistema foi inevitável.

Quanto à análise da prática do MEB no Estado do Maranhão, o diagnóstico da realidade deste Estado no início dos anos de 1960 que apresentamos em breve análise, demonstrou o nível de participação das camadas populares na sociedade maranhense no que dizia respeito à sua gestão e usufruto dos bens por ela produzidos.

Nestes aspectos a marginalização destas camadas ficou evidente. A sua participação foi verificada somente na produção e, sendo o Maranhão um Estado eminentemente agrícola, encontrava-se a força de trabalho das camadas populares engajadas principalmente na agricultura.

A prática de vida dos camponeses, o isolamento em que se encontravam e a dominação sobre eles exercida, entre outros fatores, condicionavam a sua alienação no que tange à apreensão da realidade como a-histórica. Coerentemente com sua visão de mundo que os induzia a uma compreensão determinista da organização social, apresentavam uma postura passiva frente aos problemas acarretados pelas condições de vida que lhes eram propiciadas.

Mas o processo de mobilização das camadas populares das zonas rurais do país se iniciara e começava a atingir o Maranhão. A Igreja, através do Movimento de Educação de Base, decidiu-se por participar deste processo obviamente com sua orientação própria, já que este Movimento não se dispunha a atuar conjuntamente com organismos que não compartilhassem com seus princípios e linha de atuação.

Da atuação do MEB no Estado do Maranhão concluímos que, apesar da iniciativa da Igreja desenvolver-se numa perspectiva inovadora ou progressista, ela era calcada numa postura conservadora.

Este fato porém não impediu que esta experiência, dentro dos seus limites, ultrapassasse o conservadorismo, conseguindo contribuir para a mobilização e organização dos camponeses através do desencadeamento de um processo de conscientização que lhes instrumentalizava para apreenderem

criticamente a realidade e lhes propiciava um engajamento concreto.

A equipe do MEB/MA, não conseguindo entretanto desvencilhar-se suficientemente da ideologia subjacente à doutrina da Igreja, conduziu este Movimento a assumir posições sectárias frente à outra iniciativa de mobilização dos camponeses, especificamente da ATAM, que, como órgão autônomo em relação aos aparelhos de Estado, já desenvolvia suas atividades no Maranhão sob a orientação do PC. As conseqüências deste posicionamento tornou o MEB vulnerável às acusações de ser responsável pela cisão do movimento camponês do Maranhão, o que é apenas parcialmente verdadeiro, pois o sectarismo não foi característica apenas dos intelectuais envolvidos com o MEB, mas também dos envolvidos com a ATAM.

O lamentável é que os camponeses tenham sido envolvidos num conflito do qual desconheciam a sua razão de ser, já que ele emergia dos antagonismos das posturas ideológicas da Igreja e do PC e das posições sectárias que estes organismos tentavam inculcar nos intelectuais com os quais lidavam.

Embora a experiência do MEB no Maranhão tenha enveredado por esse caminho que teve graves conseqüências para o movimento camponês maranhense, esse fato não pode ter o peso fundamental na avaliação das atividades que desenvolvia.

Este Movimento deu uma contribuição efetiva ao processo de educação dos camponeses numa perspectiva questionadora de suas condições de vida, relacionando-as com a estrutura da sociedade brasileira.

A forma de atuação pela qual o MEB optou no Maranhão teve condições de ser inovadora e original à medida que sua equipe, não dispondo do Sistema de Escolas Radiofônicas, se dispôs, conjuntamente com o campesinato, a desenvolver um projeto educativo no qual a relação de aprendizagem era recíproca.

As Caravanas Populares de Cultura tiveram o seu valor por terem sido capazes de oportunizar o engajamento de intelectuais e estudantes que se encontravam disponíveis para prestarem voluntariamente sua colaboração ao processo de mobilização das camadas populares do meio rural e por terem constituído a forma embrionária da Animação Popular.

A atuação do MEB/MA através da Animação Popular mostrou a importância do contato direto de intelectuais com as camadas populares por proporcionar experiências enriquecedoras para ambos. Embora não tendo utilizado o Sistema de Escolas Radiofônicas, o que o diferenciou das experiências desenvolvidas pelo MEB nos outros Estados da Federação, o MEB/MA utilizou as emissões radiofônicas, quando lhe foi possível, como instrumento para propulsionar a AnPo, ficando as atividades específicas de implantação e acompanhamento desse processo de educação popular garantido pelo contato direto entre sua equipe e a base. O MEB/MA assumia a função

de assessoria da AnPo, contribuindo para a formação da consciência crítica do campesinato maranhense e estimulava a autonomia das comunidades rurais através de seus líderes ao mesmo tempo que, como instituição assessora do processo de animação, garantia a mínima unidade necessária do movimento camponês, pelo menos nas áreas em que atuou.

Portanto, a Animação Popular, embora tenha buscado subsídios em outras plagas, foi recriada, reelaborada na prática, o que a tornou efetiva e susceptível às questões imediatas e próprias dos camponeses maranhenses na medida em que propiciou a estes a apreensão destas questões correlacionadas com a problemática mais ampla da sociedade brasileira.

Os treinamentos, pelas técnicas que utilizavam e pelo conteúdo que veiculavam e principalmente pela crença que a equipe do MEB tinha na capacidade dos camponeses, constituíram a peça fundamental das atividades do MEB/MA. A eficiência destes treinamentos era comprovada pela nova visão de mundo que disseminavam, não através de um enxertamento de conteúdos mas através da desarticulação da antiga visão de mundo que os camponeses possuíam e elaboração conjunta de uma nova, que o assessoramento posterior do MEB contribuía para consolidar.

Dos engajamentos suscitados pela AnPo em escolas, cooperativas, associações de moradores e sindicalismo, este último demonstrou ter sido a forma de engajamento mais promissora para a organização dos camponeses naquela conjuntura. As nossas restrições quanto a este fato prendem-se à superestimação evidenciada do sindicato como órgão capaz de conduzir as lutas dos camponeses pelo fato deste possuir amparo legal. Desta forma o MEB, equivocadamente, relacionou segurança com legalidade e contraditoriamente difundiu uma concepção democrática de sindicato, embora esta concepção, na realidade, não encontrasse respaldo na proposta sindical do Estado que visava, em última instância, colocar o movimento camponês sob seu controle através de dispositivos legais.

Defendendo incondicionalmente o sindicato como órgão legal, o MEB/MA não teve a preocupação ou mesmo condições de correlacioná-lo aos questionamentos sobre a estrutura social brasileira, como se o sindicalismo estivesse imune às interferências dessa estrutura, o que demonstra os limites do instrumental teórico que a equipe do MEB possuía.

Se o MEB/MA não foi porém capaz de questionamentos sobre os limites de órgãos de representação de classes atreladas aos aparelhos de Estado, as lutas travadas no seio do sindicalismo pelo campesinato se encarregaram de fazê-lo, à medida que era realizado o confronto da concepção de sindicato difundida pelo MEB com a inviabilidade de sua prática. Desta for-

ma, apesar dos equívocos, foi válida a concepção democrática de sindicato que o MEB difundiu, mesmo que este não encontrasse correspondência nos limites de nossa sociedade, pois essa concepção pode ser considerada o germe do “sindicalismo livre” que vigorou posteriormente na área do município de Pindaré-Mirim no Maranhão.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1 ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **As secas do nordeste e o Maranhão**. São Luís. Comissão Pastoral da Terra. 1981. 22 p.
- 2 ————. **Transformações econômicas no campo maranhense**. São Luís, CPT, 1981. v. 5.
- 3 AMMAM, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidades no Brasil**. São Paulo, Cortez, 1980. 176 p.
- 4 BEISIEGEL, Celso Rui. **Estado e educação popular**. São Paulo, Pioneira, 1974. 189 p.
- 5 BOSI, Alfredo. **Cultura brasileira**. In: MENDES, Dumerval Trigueiro coord. **Filosofia da educação brasileira**. Rio de Janeiro, IESAE, 1979, cap. 3 108-70 p.
- 6 CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. **Estabilidade social e crise política**. São Luís, s. d. 50 p. mimeo.
- 7 ————. **Mudanças sociais no Maranhão**. *Revista Ciência e Cultura*. São Paulo, SBPC, 32 (6): 699-713, jun. 1980.
- 8 CARDOSO, Limoeiro Miriam. **Ideologia do desenvolvimento no Brasil; JK-JQ**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 371 p.
- 9 CARVALHO, Márcia Siqueira de. **Canais de representação das classes sociais no campo à luz da expropriação da terra; o sindicato de Pindaré-Mirim, projeto de dissertação**. Rio de Janeiro, FGV; Curso de Mestrado em Desenvolvimento Agrícola, 1980. 113 p.
- 10 CONCEIÇÃO, Manuel da. **Essa terra é nossa**. Petrópolis, Vozes, 1980. 212 p.
- 11 CONDURÚ, Felipe Pacheco, Dom. **História eclesiástica do Maranhão**. São Luís, Departamento de Cultura do Estado do Maranhão, 1968. 846 p.
- 12 DIOCESE DE VIANA. **O Evangelho segundo Viana**. s. n. t. 86 p.
- 13 FAVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular; análise da prática pedagógica do MEB, Movimento de Educação de Base, 1961-66**. Rio de Janeiro, s. d. 39 p. mimeo. (Projeto de Tese de Doutorado na PUC/SP).
- 14 FREIRE, Vitorino. **A lage da raposa**. Rio de Janeiro, Gravira, 1978. 299p.
- 15 FUNCHTNER, Hans. **Os sindicatos brasileiros; organização e função política**. Rio de Janeiro, GRAAL, 1980. 259 p.
- 16 GOIS, Moacyr. **De pé no chão também se aprende a ler**. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 1980. 209 p.

- 17 GOMES, José Tribuzi Pinheiro. **Esboço do comportamento da economia maranhense; período 1940-1968.** São Luís, Departamento Estadual de Estatística, 1969. 37 p. mimeo.
- 18 ———. et. alii. **Subsídios para a formulação de uma política de colonização e reforma agrária.** São Luís, SEPLAN, 1972. 34 p. mimeo.
- 19 GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história.** 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. 341 p.
- 20 ———. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, 244 p.
- 21 GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel; a política e o Estado moderno.** 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. 444 p.
- 22 IANNI, Otávio. **O colapso do populismo no Brasil.** 4. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. 223 p.
- 23 ———. **A luta pela terra.** 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1979. 235 p.
- 24 JACCOUB, Vera. **A caravana; caravana popular de cultura.** Rio de Janeiro, MEB, s. d. 4 p. mimeo.
- 25 JANOTTI, Maria de Lourdes M. **Coronelismo; uma política de compromissos.** São Paulo, Brasiliense, 1981. 21 p.
- 26 JORNAL DO MARANHÃO. São Luís, 1960-1966.
- 27 JORNAL DO POVO, São Luís, 1963-1964.
- 28 KREUTZ, Lucio. **O movimento de educação popular no Brasil, de 1961-64.** Rio de Janeiro, FGV, 1969. 121 p. (Dissertação de Mestrado).
- 29 LAGO, Celso Beckman, coord. **Plano de governo 1971/4.** São Luís, Americana, s. d. 213 p.
- 30 LIMA, Carlos. **História do Maranhão.** s. 1., 1981. 224 p.
- 31 LIMA, Hermano Ferreira. **O Movimento de educação de base; uma experiência de educação popular.** s. 1., 1981. 21 p. mimeo.
- 32 LIMA, Luis Gonzaga de Souza. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil.** Petrópolis, Vozes, 1979. 266 p.
- 33 LOBO, Maria Regina. **Experiência de sindicalização rural do Maranhão; de setembro de 1962 a março de 1964.** s. 1., 1965. 27 p.
- 34 MACCIOCCHI, Maria Antonieta. **A favor de Gramsci.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- 35 MANFREDI, Sílvia Maria. **Política; educação popular.** São Paulo, Símbolo, 1978. 168 p.
- 36 MARANHÃO. Governador, 1961-1965 (Newton de Barros Bello). **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão em 3 de maio de 1961.** São Luís, 1961, 33 p.
- 37 ———. **Mensagem à Assembléia Legislativa por ocasião da abertura da sessão legislativa.** São Luís, 1962.
- 38 MARTINS, Carlos Estevam. **História do CPC; depoimento.** *Arte em revis-*

- ta. *Questão o Popular*, São Paulo, 2 (3): 77-82, mar. 1980. número especial.
- 39 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. *Ativação popular*. Rio de Janeiro, 5. ed. 1965. 11 p. mimeo. (Apostila 5 série A).
- 40 ----- . *Ativação popular*; caravana. Rio de Janeiro, s. d., 19 p. mimeo. (redação provisória para exame e crítica).
- 41 ----- . *Conceito de cultura*. Rio de Janeiro, s. d. 30 p., mimeo. (Apostila 1, série B).
- 42 ----- . *Conclusões do I Seminário de ativação popular*. Rio de Janeiro, 1965. 5 p. mimeo.
- 43 ----- . *Documento dos coordenadores sobre a reestruturação do MEB*. Rio de Janeiro, 1966. 14 p. mimeo.
- 44 ----- . *Documentos de Roma*. Rio de Janeiro, 5. ed. 1963. 15 p.
- 45 ----- . *Documentos legais*. Rio de Janeiro, 1965. 35 p. mimeo. (Apostila 1, série A).
- 46 ----- . *Estudo de área*. Rio de Janeiro, 1963. 12 p. mimeo. (Apostila 3, série A).
- 47 MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. *Fundamentação do programa para 1965*; Rio de Janeiro, 1965. part. 2: promoções humanas. 30 p. mimeo.
- 48 ----- . *Instruções para aplicação do programa 1965*. Rio de Janeiro, 1965. 10 p. mimeo.
- 49 ----- . *MEB sua origem, sua ação e seu conteúdo*. Rio de Janeiro, 1965. 11 p.
- 50 ----- . *O MEB em cinco anos; 1962-1966*. Rio de Janeiro, s. d. v. 2.
- 51 ----- . *Normas e diretrizes para o funcionamento do MEB*. Rio de Janeiro, 1964. 9 p.
- 52 ----- . *Plano de trabalho para 1965*. Rio de Janeiro, 1965. 31 p. mimeo.
- 53 ----- . *I Encontro de coordenadores; Recife 5 a 15 de dezembro de 1962, conclusões I e II*. Rio de Janeiro, 1962. 22 p. mimeo.
- 54 ----- . *IV Encontro Nacional de coordenadores*. Rio de Janeiro, 1966. 30 p. mimeo.
- 55 ----- . *Relatório síntese do período 1961-1966 para reunião do CDN*. Rio de Janeiro, 1966. 20 p. mimeo.
- 56 ----- . *Relatório anual 1961*. Rio de Janeiro, 1962. 42 p.
- 57 ----- . *Relatório anual 1962*. Rio de Janeiro, 1963. 34 p. mimeo.
- 58 ----- . *Relatório anual de 1966*. Rio de Janeiro, 1967. 30 p.
- 59 ----- . *Relatório anual de 1967*. Rio de Janeiro, 1968. 24 p. mimeo.
- 60 ----- . *Relatórios de ativação popular*. Rio de Janeiro, Setor

- 61 **MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. Relatório do movimento de educação de base para o I Encontro Nacional de Cultura Popular e Alfabetização.** Rio de Janeiro, s. d. mimeo.
- 62 ----- **Relatório do primeiro encontro de animação popular de Pernambuco.** Recife, 1965. 28 p. mimeo.
- 63 ----- **Relatório do II encontro nacional de coordenadores.** Rio de Janeiro, 1967. 48 p.
- 65 ----- **Relatório preliminar de 1965.** Rio de Janeiro, 1966. 8 p. mimeo.
- 66 ----- **Relatório preliminar de 1965.** Rio de Janeiro, 1966. 8 p. mimeo.
- 67 ----- **Relatório da reunião de coordenadores; 8 a 15 de julho de 1964.** Rio de Janeiro, 1964. 20 p.
- 68 ----- **Roteiro de estudo do V encontro nacional de coordenadores do MEB.** Rio de Janeiro, 1967. 21 p. (Divulgação interna).
- 69 ----- **Termo aditivo ao convênio celebrado aos vinte e um (21) dias do mês de março de 1961 entre o Ministério de Educação e Cultura e a Conferência Nacional de Bispos do Brasil.** Brasília, 1965. 3 p. mimeo.
- 70 **PAIVA, Vanilda. Educação popular e educação de adultos.** São Paulo, Loyola, 1973. 368 p.
- 71 **PIOTTE, J. M. O pensamento político de Gramsci.** Porto, Afrontamento, 1975. 230 p.
- 72 **PRADO JÚNIOR, Caio. A questão agrária.** 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1979. 188 p.
- 73 **SANTOS, Maria José Romão. Subsídios para a caracterização da visão de mundo do camponês.** s. 1., 5. ed. 1963. 8 p. mimeo.
- 74 **SENA, Clóvis. Neiva Moreira; testemunha de libertação.** São Luís, Comitê Brasileiro pela Anistia; seção Maranhão, 1979. 144 p.
- 75 **SIQUEIRA, Maria de Lourdes. La función de MEB en el proceso de desarrollo del noreste brasileño.** Patscuaro (México), CREFAL, 1967. 24 p. mimeo.
- 76 **STACONE, Giusepp. Transformações econômicas e sociais no campo maranhense.** São Luís, Comissão Pastoral da Terra, 1981. 7 p. (Observações sobre o volume 4).
- 77 **V. I. Lênin. Que fazer?.** São Paulo. HUCITEC, 1978, 149 p.
- 78 **WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 181 p.